

Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores (o “Prospecto”)

**R\$100.000.000,00**

Classificação da Standard & Poor's: “brAA+f”

Código ISIN nº BRPLPFCTF000

Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2006/065



O **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** inscrito no CNPJ sob o nº 08.387.157/0001-23 (o “**Fundo**”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de outubro de 2006, com prazo de duração de 11 (onze) anos, contados da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Regulamento, o que ocorrer antes, é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “**Administradora**”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “**Instrução CVM nº 356**”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 851230, com suas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª alterações registradas sob os nº(s) 852530, 854890, 856053, 858287 e 863517 do mesmo 3º Registro de Títulos e Documentos (o “**Regulamento**”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) série da classe de quotas seniores (as “**Quotas Seniores**”), dividida em, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, no valor de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Seniores estão definidas no Regulamento.

*Observado o mínimo de 40 (quarenta) Quotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% das Quotas Seniores objeto da Oferta, isto é 100 (cem) Quotas Seniores, o saldo das Quotas Seniores não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.*

O Fundo poderá emitir, em uma ou mais distribuições, 01 (uma) série da classe de quotas subordinadas (as “**Quotas Subordinadas**”), em número indeterminado e em série única.

Protocolo CVM datados de 20 de outubro de 2006, 30 de novembro de 2006, 12 de dezembro de 2006, 21 de dezembro de 2006 e em 09 de janeiro de 2007. Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2006/065.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para negociação secundária, na SOMAFIX e na CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

*Observado o disposto no Regulamento, as Quotas Seniores terão o seu valor apurado considerando-se, para efeito da correção do IPCA-E, o 2º mês calendário imediatamente anterior ao mês da Data de Cálculo.*

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, inclusive fundos de investimento e fundos de investimentos em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo. Desde que observado o disposto no Regulamento, poderá haver vendas de Quotas no mercado primário ou secundário para investidores estrangeiros. Na hipótese de negociação de Quotas, caberá exclusivamente ao intermediário assegurar que os adquirentes estejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios.

No curso do processo de distribuição das Quotas Seniores, será adotado, pelos Distribuidores, o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Distribuidores, visando a maior pulverização para as Quotas, tendo em vista a relação da Gestora e dos Distribuidores com esses clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

“Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 53 a 58”.

**Vide outros avisos importantes na página 1 deste Prospecto.**

“A Comissão de Valores Mobiliários - CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas.”

“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou demais instituições prestadoras de serviços.”

Distribuidor Líder



Administradora

**OLIVEIRA TRUST**

Custodiante



Empresa de Auditoria



Agência de Classificação de Risco



Distribuidor



Gestora e Estruturadora



Assessor Legal da Administradora e da Gestora

**MOTTA, FERNANDES ROCHA**

ADVOGADOS

## AVISOS – ANBID

*“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.*

*“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.*

*“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.*

*“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.*

## OUTROS AVISOS

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SERVEM UNICAMENTE PARA FINS DE DISCUSSÃO. QUALQUER REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS INFORMAÇÕES AQUI CONTIDAS É PROIBIDA.

As informações aqui contidas se referem a uma oferta de valores mobiliários que não foi e não será registrada sob o *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (“*Securities Act*”), ou qualquer outra lei estadual nos Estados Unidos versando sobre valores mobiliários, e o emissor não será registrado sob o *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (“*Investment Company Act*”). Nos Estados Unidos, os valores mobiliários poderão ser ofertados somente a Investidores Institucionais Qualificados (“*Qualified Institutional Buyers*”) (conforme definido na Regra 144A nos termos do *Securities Act* (“Regra 144-A”). Ao adquirir qualquer cota do Fundo, o titular concorda que tal Quota somente poderá ser oferecida, vendida, empenhada ou de outra forma alienada (A)(1) a uma pessoa que o alienante acredite, de forma razoável, ser um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A que esteja adquirindo tal cota por sua própria conta ou por conta de outro Investidor Institucional Qualificado que seja um adquirente qualificado para fins do artigo 3(c)(7) do *Investment Company Act*, em uma operação que atenda os requisitos de isenção do *Securities Act*, ou (2) a uma pessoa que não seja domiciliada nos Estados Unidos (“*Non-U.S. Person*”) conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*, e (B) de acordo com as leis aplicáveis a valores mobiliários nos Estados Unidos. Ademais, se a transferência de tal Quota for efetuada nos termos do item (A)(1) acima, o adquirente (e qualquer terceiro por conta de quem tal comprador esteja adquirindo tal Quota) deverá declarar que não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado). Qualquer transferência em violação ao aqui disposto não será aceita e formalizada pela Administradora do Fundo. Cada titular de Quota do Fundo deverá notificar qualquer adquirente de tal Quota do Fundo a respeito destas restrições quanto à transferência da Quota. Cada adquirente de uma Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(1) acima deverá declarar no respectivo Termo de Adesão que (1) é um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado e (2) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act*. Cada adquirente de uma Quota do Fundo nos termos da Cláusula (A)(2) acima deverá declarar no respectivo Termo de Adesão que é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*.

Este documento não está sendo distribuído e não deverá ser disponibilizado para o público em geral do Reino Unido. Este documento está sendo distribuído e direcionado apenas para pessoas no Reino Unido que tenham experiência profissional com relação a investimentos relacionados ao Artigo 19(1) do *Financial Services and Markets Act 2000 (Financial Promotion) Order 2005*. Ao receber este material, o investidor concorda que não o distribuirá ou o disponibilizará a qualquer outra pessoa. Investidores devem ler os prospectos preliminar e definitivo relativos a estes valores mobiliários, pois eles contêm informações importantes sobre a oferta. O emissor, qualquer distribuidor ou qualquer instituição intermediária participante da oferta lhe enviarão o prospecto definitivo, após a conclusão do processo de *bookbuilding*, caso este seja requisitado ao Sr. Roberto Watanabe, no número 1-212-250-7706 ou 55-11-5189-5081. As informações aqui contidas substituem, para todos os efeitos, quaisquer outras informações previamente prestadas e serão substituídas, por sua vez, por quaisquer outras informações subseqüentes e, por fim, pelo prospecto definitivo referente aos valores mobiliários. Tais materiais estão sujeitos a alteração, aditamento ou complementação de tempos em tempos. Qualquer decisão de investimento com relação aos valores mobiliários deve ser feita com base nas informações contidas nos prospectos definitivos. Os investidores devem consultar seus assessores, auditores e outros consultores, com relação aos aspectos jurídico, fiscal, comercial, financeiro e relativos à compra destes valores mobiliários. Essas informações não representam uma oferta de venda ou uma solicitação de uma oferta de compra destes valores mobiliários em qualquer estado em que tal oferta, solicitação ou venda não seja permitida.

Nem a *Securities and Exchange Commission* nem qualquer comissão de valores mobiliários estadual nos Estados Unidos, nem a *Financial Services Authority* no Reino Unido, nem a Comissão de Valores Mobiliários no Brasil aprovou ou desaprovou a realização de um investimento nos valores mobiliários descritos neste documento. Qualquer declaração em sentido contrário poderá constituir crime.

Nem o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, o Deutsche Bank Securities Inc. e/ou o BB Banco de Investimentos S.A. (“Distribuidores”) nem quaisquer de suas afiliadas ou subsidiárias, realizam qualquer declaração ou garantia, expressa ou implícita, da precisão ou completude das informações aqui contidas, e nenhuma informação contida neste documento deve ser interpretada como promessa ou declaração sobre desempenho passado ou futuro. As informações neste documento podem conter estimativas e expectativas de recebimento de fluxos de caixa advindos dos Direitos Creditórios, bem como envolvem elementos significativos de juízo e análise subjetivos. Nenhuma declaração é dada com relação à precisão de tais estimativas ou expectativas, nem todas as considerações relativas a tais estimativas ou expectativas foram feitas, nem que tais expectativas se concretizarão. Uma parte das informações contidas neste documento é de natureza genérica, com a intenção de oferecer uma visão geral sobre o mercado de capitais, não sendo ilustrativas da presente operação. As informações aqui contidas não representam todas as informações eventualmente necessárias para a avaliação de tais valores mobiliários e qualquer investidor deve ler os prospectos preliminar e definitivo e conduzir uma análise própria e independente das informações aqui contidas. Os Distribuidores se isentam de qualquer e toda responsabilidade referente a essas informações, incluindo, sem limitação, qualquer declaração ou garantia expressa ou implícita a respeito de declaração ou omissão aqui contidas. Os Distribuidores não esperam atualizar ou revisar as informações aqui contidas, exceto por meio do prospecto definitivo. Os valores mobiliários e obrigações do Fundo (a) não são emitidos pelos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas, (b) não constituem obrigações dos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas e (c) não são garantidos pelos Distribuidores, suas afiliadas ou subsidiárias, ou outras organizações relacionadas.

Nenhum dos Distribuidores está agindo como consultor ou agente dos potenciais investidores. Antes de investir nas Quotas do Fundo, o potencial investidor deve determinar, sem fiar-se nos Distribuidores ou suas afiliadas ou subsidiárias, os riscos econômicos e méritos, bem como as características e consequências legais, fiscais e contábeis da operação, e determinar, independentemente, se é capaz de assumir tais riscos. A esse respeito, ao receber estes materiais, o investidor toma ciência de que foi avisado que (a) os Distribuidores não oferecem consultorias legal, fiscal ou contábil, (b) o investidor deve compreender que pode haver relevantes riscos legais, fiscais ou contábeis relacionados a esta operação, (c) o investidor deve obter consultoria legal, fiscal e contábil de outros consultores com conhecimento para avaliar os riscos relevantes, e (d) o investidor deve informar a administração de sua instituição sobre as características (e riscos) legais, fiscais e contábeis relacionados a esta operação, e sobre as ressalvas dos Distribuidores a este respeito.

ESTE DOCUMENTO CONTÉM INFORMAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO PASSADO, E OUTRAS INFORMAÇÕES HISTÓRICAS RELATIVAS A CERTOS ATIVOS. O DESEMPENHO PASSADO E INFORMAÇÕES HISTÓRICAS NÃO SÃO, NECESSARIAMENTE, INDICATIVAS DE RESULTADOS FUTUROS.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS: QUAISQUER EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS, PREVISÕES E ESTIMATIVAS AQUI CONTIDAS SÃO PREVISÕES E SE BASEIAM EM CERTAS PRESUNÇÕES QUE OS DISTRIBUIDORES CONSIDERAM RAZOÁVEIS. EXPECTATIVAS SÃO, NECESSARIAMENTE, POR NATUREZA, ESPECULATIVAS, E É POSSÍVEL QUE ALGUMAS OU TODAS AS PREMISSAS EM QUE SE BASEIAM AS EXPECTATIVAS NÃO SE CONCRETIZEM OU DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DOS RESULTADOS EFETIVOS. NESSE SENTIDO, AS EXPECTATIVAS SÃO APENAS ESTIMATIVAS. RESULTADOS EFETIVOS PODEM DIFERIR DAS EXPECTATIVAS, E TAIS DIFERENÇAS PODEM SER SUBSTANCIAIS.

ALGUNS FATORES IMPORTANTES QUE PODERIAM FAZER COM QUE OS RESULTADOS EFETIVOS DIFIRAM SUBSTANCIALMENTE DAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS INCLUEM: MUDANÇAS NAS TAXAS DE JUROS, INCERTEZAS FINANCEIRAS, LEGAIS OU DE MERCADO, EVENTUAIS DIFERENÇAS NA VALORIZAÇÃO FINAL DOS ATIVOS DO FIDC POLO CAPITAL PRECATÓRIOS FEDERAIS, SEUS RESPECTIVOS PRAZOS DE VENCIMENTO, BEM COMO A FREQUÊNCIA E A GRAVIDADE DA PERDA DESTES ATIVOS, DENTRE OUTROS FATORES.

CONSEQUENTEMENTE, A INCLUSÃO DE EXPECTATIVAS DE RECEBIMENTO DE FLUXOS DE CAIXA ADVINDOS DOS DIREITOS CREDITÓRIOS CONTIDAS NESTE DOCUMENTO NÃO DEVE SER CONSIDERADA COMO UMA DECLARAÇÃO DO EMISSOR, DOS DISTRIBUIDORES, DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, OU DE QUALQUER DE SUAS SUBSIDIÁRIAS OU QUALQUER OUTRA PESSOA OU ENTIDADE SOBRE OS RESULTADOS QUE SERÃO EFETIVAMENTE ATINGIDOS PELO EMISSOR.



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## ÍNDICE

GLOSSÁRIO.....	7
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO.....	15
VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES .....	17
SUMÁRIO .....	18
O Fundo.....	18
Público-Alvo.....	18
Fatores de Risco.....	18
A Administradora.....	19
Outros Prestadores de Serviços.....	19
O Custodiante.....	20
A Gestora.....	21
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.....	23
Demonstrativo do Custo da Distribuição .....	24
Modificação da Oferta.....	24
Cronograma Etapas da Oferta.....	25
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira .....	27
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo .....	28
Gerenciamento de Riscos.....	28
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo .....	29
Valores Mínimos de Aplicação .....	29
As Quotas .....	29
Tributação.....	29
Atendimento aos Quotistas .....	30
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas .....	30
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo.....	31
Direitos Creditórios.....	31
CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO .....	32
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura.....	32
Desenho Esquemático do Fundo .....	33
Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores.....	33
Formalização da Cessão .....	35
Preço de Aquisição .....	35
Critério de Elegibilidade.....	36
Procedimentos de Registro.....	36
Eventos de Avaliação .....	36
Razão de Garantia e Alocação de Investimento Mínima.....	37
Procedimentos de Dação em Pagamento .....	37
Ordem de Aplicação dos Recursos.....	38
AS QUOTAS.....	39
Características das Quotas Seniores .....	39
Características das Quotas Subordinadas.....	39
Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas .....	40
Valor das Quotas.....	41
Amortização e Resgate das Quotas .....	43
Custos Referentes à Defesa dos Quotistas .....	44

FATORES DE RISCO .....	45
Introdução .....	45
Fatores Associados ao Investimento no Fundo .....	45
Fatores Associados aos Direitos Creditórios .....	46
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	49
UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS .....	50
DIREITOS CREDITÓRIOS .....	51
ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E .....	54
CITOMA .....	55
Introdução .....	55
Objeto Social .....	55
Estrutura de Capital e Controladores .....	55
Experiência Profissional dos Quotistas da Citoma .....	56
Administração .....	56
Pendências Judiciais .....	56
Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros – Citoma .....	58
ADMINISTRADORA .....	59
Histórico .....	59
Estrutura e Administração .....	59
Administração de Fundos de Investimento .....	59
GESTORA E ESTRUTURADORA .....	60
Introdução .....	60
Equipe de Profissionais .....	60
Experiência da Gestora .....	61
CUSTODIANTE .....	64
 ANEXOS	
Súmula da Agência de Classificação de Risco .....	67
Regulamento .....	77
Suplemento .....	159
Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV - Manuais de Procedimentos da Justiça Federal .....	163
Resolução nº 438 .....	241
Demonstrações Financeiras Citoma - 31 de Dezembro de 2005 (auditadas) e 31 de Julho de 2006 (não auditadas) .....	249

## GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

### *Definições referentes ao Programa de Securitização*

#### Ação 98.0006431-1

ação ordinária nº 98.0006431-1, que tramita perante a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, em que figura como autora a Citoma e como ré a União, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição sobre exportação de café), cuja sentença transitou em julgado em 8 de junho de 2004, tendo a União sido condenada a pagar à Citoma a quantia de R\$92.996.211,00, em fevereiro de 2006 (fls. 411 do processo), sendo que, em decorrência do ajuste de prestação de serviços firmado entre a Citoma, BAT e GPC, onde restou pactuado que a BAT e GPC fazem jus a 16% (dezesesseis por cento) do montante fixado nos autos da ação em referência - e juntado aos autos do processo - o MM. Juiz da 2ª Vara Federal Cível, determinou a dedução dos honorários contratuais do total do crédito, que com o rateio ficou distribuído da seguinte forma: (i) à Citoma R\$78.116.816,21; (ii) à BAT a quantia de R\$8.481.254,33; e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$6.398.139,23. Em cumprimento ao despacho de fl. 411, que determinou a expedição dos Precatórios com base nos cálculos de fl. 401, estes (Precatórios) foram expedidos em favor das seguintes partes: (i) à Citoma R\$79.041.960,18; (ii) à BAT a quantia de R\$8.581.698,41; e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$6.473.912,85, cujos valores são atualizados até 1º de julho de 2006, evidenciados pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº PRC20073450, nº PRC20073451 e nº PRC20073452, respectivamente

#### Ação 99.0020604-5

ação ordinária nº 99.0020604-5, que tramita perante da 12ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que figura como autora a Citoma e como ré a União Federal, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição), tendo a sentença transitado em julgado em 3 de fevereiro de 2006. Proposta a execução de sentença no valor de R\$40.269.880,04 em 22 de março de 2006, a União, após citada, opôs embargos à execução alegando excesso de execução no valor de R\$9.024.291,68, restando um valor incontroverso de R\$31.245.588,36, valor esse que a União foi condenada a pagar da seguinte forma: (i) à Citoma a quantia de R\$26.419.748,21; (ii) à Bergi Advocacia Tributária a quantia de R\$2.725.008,31; (iii) ao Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes a quantia de R\$2.055.708,03; e (iv) ao advogado Bruno Pinheiro Barata a quantia de R\$251.616,55, conforme cálculos atualizados até 29 de junho de 2006, evidenciados respectivamente pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº 51000122006000103 (PRC PRC20070003681), nº 51000122006000109 (PRC20070003687), nº 51000122006000110 (PRCPRC20070003688) e nº 51000122006000111 (PRC20070003689), todos protocolados em 30 de junho de 2006

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	Banco Santander Banespa S.A.
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada diariamente pelo Custodiante (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,80, então Alocação Mínima de Investimento = 80%)
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
Andima	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
Assembléia Geral	assembléia geral de Quotistas do Fundo
Bacen	Banco Central do Brasil
Bergi Advocacia Tributária	sociedade de advogados anteriormente denominada “Bergi Advogados Associados”, sediada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Aleixo Neto, nº 454, salas 504 a 509, inscrita no CNPJ sob o nº 39.351.820/0001-63, e na OAB/ES sob o nº 93.10731-0048
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
Bruno Pinheiro Barata	advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 75.514 e no CPF sob o nº 893.307.067-20, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Olvidor, nº 142/28º andar
Capítulo	cada um dos capítulos do Regulamento

CBMA	Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA
Cedentes	(i) Citoma; (ii) Bergi Advocacia Tributária; (iii) Guido Pinheiro Côrtes; (iv) Bruno Pinheiro Barata; e (v) Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes
CETIP	Câmara de Custódia e Liquidação
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
Citoma	Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda.
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
Constituição da República	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante
Contrato de Cessão	instrumento particular firmado entre os Cedentes e o Fundo, com interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão dos Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes ao Fundo
Contrato de Custódia	Contrato de Custódia, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e os Cedentes
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição, em Regime de Melhores Esforços, de Subscrição e Colocação de Quotas de Emissão do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, os Distribuidores, a Citoma e, na qualidade de anuente interveniente, Polo.
Contrato de Gestão	Contrato de Gestão de Ativos de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Gestora
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
CPF	Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critério de Elegibilidade	critério para aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no Regulamento

Custodiante	Banco Santander Banespa S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização de Quota Seniores	data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento
Data de Cálculo	abertura de todo dia útil, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, em que será calculado o valor unitário das Quotas Seniores para fins de integralização, amortização ou resgate
Data de Aquisição	data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis aos Cedentes, em moeda corrente nacional, e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade dos Cedentes, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme o caso, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Direito Creditório	direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa em virtude de sentenças transitadas em julgado na Ação 98.0006431-1 e na Ação 99.0020604-5, os quais foram caracterizados pela emissão dos respectivos Precatórios em favor dos Cedentes
Direito Creditório Elegível	Direito Creditório que atenda, na Data de Aquisição, ao Critério de Elegibilidade
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei
Distribuição	distribuição de Quotas a ser realizada pela Administradora e pelos Distribuidores, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável
Distribuidor	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Distribuidor Líder	BB Banco de Investimento S.A.

Distribuidores	Distribuidor Líder e Distribuidor
Documentos Comprobatórios	documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5
Documentos da Securitização	o Regulamento, o Contrato de Cessão, os Termos de Cessão, o Contrato de Custódia e o Contrato de Gestão, em conjunto ou isoladamente
Emenda Constitucional nº 30	Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000
Empresa de Auditoria	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes	sociedade de advogados com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 699 – Torre B, salas 402 a 405, inscrito no CNPJ sob nº 03.023.550/001-14 e na OAB/ES nº 9936181-0188
Evento de Avaliação	eventos que poderão ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral
Gestora	Polo Capital Gestão de Recursos Ltda.
Guido Pinheiro Côrtes	advogado inscrito na OAB/ES sob o nº 631, com escritório na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 699 – Torre B, salas 402 a 405
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Início das Atividades	data de publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Investidor Institucional Qualificado	Investidores Institucionais Qualificados (“ <i>Qualified Institutional Buyers</i> ”) conforme definido na Regra 144A
Investidores Qualificados	investidores aptos a adquirir Quotas do Fundo, nos termos do Regulamento e da legislação aplicável



IPCA-15	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – 15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Mês da Última Correção IPCA	2º mês calendário imediatamente anterior ao mês da Data de Cálculo (exemplo: caso o mês da Data de Cálculo seja fevereiro de 2008, então Mês da Última Correção IPCA será “dezembro” de 2007)
Oferta	presente distribuição pública de Quotas Seniores
Ofícios Requisitórios de Pagamento	ofícios expedidos pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região à União, determinando a inclusão no orçamento da União e o pagamento das quantias indicadas nos Precatórios
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios
Parcela Recebida	valor decorrente da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo
Periódico	periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento
Pessoas	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
PIS	Programa de Integração Social
Período de Capitalização	intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da última amortização ou resgate de Quotas Seniores, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de amortização e/ou resgate. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo

Precatórios	instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juizes da execução existente na Ação 98.0006431-1 e na Ação 99.0020604-5, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, que foi condenada ao pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado
Preço de Aquisição	preço de aquisição dos Direitos Creditórios, definido em cada Termo de Cessão
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas
Prospecto	presente prospecto de distribuição de Quotas do Fundo
Quotas, Quotas Seniores e Quotas Subordinadas	quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso
Quotistas, Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados	titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso
Razão de Garantia	fração cujo numerador é o valor do patrimônio líquido do Fundo e o denominador é o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores (exemplo: se Razão de Garantia for 0,85, então Razão de Garantia = 85%)
Regime de Caixa	metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União
Regulamento	regulamento do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, e suas alterações posteriores
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999
Seção	seções deste Prospecto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia

SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI
SOBRETAXA	sobretaxa fixa ao ano, conforme indicada no Suplemento
SUPLEMENTO	documento preparado na forma de anexo do Regulamento
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos de Securitização
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Adesão	documento preparado na forma de anexo do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Termo de Cessão	termo de cessão, lavrado por instrumento público, firmado entre cada Cedente e o Fundo, conforme modelo constante do Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do respectivo Cedente
União	União Federal

**CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS  
NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO**

Emissor:	Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados
Classe de Quotas:	2 classes, sendo:  1 série da classe de Quotas Seniores, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições  1 série da classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal
PREÇO UNITÁRIO DAS QUOTAS SUBORDINADAS:	R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO DE QUOTAS:	o valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores será de R\$1.000.000,00 e de R\$100.000,00 em Quotas Subordinadas
Público Alvo:	investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo. Desde que observado o disposto no Regulamento, poderá haver vendas de Quotas no mercado primário ou secundário para investidores estrangeiros
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Banco Santander Banespa S.A.
Gestor:	Polo Capital Gestão de Recursos Ltda.
Empresa de Auditoria:	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Agência de Classificação de Risco:	Standard & Poor’s

Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, conforme o caso, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Liquidação Financeira	a amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas no Regulamento

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

## **VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES**

A Administradora e os Distribuidores são responsáveis pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora e os Distribuidores tomaram todas as cautelas e agiram com elevados padrões de diligência para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora, aos Distribuidores ou na CVM.

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

## **SUMÁRIO**

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

### **O Fundo**

O Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados foi constituído em 20 de outubro de 2006, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 11 anos, contados da 1ª Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Regulamento, o que ocorrer antes. O Regulamento foi registrado em 20 de outubro de 2006 no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 851230. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444/2006 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 20 de outubro de 2006, em 30 de novembro de 2006, em 12 de dezembro de 2006, 21 de dezembro de 2006 e em 09 de janeiro de 2007.

O Fundo iniciou suas atividades 26 de janeiro de 2007.

O Fundo tem por objeto precípua adquirir Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada nos termos do Regulamento, do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes. Os Cedentes e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União, sendo somente responsáveis pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

O Fundo emitirá Quotas Seniores para captar recursos, em moeda corrente nacional, necessários à aquisição dos Direitos Creditórios e dos demais ativos integrantes de sua carteira.

As Quotas Subordinadas poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios.

### **Público-Alvo**

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo. Desde que observado o disposto no Regulamento, poderá haver vendas de Quotas no mercado primário ou secundário para investidores estrangeiros.

### **Fatores de Risco**

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

*Vide Regulamento, Capítulo XIII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.*

## A Administradora

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91.

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444/2006 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*

## Outros Prestadores de Serviços

<b>Distribuidor Líder:</b>	BB Banco de Investimento S.A. Rua Lélío Gama, nº 105 – 36º andar 20031-923 Rio de Janeiro – RJ
<b>Distribuidor:</b>	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Rua Alexandre Dumas, nº 2.200 04717-910 São Paulo – SP
<b>Auditoria:</b>	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Avenida Francisco Matarazzo, nº 1400 05001-903 São Paulo – SP
<b>Classificação de Risco:</b>	Standard & Poor’s Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1253, 10º andar 04571-000 São Paulo – SP
<b>Custódia:</b>	Banco Santander Banespa S.A. Rua Amador Bueno, nº 474 04752-000 São Paulo – SP
<b>Gestor:</b>	Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. Rua Ataulfo de Paiva, nº 204 – salas 1001 a 1010 22440-030 Rio de Janeiro – RJ
<b>Agente Escriturador:</b>	Banco Santander Banespa S.A. Rua Amador Bueno, nº 474 04752-000 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.



## **O Custodiante**

O Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ sob nº 90.400.888/0001-42, é a instituição responsável pelas atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem ao Critério de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
  - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora, pela Gestora e/ou pelos Cedentes ou seus respectivos Agentes;
  - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- e) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “d” acima;
- f) acolher em contas correntes de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Regulamento;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão;

- i) calcular e colocar à disposição da Administradora e da Gestora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
- j) colocar à disposição da Administradora e da Gestora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa; e
- k) colocar à disposição da Administradora e da Gestora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

*Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante” e Seção “Custodiante” deste Prospecto.*

## **A Gestora**

Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela Gestora, contratada nos termos do item II, do artigo 39 da Instrução CVM nº 356 e do Contrato de Gestão, regularmente credenciada perante a CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de fundos de investimento, por meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, e que será responsável pelas atividades a seguir descritas, tudo nos termos do Contrato de Gestão.

A gestão da carteira do Fundo por parte da Gestora é realizada por delegação de poderes da Administradora, nos termos do Regulamento e do Contrato de Gestão. Nas hipóteses em que a Administradora e a Gestora compartilhem responsabilidades ou decisões, caberá exclusivamente à Administradora a assunção de tais obrigações, salvo se expressamente delegadas à Gestora nos termos do Regulamento e do Contrato de Gestão.

Adicionalmente às obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto no Regulamento, são obrigações da Gestora:

- a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Regulamento;
- d) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- e) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- f) cumprir e fazer cumprir todas as disposições do Regulamento.

Observados os termos e as condições do Regulamento e da Instrução CVM nº 356, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Gestora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) exercer todos os direitos inerentes aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
- b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Outros Ativos, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;

- c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e
- d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições do Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

Tendo em vista que o Fundo poderá questionar em face da União (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela, a Gestora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido na sentença transitada em julgado no processo nº 98.0006431-1 ou na Ação 99.0020604-5, conforme o caso.

Independentemente de autorização previa dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, a Gestora poderá adotar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis, desde que a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas se responsabilize integralmente, de forma considerada satisfatória pela Administradora, e garanta o pagamento de todos e quaisquer custos que venham a ser incorridos, inclusive a contratação de advogados, o pagamento de custas e despesas processuais, de honorários periciais, e de honorários advocatícios para a parte contrária, em caso de improcedência da ação judicial a ser adotada, bem como de quaisquer outras despesas que sejam relacionadas com a cobrança de diferenças decorrentes da forma pela qual os créditos representados por Precatórios são atualizados e acrescidos de juros pela União.

Caso a União venha a efetuar qualquer questionamento com referência aos Direitos Creditórios caberá aos titulares de Quotas Seniores definir, em conjunto com a Administradora, quais medidas serão propostas de forma a salvaguardar os direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVII do Regulamento.

A Administradora somente poderá propor a substituição da Gestora na hipótese de seu descredenciamento para desempenhar suas funções de gestora de recursos de terceiros por parte da CVM.

A Gestora poderá ser substituída por deliberação dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, observados os termos do Regulamento.

A Gestora fará *jus* a uma remuneração paga diretamente pelo Fundo, deduzida da Taxa de Administração, na forma e valores previstos no Contrato de Gestão, correspondente a 0,20% ao ano, incidentes sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagos mensalmente à razão de 1/12, a qual será apurada e paga, *pari-passu* com a Taxa de Administração, no último Dia Útil de cada mês, observado o disposto no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XII – “Da Gestora” e Seção “Gestora” deste Prospecto.*

## Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

<b>Taxa de Administração:</b>	remuneração mensal equivalente ao maior valor entre: (i) R\$8.000,00; ou (ii) o valor correspondente a 0,10% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12, apurado no último Dia Útil de cada mês. A remuneração mensal acima prevista será acrescida uma remuneração adicional correspondente a 0,20% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12, apurada no último Dia Útil de cada mês
<b>Taxa de Ingresso:</b>	Não há.
<b>Taxa de Saída:</b>	Não há.
<b>Taxa de <i>performance</i>:</b>	Não há.
<b>Encargos do Fundo:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Taxa de Administração;</li> <li>2. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;</li> <li>3. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</li> <li>4. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;</li> <li>5. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;</li> <li>6. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</li> <li>7. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</li> <li>8. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;</li> <li>9. despesas com a contratação de agência de classificação de risco;</li> <li>10. taxas de custódia de ativos do Fundo;</li> <li>11. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e</li> <li>12. despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma do Regulamento.</li> </ol>

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

### Demonstrativo do Custo da Distribuição

<b>Custo</b>	<b>% em relação ao valor da Distribuição (R\$100.000.000,00)</b>	<b>Montante (R\$)</b>
Taxa de Registro na CVM (**)	0,08%	R\$82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*)(**)	0,04%	R\$40.000,00
Distribuição (*)(**)	0,53%	R\$533.762,50
Agência Classificadora de Risco (**)	0,06%	R\$60.947,60
Empresa de Auditoria (**)	0,08%	R\$84.600,00
Outros Custos (*)(**)	0,61%	R\$612.000,00
<b>Total</b>	<b>1,41%</b>	<b>R\$1.414.180,10</b>

(\*) Valores estimados.

(\*\*) Pagos pela Citoma.

#### *Custo Unitário de Distribuição:*

<b>Valor Unitário Quota Seniores</b>	<b>Custo Unitário de Distribuição</b>	<b>% em relação ao valor unitário da Quota Seniores</b>
R\$1.000.000,00	R\$14.141,80	1,41%

### Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

## Cronograma Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada*
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	27.12.2006
Disponibilização do Prospecto Preliminar	27.12.2006
Início do <i>Road Show</i>	09.01.2007
Encerramento do <i>Road Show</i>	11.01.2007
Bookbuilding e alocação de lotes	23.01.2007
Disponibilização do Prospecto Definitivo	30.01.2007
Liquidação Financeira	26.01.2007
Encerramento da Distribuição	19.06.2007
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	19.06.2007

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações e atrasos adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

## Regime de Colocação das Quotas Seniores

- **Do Regime de Colocação e do Período de Distribuição:** Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Distribuidores, em regime de melhores esforços, realizarão, em mercado de balcão organizado, a distribuição pública da totalidade das 100 Quotas Seniores, no valor de até R\$100.000.000,00, considerando-se o valor das Quotas na 1ª Data de Emissão, observado o Plano de Distribuição, desde que pelo menos 40 Quotas Seniores distribuídas até 31 de dezembro de 2006.

Caso até o dia 31 de dezembro de 2006 não tenham sido subscritas e integralizadas, no mínimo, 40 Quotas Seniores, o Contrato de Distribuição poderá ser resilido unilateralmente pela Administradora, mediante notificação por escrito aos Distribuidores. Neste caso, Administradora poderá colocar, em regime de melhores esforços, as Quotas por aquele(s) não distribuídas. Caso o anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores seja publicado após 30 de novembro de 2006, o prazo acima definido será automaticamente prorrogado em 30 dias contado da publicação do anúncio de distribuição, limitado à data máxima de 31 de janeiro de 2007. Os prazos acima definidos poderão ser prorrogados de comum acordo entre a Administradora, os Distribuidores, a Gestora e os Cedentes.

Caso ocorra a rescisão do Contrato de Distribuição pela Administradora, nos termos do Contrato de Distribuição, os Distribuidores estarão isentos (e serão mantidos indenados nos termos do Contrato de Distribuição) de qualquer responsabilidade decorrente da distribuição das Quotas Seniores e a Administradora deverá informar à CVM da rescisão do Contrato de Distribuição, no prazo de até 5 dias contado da ocorrência do evento, abster-se de utilizar este Prospecto e/ou qualquer material publicitário e mercadológico em que conste qualquer referência aos Distribuidores e sua atuação como instituições coordenadoras da Oferta e distribuidoras das Quotas Seniores, abster-se de utilizar ou mencionar os nomes dos Distribuidores com relação a qualquer atividade ou evento relacionado à Oferta e a distribuição das Quotas Seniores, providenciar a publicação de novo anúncio de distribuição informando que os Distribuidores não são mais responsáveis pela Oferta e pela distribuição das Quotas Seniores e que a partir da publicação do referido anúncio tal atividade será conduzida pela Administradora, devendo, na ocasião, providenciar, também, a recirculação do Prospecto devidamente atualizado.

- **Garantia de Liquidez:** os Distribuidores não celebraram nem celebrarão contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

- **Plano de Distribuição:** observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Distribuidores deverão realizar a distribuição pública das Quotas conforme plano de distribuição fixado nos seguintes termos:
  - a) após a publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta será realizado o “Road Show”, conforme determinado pelos Distribuidores de comum acordo com a Administradora, durante o qual serão distribuídas versões do presente Prospecto preliminar, que ainda poderão estar sujeitas a alterações posteriores;
  - b) após a realização do “Road Show” e conforme determinado pelos Distribuidores de comum acordo com a Administradora, os Distribuidores darão início ao processo de *marketing* da operação, com a conseqüente indicação da data para o *bookbuilding*, que ocorrerá em dia e horário únicos, respeitados os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição;
  - c) a Administradora, agindo por ordem e conta do Fundo, na presente data, declara acreditar não haver interesse relevante, na Oferta, por parte de investidores estrangeiros. Não obstante, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, por meio de suas Afiliadas no exterior, poderá realizar, nos termos dos contratos específicos que venham a ser celebrados, esforços de vendas das Quotas nos Estados Unidos da América e/ou no Reino Unido, de acordo com as hipóteses de isenção de registro, perante as autoridades competentes, de ofertas públicas de títulos e valores mobiliários previstas nessas respectivas jurisdições; e
  - d) encerrado o procedimento de *bookbuilding*, os Distribuidores consolidarão as propostas dos Investidores Qualificados para subscrição das Quotas e procederão à alocação das Quotas entre os investidores, observadas as diretrizes abaixo definidas.
- **Diretrizes do Plano de Distribuição:**
  - a) será adotado o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, sendo atendidos prioritariamente os clientes dos Distribuidores, visando a maior pulverização para as Quotas, tendo em vista a relação da Gestora e dos Distribuidores com esses clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica;
  - b) a alocação final dos lotes entre os investidores será qualitativa e discricionária, cabendo aos Distribuidores, em conjunto com a Gestora, definir a quantidade de Quotas a ser atribuída a cada investidor e a taxa de remuneração final das Quotas Seniores tendo em vista a relação da Gestora e dos Distribuidores com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica; e
  - c) dentro do processo de *bookbuilding* a taxa final da Oferta (*Spread*) não será necessariamente a mais baixa, dado que não será levada em conta somente a quantidade proporcional das ordens apresentadas pelos investidores.
- **Remuneração:** os Distribuidores farão *jus* ao recebimento de uma comissão de colocação, a qual será igualmente dividida entre os Distribuidores sem se considerar o número de Quotas efetivamente colocado por cada um deles, de acordo com o seguinte critério:
  - a) caso a Sobretaxa seja menor ou igual à Taxa de Referência, abaixo definida, acrescido de 1,50%, ou menos, conforme apurado no processo de *bookbuilding*, a comissão será de 0,70%, incidente sobre o montante de Quotas efetivamente distribuídas;
  - b) caso a Sobretaxa seja a Taxa de Referência, abaixo definida, acrescido de um percentual variando entre 1,51% e 1,99%, conforme apurado no processo de *bookbuilding*, a comissão será de 0,55%, incidente sobre o montante de Quotas efetivamente distribuídas; ou

- c) caso a Sobretaxa seja maior ou igual do que a Taxa de Referência, abaixo definida, acrescido de 2,0%, ou mais, conforme apurado no processo de *bookbuilding*, a comissão será de 0,40%, incidente sobre o montante das Quotas efetivamente distribuídas.

Sendo que:

A “Taxa de Referência” será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Tx. Ref} = \text{Tx 2011} - (\text{Tx 2011} - \text{Tx 2015}) * ((\text{Dur FIDC} - \text{Dur 2011}) / (\text{Dur 2015} - \text{Dur 2011})),$$

onde:

- Tx 2011 – Taxa Indicativa realizada no mercado secundário de títulos públicos de “Nota do Tesouro Nacional – Série B” com vencimento em 15 de maio de 2011, no dia útil imediatamente anterior à 1ª data de integralização das Quotas, conforme divulgado pela Andima.
- Tx 2015 – Taxa Indicativa realizada no mercado secundário de títulos públicos de NTN-B com vencimento em 15 de maio de 2015, no dia útil imediatamente anterior à 1ª data de integralização das Quotas, conforme divulgado pela Andima.
- Dur 2011 – Número de dias úteis entre a 1ª data de integralização das Quotas e o dia 17 de novembro de 2010.
- Dur 2015 – Número de dias úteis entre a 1ª data de integralização das Quotas e o dia 17 de julho de 2013.
- Dur FIDC. - Número de dias úteis entre a 1ª data de integralização das Quotas e o dia 17 de agosto de 2011.

A Comissão de Colocação não será devida aos Distribuidores caso o Contrato de Distribuição venha a ser resiliado pela Administradora nas hipóteses ali estabelecidas.

As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, conforme opção da cada Distribuidor. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto no Contrato de Cessão, observado, ainda, o Critério de Elegibilidade.

### Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido de acordo com a tabela a seguir.

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	80%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	20%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	20%
d) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos; e	0%	20%

Tabela 3: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira.



O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas.

As aplicações no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.

### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens a seguir indicados.

Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência deles no tempo, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

### **Gerenciamento de Riscos**

A administração e a gestão do Fundo, executadas pela Administradora e pela Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento, orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pelos diretores da Administradora e da Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento..

A Administradora e a Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento, privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por seus profissionais, conforme acima definido, os quais traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados pela Administradora e pela Gestora, no limite de suas responsabilidades, conforme definido no Regulamento. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

### **Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo**

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante nos termos da legislação aplicável.

### **Valores Mínimos de Aplicação**

Aplicação Inicial em Quotas Seniores	R\$1.000.000,00
Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas	R\$100.000,00

Tabela 4: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

### **As Quotas**

*Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.*

### **Tributação**

*O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo*

Até a data de preparação deste Prospecto, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas carteiras dos fundos de investimento são isentos do imposto de renda e não sofrem a incidência da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos nas transações com os ativos componentes das carteiras dos fundos de investimentos implicam, tão-somente, na valorização da totalidade das cotas dos fundos, sem efeitos tributários diretos.

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do Fundo segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

Em face de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, existe uma dúvida pertinente à aplicação do regime de retenção semestral de IR-Fonte (come-cotas), em valor equivalente a 20% (relativos a fundos de curto prazo) ou 15% (rendimentos relativos a fundos de longo prazo), uma vez que a legislação vigente não é suficientemente clara neste sentido. Assim, até que haja definição sobre a necessidade de retenção semestral, a Administradora não adotará tal procedimento de retenção, o qual poderá ser eventualmente alterado caso fato ou ato superveniente determine a aplicação deste procedimento sobre o Fundo.

Por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar, dependendo do prazo de aplicação, adotando-se a escala de alíquotas acima apresentada.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista. Por fim, há incidência do Imposto sobre Operações Financeiras, Câmbio e Seguro – IOF sobre as quotas quando a amortização ou resgate ocorrer em prazo inferior a 30 dias da data da aplicação.

#### **Atendimento aos Quotistas**

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

##### **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. Alexandre Freitas

e-mail: [fundos@oliveiratrust.com.br](mailto:fundos@oliveiratrust.com.br)

Site: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

As dúvidas relativas à gestão da carteira do Fundo poderão ser esclarecidas diretamente com a Gestora, no seguinte endereço:

##### **Polo Capital Gestão de Fundos Ltda.**

Avenida Ataulfo de Paiva, nº 204, 10º andar

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3205-9800

Fax. (21) 3205-9899

At. Sr. Marcos Duarte

e-mail: [polo@polocapital.com](mailto:polo@polocapital.com)

Site: [www.polocapital.com](http://www.polocapital.com)

#### **Crítérios de Divulgação de Informações aos Quotistas**

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

A divulgação das informações previstas no Regulamento deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

### **Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo**

#### *Contrato de Cessão e Termos de Cessão*

Por meio do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, o Fundo adquirirá Direitos Creditórios dos Cedentes.

#### *Contrato de Gestão*

A Gestora será contratada para prestar o serviço de gestão da carteira do Fundo nos termos do Contrato de Gestão.

#### *Contrato de Custódia*

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356.

#### *Contrato de Distribuição*

Por meio do Contrato de Distribuição, o Fundo contratará os Distribuidores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores.

#### *Escrituração de Quotas*

O Custodiante do Fundo será, ainda, contratado para ser o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

### **Direitos Creditórios**

*Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.*

## CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO FUNDO

*O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do mesmo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.*

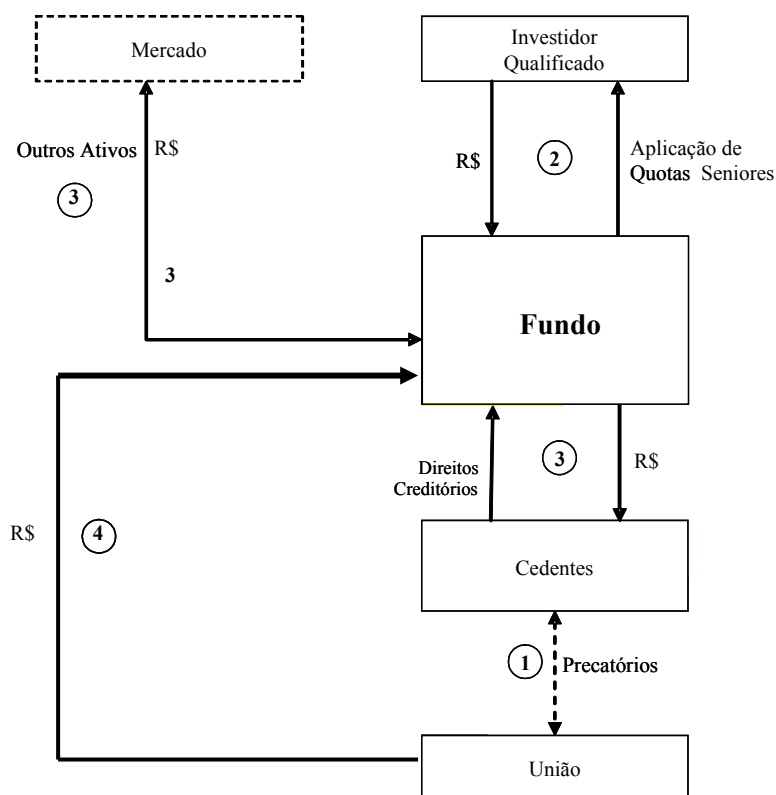
### **Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura**

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de acordo com a variação do IPCA-E, acrescida de uma Sobretaxa anual definida no Suplemento, conforme os critérios estabelecidos no Regulamento. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios dos Cedentes utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas.

## Desenho Esquemático do Fundo



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Os Cedentes detêm direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa em virtude de sentenças proferidas na Ação 98.0006431-1 e na Ação 99.0020604-5, os quais foram caracterizados pela emissão dos respectivos Precatórios em favor dos Cedentes.
2. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima.
4. Os recursos decorrentes do pagamento, pela União, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo.

## Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios e de Recebimento e Cobrança de Valores

Observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo(s) de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos juízos.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis dos Cedentes, observados os procedimentos de cessão definidos no Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, à Razão de Garantia, a Reserva de Caixa e, conforme o caso, a Alocação de Investimento Mínima.

O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação 98.0006431-1 e à Ação 99.0020604-5, conforme o caso, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor.

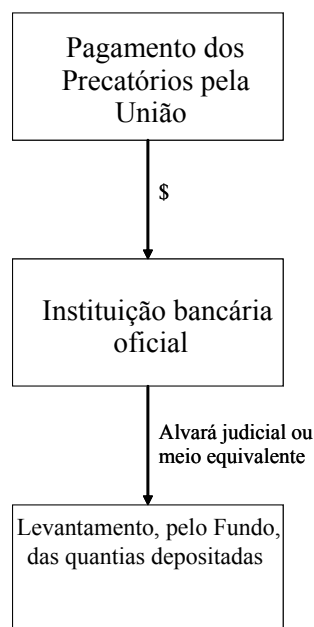
No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada.

O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, após a apresentação ao juízo de certidões necessárias para o levantamento das quantias depositadas, exigidas à época, nos termos da legislação aplicável na ocasião, depois de ouvida a Fazenda Pública. Na 1ª Data de Emissão, as certidões exigidas são: certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Dívida Ativa da União<sup>1</sup>.

O Fundo contratará escritório de advocacia para atuar nos procedimentos relacionados ao levantamento das quantias depositadas.

Nos termos do Regulamento, qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

Os procedimentos de recebimento de valores, pelo Fundo, podem ser representados graficamente da seguinte maneira:



Fluxo 2: Procedimentos de Recebimento de Valores.

---

<sup>1</sup> Em 30 de novembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3453, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil contra o art. 19 da Lei nº 11.033/2004, que instituiu a obrigação de apresentação de certidões para o levantamento de quantias depositadas em precatórios.

## **Formalização da Cessão**

A cessão de cada Direito Creditório será formalizada por meio da celebração de Termo de Cessão, lavrado por instrumento público. O Termo de Cessão indicará o rol dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, se a cessão será total ou parcial, e o respectivo Preço de Aquisição.

A cessão de Direitos Creditórios de cada Cedente ao Cessionário será considerada perfeita e acabada somente após a lavratura, por instrumento público, do Termo de Cessão, após a verificação das condições suspensivas abaixo indicadas, bem como depois do efetivo pagamento do Preço de Aquisição ao respectivo Cedente, nos termos do Contrato de Cessão.

O pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios, após a lavratura do Termo de Cessão, estará sujeita (a) à efetiva comunicação da cessão ao juízo competente, responsável pelo correspondente Precatório que lastreia o(s) Direito(s) Creditório(s) cedido(s); (b) à substituição dos Cedentes, pelo Fundo, na qualidade de beneficiários dos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº PRC20073450, nº PRC20073451, nº PRC20073452, nº PRC20070003681, nº PRC20070003687, nº PRC20070003688 e nº PRC20070003689, conforme o caso, ou alternativamente ao deferimento judicial de inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5, observado o prazo abaixo previsto; e (c) à efetiva subscrição e integralizações de Quotas Seniores, de emissão do Fundo, nos termos do Regulamento, em montante suficiente ao pagamento integral do(s) respectivo(s) Preço(s) de Aquisição, sendo estas condições suspensivas da cessão. Somente após a satisfação cumulativa das condições suspensivas acima pactuadas, é que o Fundo efetuará o pagamento do(s) Preço(s) de Aquisição indicado(s) no(s) respectivo(s) Termo(s) de Cessão, conforme previsto no Contrato de Cessão.

A cessão formalizada nos termos aqui descritos, após cumprida as condições suspensivas acima estabelecidas, transferirá ao Fundo, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou co-obrigação do respectivo Cedente e de suas Afiliadas, a plena titularidade dos Direitos Creditórios e de todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados.

Efetuada o pagamento do Preço de Aquisição, o correspondente Cedente outorgará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao pagamento da cessão dos respectivos Direitos Creditórios.

Na hipótese de ser indeferido o pedido a ser formulado em conjunto entre Cedentes e o Fundo para a substituição dos beneficiários originais dos referidos Precatórios pelo Fundo, ou seja negado o pedido de inclusão do Fundo no pólo ativo nos respectivos processos em que foram originados os Precatórios, no prazo de 30 dias contados da apresentação do primeiro pedido formulado, o pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios deverá ser feito, desde que verificado o implemento das demais condições suspensivas acima previstas, adotando-se as medidas previstas no Contrato de Cessão.

Caso não haja a efetiva subscrição e integralizações de Quotas Seniores, de emissão do Cessionário, em montante suficiente ao pagamento integral do(s) respectivo(s) Preço(s) de Aquisição, a cessão será apenas parcial, até o limite dos valores disponíveis ao Fundo para a aquisição dos Direitos Creditórios, permanecendo o remanescente com cada um dos Cedentes, na proporção de seus créditos.

## **Preço de Aquisição**

Pela aquisição de cada Direito Creditório Elegível, será pago pelo Cessionário ao Cedente, à vista, em moeda corrente nacional, o preço de aquisição definido em cada Termo de Cessão.

O Preço de Aquisição de cada Direito Creditório Elegível, definido em cada Termo de Cessão, será calculado usando-se o valor presente dos fluxos de caixa do respectivo Direito Creditório Elegível, descontado à taxa interna de retorno igual a Sobretaxa acrescida de um *spread* de 1,50% a.a.. O Preço de Aquisição deverá ser obrigatoriamente maior ou igual a 65% do valor nominal do respectivo Direito Creditório Elegível corrigido monetariamente pela variação do IPCA-E, desde julho de 2006 até o mês calendário imediatamente anterior à Data de Aquisição.

O Preço de Aquisição deverá ser pago sem qualquer dedução, retenção, desconto ou compensação de qualquer natureza, devendo cada Cedente arcar com todos os tributos incidentes em decorrência da cessão dos Direitos Creditórios. Ou seja, as obrigações tributárias geradas a cada um dos Cedentes serão cumpridas exclusivamente por estes.



De forma a minimizar potenciais riscos de crédito no Fundo, incluindo o risco de suspensão, pela União, dos pagamentos constantes dos Precatórios (tal como mencionado no item “Riscos de Crédito” na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto), o Distribuidor contratou firma de perícia independente (a Actual Perícias Ltda.), a qual, em 16 de novembro de 2006, emitiu parecer técnico confirmando o valor dos Precatórios conforme previsto no Contrato de Cessão.

### **Critério de Elegibilidade**

Os Direitos Creditórios adquiridos dos Cedentes pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, são aqueles decorrentes dos Precatórios, sendo este o único Critério de Elegibilidade aplicável ao Fundo.

### **Procedimentos de Registro**

O Contrato de Cessão e seus aditamentos serão levados a registro pela Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, em cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede do Fundo e de cada um dos Cedentes, no prazo de 10 Dias Úteis, contado de sua respectiva assinatura.

Cada Termo de Cessão será necessariamente lavrado por instrumento público perante o 18º Tabelião de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Os emolumentos, as taxas, e todos os demais custos relacionados à lavratura de escrituras e registro de contratos, serão suportados por cada Cedente e pelo Fundo, observado o disposto no Contrato de Cessão.

### **Eventos de Avaliação**

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências:

- a) qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou de contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios;
- b) caso qualquer dos Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 Dias Úteis, contado do recebimento, pela Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
- c) amortização e/ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- d) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- e) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- f) rebaixamento, pela Agência de Classificação de Risco, da classificação de risco das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão para “brA-F”, em escala local; ou
- g) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do Regulamento.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento, no prazo máximo de 2 Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, observado o quorum de deliberação definido no Regulamento, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador na forma abaixo descrita. Os resultados dos procedimentos de avaliação acima referidos deverão ser consubstanciados em laudo de avaliação.

A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente uma Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação. Caso os Quotistas presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.

Na hipótese de os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do Regulamento, em moeda corrente nacional, observados, os procedimentos de pagamento definidos no Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Dos Eventos de Avaliação”.*

#### **Razão de Garantia e Alocação de Investimento Mínima**

Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Razão de Garantia será equivalente a, no mínimo, 100% e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%, todos percentuais calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

#### **Procedimentos de Dação em Pagamento**

Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no Regulamento, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no Regulamento. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil abaixo referido.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos efetivamente atribuídos a ele. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos aqui descritos deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos do Fundo.

*Vide Regulamento, Capítulo XXIV – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.*

### **Ordem de Aplicação dos Recursos**

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na amortização, total ou parcial, das quotas seniores, emitidas para defesa dos respectivos Quotistas, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores;
- c) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- d) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento; e
- f) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos aqui definida e a política de investimento do Fundo constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a Data de Início e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente à Data de Início ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$100.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios.

*Vide Regulamento, Capítulo XXI – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.*

## AS QUOTAS

*Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.*

As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas abaixo descritas, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo ou no curso dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo XXIII do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador.

As Quotas do Fundo serão de 2 classes distintas, quais sejam: (a) 1 classe de Quotas Seniores; e (b) 1 classe de Quotas Subordinadas.

### **Características das Quotas Seniores**

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quotas com esse valor nominal;
- c) poderão ser amortizadas na forma definida no Regulamento;
- d) tem seu valor apurado na forma do Regulamento;
- e) nos termos do Regulamento, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de série de quotas seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

*Vide Regulamento, Capítulo XV – “Das Quotas” e Capítulo XXVII – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Seniores”.*

### **Características das Quotas Subordinadas**

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$100.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) tem seu valor calculado conforme o disposto no Regulamento;

- d) nos termos do Regulamento, os Quotistas Subordinados poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de série de quotas seniores específica, para assegurar a defesa de seus créditos, interesses e prerrogativas; e
- e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito (i) de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembléia Geral, as matérias tratadas no Regulamento e (ii) exercer o seu direito de voto, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembléia Geral, quando da implementação, pelo Fundo, dos procedimentos relativos à substituição, a qualquer título, da Administradora, da Gestora e do Custodiante nos termos do Regulamento.

*Vide Regulamento, Capítulo XV – “Das Quotas”.*

### **Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas**

As Quotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e os termos e condições da legislação aplicável. A integralização de Quotas será realizada de acordo com os procedimentos acordados com os Distribuidores

O Fundo poderá emitir 1 série da classe de Quotas Seniores dividida, em, no mínimo, 40 (quarenta) e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, ressalvada a emissão de série específica de quotas seniores, nos termos do Regulamento.

Observado o mínimo de 40 (quarenta) Quotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o Período de Distribuição, menos que 100% das Quotas Seniores objeto da Oferta, isto é 100 (cem) Quotas Seniores, o saldo das Quotas Seniores não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.

O Fundo somente emitirá Quotas Seniores desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, a Razão de Garantia, calculada *pro forma* na respectiva Data de Emissão, seja equivalente a, no mínimo, 105%.

O Fundo poderá emitir, em 1 ou mais Distribuições, 1 série da classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.

Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo. Poderão adquirir Quotas Seniores fundos de investimento geridos pela Gestora.

As Quotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas pelos Cedentes, pela Gestora e/ou suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não, administradores e funcionários.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores será de R\$1.000.000,00 e de R\$100.000,00 em Quotas Subordinadas.

As Quotas Seniores serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas, e à Administradora a adesão deste aos termos do Regulamento.

Os titulares de 100% das Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, poderão aprovar a emissão de novas Quotas Seniores de forma a captar os recursos necessários à aquisição dos direitos creditórios referidos no Regulamento.

Será dado direito de preferência aos Quotistas Seniores na emissão de novas Quotas Seniores acima descrita, observado o critério proporcional.

### Valor das Quotas

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo dia útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VNa = VNe \times FatorC \times FatorS,$$

Onde:

*VNa* valor de cada Quota Sênior na Data de Cálculo, calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento.

*VNe* valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão, ou o saldo de seu valor (valor remanescente após amortização, nos termos do Regulamento), calculado com 6 casas decimais, com arredondamento, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$VNe = \{VN \times (1 - SPA)\}, \text{ onde:}$$

*VN* valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão.

*SPA* somatório dos percentuais (“Pn”) das amortizações ocorridas até o Dia Útil imediatamente anterior a Data do Cálculo (inclusive). Para cada Data de Amortização de Quota Seniores será calculado um Pn de acordo com a seguinte expressão:

$$P_n = \frac{(Amort_n - S_n)}{(VN \times FatorC_n)}, \text{ onde:}$$

*P<sub>n</sub>* percentual de amortização do Valor Nominal da Quota Seniores em cada Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento.

*Amort<sub>n</sub>* valor unitário pago para cada Quota Sênior na Data de Amortização “n”.

*FatorC<sub>n</sub>* “FatorC”, apurado na Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior.

*Sn* valor da Sobretaxa devida na Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior, calculada com 6 casas decimais sem arredondamento utilizando a expressão:

$$Sn = \{VNe \times FatorC \times [FatorS - 1]\}, \text{ onde:}$$

“Vna”, “FatorC” e “FatorS” são calculados na Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior.

**FatorC** será (i) igual a 1, caso o Mês da Última Correção IPCA seja anterior ao mês da Data de Emissão ou (ii) o fator acumulado das variações dos índices utilizados, calculado com 15 casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorC = \left\{ \left[ \frac{IPCA - E_n}{IPCA - E_0} \right] \right\}$$

**$IPCA - E_0$**  valor do Número Índice do IPCA-E referente ao mês imediatamente anterior ao mês da Data de Emissão.

**$IPCA - E_n$**  valor do Número Índice do IPCA-E referente ao Mês da Última Correção IPCA.

**Número Índice do IPCA-E** número índice com base 100 fixada a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Seniores em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, agosto, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2006 será  $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$ . Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15

**FatorS** fator da Sobretaxa fixa calculada com 9 casas decimais, com arredondamento, observado o disposto na seguinte expressão:

$$FatorS = \left[ \left( \frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP}{252}}, \text{ onde:}$$

**DP** número de Dias Úteis do período compreendido entre a data de início do Período de Capitalização (inclusive), e a Data de Cálculo (exclusive), sendo “DP” um número inteiro.

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração.

*Vide Capítulo XVII – “Do Valor das Quotas” do Regulamento.*

## Amortização e Resgate das Quotas

No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores serão amortizadas, em Regime de Caixa, por seu valor calculado na forma do Regulamento, observada a ordem de aplicação de recursos do Fundo, em até 3 Dias Úteis após o pagamento da enésima Parcela Recebida, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas Seniores será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$AMTZn = fat \times \frac{PRn - DPREF}{NQS}$$

onde:

<i>AMTZn</i>	Valor do pagamento devido a cada Quota Sênior em Circulação na data da enésima amortização de Quotas Seniores;
<i>fat</i>	Fator de multiplicação equivalente a 0,925;
<i>PRn</i>	Enésima Parcela Recebida;
<i>DPREF</i>	Somatório dos encargos esperados de responsabilidade do Fundo referidos no Regulamento, apurados pela Administradora; e
<i>NQS</i>	Número de Quotas Seniores em Circulação na respectiva Data de Amortização de Quotas Seniores.

O valor da Amortização apurado na forma acima descrita tem como limite máximo o valor da Quota Seniores, calculado na forma do Regulamento, na Data de Amortização de Quotas Seniores.

As Quotas Subordinadas serão amortizadas, em Regime de Caixa, em até 2 Dias Úteis após o pagamento de cada amortização de Quotas Seniores, conforme aqui estabelecido, desde que o Fundo encontre-se adimplente com relação a todas as obrigações para com as Quotas Seniores. Sempre observada a ordem de aplicação de recursos do Fundo, o valor de cada amortização de Quotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, a Razão de Garantia seja equivalente a, no mínimo, 100%.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas, nos termos aqui previstos, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.

Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio de procedimentos de dação em pagamento. As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.

*Vide Regulamento, Capítulo XVIII – “Da Amortização e Resgate das Quotas”.*



## **Custos Referentes à Defesa dos Quotistas**

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de quotas seniores específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

Todos os custos e despesas aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo, dos Quotistas Seniores e dos Quotistas Subordinados, não estando a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, os Distribuidores e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui referidos.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos aqui descritos, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas Seniores reunidos na Assembléia Geral prevista no Regulamento. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma aqui citada, os Quotistas Seniores deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da série de quotas seniores, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando da amortização das quotas seniores emitidas nos termos desta Seção, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Regulamento.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere esta Seção e da assunção, pelos Quotistas Seniores, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos aqui descritos, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

*Vide Regulamento, Capítulo XXVII – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.*

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Distribuidores ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.

### Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial dos referidos Direitos Creditórios conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora ou a Gestora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados, e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e a seus Quotistas.
- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim de seu prazo de duração ou nos demais casos previstos no Regulamento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese específica prevista no Regulamento, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Neste caso, além de correrem os riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário, conforme descrição contida na alínea (a) acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora e/ou da Gestora.
- e) **Risco de descontinuidade do Fundo.** O prazo máximo de liquidação dos Precatórios pela União é de 10 anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Assim, caso a União opte por liquidá-los em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.

- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco aqui descritos, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 20% do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, dos Distribuidores e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas Seniores não farão jus, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do Regulamento, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.
- i) **Risco do exercício de poder de voto pelos Quotistas Subordinados.** A aprovação das matérias específicas definidas no Regulamento dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, em votação em separado no curso da mesma Assembleia Geral. O referido direito dos Quotistas Subordinados pode vir a impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos Quotistas Seniores, afetando-os, assim, de maneira adversa.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Regulamento, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas Seniores. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, os Distribuidores e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

#### **Fatores Associados aos Direitos Creditórios**

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos constantes dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União. Em nenhuma hipótese, a Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União.
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 10 anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição da República alterando as condições de pagamento de precatórios, inclusive dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, *caput* e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02 de setembro de 2004. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal, salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.
- e) **Não Atualização dos Direitos Creditórios pela Variação do IPCA-E e Modificação do Critério para Determinação dos Juros Legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais”, previsto na Constituição da República, vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma inclusa anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, os Distribuidores e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- f) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de precatórios, podendo utilizar 70% de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- g) **Ação Rescisória.** A ação rescisória é o meio processual pelo qual se pede a desconstituição de uma sentença transitada em julgado, por vícios pertinentes à sua validade. A admissibilidade da ação rescisória pressupõe, além da existência de uma sentença de mérito transitada em julgado, a ocorrência de um dos motivos previstos taxativamente no artigo 485 do Código de Processo Civil, que dispõe: “Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente; III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; IV - ofender a coisa julgada; V - violar literal disposição de lei; VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória; VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa; § 1º - Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido. § 2º - É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato”. Na forma do artigo 489 do Código de Processo Civil, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. De acordo com o artigo 495 do Código de Processo Civil, a ação rescisória deverá ser proposta no prazo de até 2 anos contados do trânsito em julgado da decisão. Tendo em vista que o referido prazo ainda não se esgotou para a Ação 99.0020604-5, há, em tese, a possibilidade processual da União propor ação rescisória contra aquela sentença que originou os respectivos Precatórios.
- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição dos Cedentes, pelo Fundo, no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5, conforme o caso.
- i) **Quanto à Substituição dos Cedentes e Levantamento de Quantias.** Nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento pelo Fundo aos Cedentes pela cessão dos Direitos Creditórios, após a lavratura do respectivo Termo de Cessão, estará sujeita à substituição dos Cedentes, pelo Fundo, na qualidade de beneficiários dos Precatórios, ou, alternativamente, ao deferimento judicial de inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5. Na hipótese de ser indeferido o pedido a ser formulado em conjunto pelos Cedentes e o Fundo para a substituição dos beneficiários originais dos Precatórios pelo Fundo, ou caso seja negado o pedido de inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e/ou da Ação 99.0020604-5, no prazo de 30 dias contados da apresentação do primeiro pedido formulado, o pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios deverá ser feito, desde que verificado o implemento das demais condições suspensivas avençadas no Contrato de Cessão, adotando-se as medidas ali previstas. Além disso, existe previsão legal, que vem sendo contestada judicialmente, de condicionar o levantamento das quantias pagas pela União, à apresentação, pelo credor, de certidões negativas de tributos federais, estaduais e municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública (Lei nº 11.033/2004). Com a cessão, as certidões do Fundo é que deverão ser apresentadas, com a substituição dos Cedentes no SIAFI. No entanto, não existem precedentes acerca da matéria, e não há como garantir que apenas as certidões do Fundo (e não também das Cedentes) serão requeridas para levantamento das quantias. Assim sendo, é possível que as quantias pagas em relação aos Direitos Creditórios tenham que ser levadas pelos Cedentes, nos termos do Contrato de Cessão, e subseqüentemente transferidas pelos Cedentes ao Fundo.
- j) **Risco de Pagamento Antecipado.** A Constituição Federal prevê o pagamento dos precatórios que preencham as condições do artigo 78 do ADCT em até 10 parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Distribuidores e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos aqui descritos, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

*Vide Regulamento, Capítulo XIII – “Dos Fatores de Risco”.*

## **POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Administradora, o Custodiante, a Gestora, os Distribuidores, os Cedentes e suas respectivas Afiliadas mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

Os Cedentes, a Gestora e/ou suas Afiliadas, bem como seus respectivos sócios, controladores ou não, administradores e funcionários, observado o disposto nos normativos da CVM, poderão subscrever e integralizar Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional, ou por meio da cessão de Direitos Creditórios, conforme o caso. Ademais, a Gestora poderá subscrever e integralizar indiretamente, por meio dos fundos de investimento por ela geridos, Quotas Seniores.

## **UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes.

## DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios são decorrentes:

- a) da ação ordinária nº 98.0006431-1, que tramita perante a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, em que figura como autora a Citoma e como ré a União, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição sobre exportação de café), cuja sentença transitou em julgado em 8 de junho de 2004, tendo a União sido condenada a pagar à Autora Citoma a quantia de R\$92.996.211,00, em fevereiro de 2006 (fls. 411 do processo), sendo que, em decorrência do ajuste de prestação de serviços firmado entre a Autora Citoma e BAT e GPC, onde restou pactuado que a BAT e GPC fazem jus a 16% do montante fixado nos autos da ação em referência - e juntado aos autos do processo - o MM. Juiz da 2ª Vara Federal Cível, determinou a dedução dos honorários contratuais do total do crédito, que com o rateio ficou distribuído da seguinte forma: (i) à Citoma R\$78.116.816,21; (ii) à BAT a quantia de R\$8.481.254,33; e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$ 6.398.139,23. Em cumprimento ao despacho de fl. 411, que determinou a expedição dos Precatórios com base nos cálculos de fl. 401, estes (Precatórios) foram expedidos em favor das partes seguintes: (i) à Citoma R\$79.041.960,18; (ii) à BAT a quantia de R\$8.581.698,41; e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$6.473.912,85, cujos valores são atualizados até 1º de julho de 2006, evidenciados pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº PRC20073450, nº PRC20073451 e nº PRC20073452, respectivamente; e
- b) da ação ordinária nº 99.0020604-5, que tramita perante da 12ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que figura como autora a Citoma e como ré a União, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição), tendo a sentença transitado em julgado em 3 de fevereiro de 2006. Proposta a execução de sentença no valor de R\$40.269.880,04 em 22 de março de 2006, a União, após citada, opôs embargos à execução alegando excesso de execução no valor de R\$9.024.291,68, restando um valor incontroverso de R\$31.245.588,36, valor esse que a União foi condenada a pagar da seguinte forma: (i) à Citoma a quantia de R\$26.419.748,21; (ii) à Bergi Advocacia Tributária a quantia de R\$2.725.008,31; (iii) ao Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes a quantia de R\$2.055.708,03; e (iv) ao advogado Bruno Pinheiro Barata a quantia de R\$251.616,55, conforme cálculos atualizados até 29 de junho de 2006, evidenciados respectivamente pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº 51000122006000103 (PRC20070003681), nº 51000122006000109 (PRC20070003687), nº 51000122006000110 (PRC20070003688) e nº 51000122006000111 (PRC20070003689), todos protocolados em 30 de junho de 2006.

Quando a Fazenda Pública (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios) é condenada em uma ação judicial, e não caibam mais recursos contra a sentença condenatória, a execução do crédito é realizada na forma do artigo 730 do Código de Processo Civil e do artigo 100 da Constituição Federal, que prevê o pagamento por meio de precatório.

Precatório é uma ordem judicial de pagamento expedida contra a Fazenda Pública devedora, em que o Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequiênda requisita o pagamento em favor do credor.

A Fazenda Pública condenada tem a obrigação de pagar, até o dia 31 de dezembro de cada ano, todos os precatórios apresentados até o dia 1º de julho do ano anterior, na ordem cronológica de apresentação, conforme determina expressamente o artigo 100 da Constituição Federal:

*“Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

*§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

*§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.*



*§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.*

*§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.*

*§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.*

*§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público.*

*§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade.”*

A Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro do ano 2000, estabeleceu um regime de exceção ao pagamento de precatórios apresentados até 31 de dezembro de 1999, ou originados de ações judiciais propostas até a referida data, ao acrescentar, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 78, com a seguinte redação:

*“Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos. (AC)*

*§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor.*

*§ 2º As prestações anuais a que se refere o caput deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora.*

*§ 3º O prazo referido no caput deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse.*

*§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação.”*

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito que os Cedentes detêm contra a União, decorrentes de sentenças condenatórias transitadas em julgado (i) na ação ordinária nº 98. 0006431-1, que tramita perante a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, movida pela Citoma contra a União; e (ii) na ação ordinária nº 99.0020604-5, que tramita perante a 12ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que figura como autora a Citoma e como ré a União.

Tendo em vista que a ação judicial foi proposta antes de 31 de dezembro de 1999, os valores devidos serão pagos na forma do artigo 78 do ADCT e dos demais normativos aplicáveis.

Todas as fases processuais já foram esgotadas, houve o trânsito em julgado da decisão em 2 de junho de 2004, e nem mesmo é possível o ajuizamento de ação rescisória, pois conforme o artigo 495 do Código de Processo Civil, o direito de propor a referida medida judicial se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão.

Foram regularmente expedidos os competentes Precatórios, já desmembrados nos valores devidos à autora original e a seus advogados, conforme ofícios requisitórios de pagamento registrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região sob os números PRC20073450, PRC20073451 e PRC20073452. A tramitação dos precatórios pode ser acompanhada pela *Internet*, no *site* do Tribunal Regional Federal da 2ª Região ([www.trf2.gov.br](http://www.trf2.gov.br)).

Houve a concordância da União quanto aos cálculos apresentados em juízo pelos Cedentes, e os respectivos Ofícios Requisitórios de pagamento foram protocolados em 26 de junho de 2006, antes, portanto, da data limite de 1º de julho de 2006 prevista no já mencionado artigo 100, §1º, da Constituição Federal.

Os valores devidos por força das condenações judiciais, e evidenciados pelos Precatórios já apresentados e registrados no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, devem ser pagos em 10 parcelas anuais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31 de dezembro de 2007. Os precatórios devem ser pagos na ordem cronológica de apresentação.

Observado o tratamento dispensado aos demais precatórios emitidos contra a União, os Direitos Creditórios foram atualizados nos Tribunais Regionais Federais - TRFs em 1º de julho de 2006, consoante índices de correção monetária divulgados em Resolução do Conselho da Justiça Federal (no caso, a Portaria 57, de 29 de julho de 2006), pela variação acumulada do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), Série Especial, e os valores atualizados foram encaminhados ao Tesouro Nacional para liberação das verbas.

Enquanto aguardam os pagamentos, os Precatórios têm correção monetária pelo IPCA-E, e são acrescidos de juros simples de 6% ao ano, conforme previsto na lei orçamentária anual. Os juros de 6% ao ano são devidos apenas a partir do mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela. Isso se explica tendo em vista a disposição do artigo 100 da Constituição Federal, que considera dentro do prazo constitucional o pagamento feito no exercício seguinte àquele em que o precatório foi autuado no TRF. Portanto, a partir da segunda parcela incidirão os juros a partir de janeiro do referido ano.

Após o recebimento das verbas liberadas pelo Tesouro Nacional, os TRFs devem depositar os valores dos precatórios nas suas respectivas contas judiciais, à disposição dos juízos processantes. A remuneração dessas contas é feita, a partir de então, pelo Banco do Brasil, aplicando-se os juros de 0,5% a.m. mais a TRD. Os juros serão calculados até a data do efetivo levantamento (*pro-rata*).

Os levantamentos das quantias devem ser feitos por meios de alvarás judiciais, solicitados diretamente ao juiz da execução, logo após o depósito das quantias devidas no Banco do Brasil.

O mesmo artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê expressamente a possibilidade de cessão dos créditos, que se fará por instrumento público.

No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas para definirem as providências a serem adotadas, previstas no artigo 100 da Constituição Federal e no artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias acima transcritos.

## **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E**

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e o município de Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

*As informações referentes à Citoma, ao Gestor, ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

## **CITOMA**

### **Introdução**

A Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda., sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 700, bloco 03, sala 224, inscrita no CNPJ sob o nº 58.133.588/0001-31, foi fundada em 22 de maio de 1956 e o controle acionário passou para a administração atual em 29 de agosto de 1985.

Entre 1985 e 1996, a Citoma foi uma das empresas exportadoras mais ativas no mercado, figurando entre os dez maiores do país. Nessa época, a empresa mantinha filiais em Santos, Varginha, Vitória, Londrina, Paranaguá e Manhuaçu. O armazém geral próprio foi centralizado no Estado de São Paulo, em São José do Rio Preto, e foram utilizados armazéns de terceiros nas demais praças. O *trading center* e as finanças eram comandadas na sede no Rio de Janeiro, ligadas estreitamente às afiliadas do Grupo em Londres, Nova Iorque e na Suíça. Após 1996, as operações de exportação de café foram suspensas e a Citoma encerrou suas atividades operacionais.

Após o encerramento das suas atividades operacionais acima referido, a Citoma passou a gerenciar apenas os seus créditos tributários e direitos creditórios a receber da União.

### **Objeto Social**

A Citoma tem por objeto social o comércio, a importação e exportação de café e outros grãos, produtos alimentícios, produtos químicos, produtos manufaturados, produtos elaborados e semi-elaborados, tais como metais e matérias primas para a indústria em geral, bem como o agenciamento e representação direta ou indiretamente relacionada à sua atividade, a prestação de serviços de apoio administrativo e a participação no capital de outras sociedades como sócia quotista ou acionista.

### **Estrutura de Capital e Controladores**

Atualmente, o capital social da Citoma é de R\$25.000.000,00, dividido em 25.000.000 quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

São quotistas da Citoma:

<b>Quotistas</b>	<b>Quotas</b>	<b>%</b>
1. Antonio Augusto Cardoso Garcez	7.500.000	30
2. Carlos Henrique Ferreira Braga	6.250.000	25
3. Howard Saffer	3.750.000	15
4. Manuel Antonio Ferreira de Almeida	3.750.000	15
5. Guilherme Braga Abreu Pires Filho	3.750.000	15
<b>Total</b>	<b>25.000.000</b>	<b>100,00</b>

Data: 30.11.2005.

Fonte: Citoma.

## **Experiência Profissional dos Quotistas da Citoma**

*Antonio Augusto Cardoso Garcez.* Fundador e quotista responsável pela administração das atividades da Citoma. Administrador de empresas com mais de 40 anos de experiência profissional na presidência de grandes empresas multinacionais de *trading*. Atualmente, acumula as funções de CEO Internacional do Grupo B. Pacorini e Diretor Presidente da Cafeco Armazéns Gerais.

*Howard Saffer.* Responsável pelas áreas de finanças e administração da Citoma. Formado pelo *Institute of Chartered Accountants of England & Wales*. Tem mais de 40 anos de experiência, tendo trabalhado na Price Waterhouse (Londres e Brasil), Grupo Klabin e Marcelino Martins antes de assumir as suas responsabilidades na Citoma em 1985. Atualmente, é Diretor da Proud Industria e Comercio e Açaí Brasil.

*Guilherme Braga Abreu Pires Filho.* Advogado com mais de 40 anos de experiência profissional, tendo atuado como Diretor Internacional do Instituto Brasileiro de Café antes de assumir as suas responsabilidades na Citoma em 1985. Atualmente, é presidente da CECAFE, associação das exportadoras de café do Brasil e o Centro Comercial de Café do Rio de Janeiro.

*Carlos Henrique Ferreira Braga.* Oficial da Marinha Brasileira com experiência em *Trading* Internacional. Diretor da Bocaina Ltda. e proprietário de fazendas no Brasil.

*Manuel Ferreira de Almeida.* Quotista da Citoma e da Impex Ltda.

## **Administração**

A administração da Citoma compete ao quotista Sr. Antonio Augusto Garcez.

## **Pendências Judiciais**

A Citoma interrompeu suas operações em 1996 e, desde então, tem como atividade apenas a administração de seus créditos tributários e dos créditos que têm a receber em face de demandas judiciais ainda pendentes.

Por não ser uma empresa operacional há mais de uma década, a empresa não figura como ré em ações de natureza trabalhista ou cível.

A Citoma é autora de três ações de natureza cível contra a União Federal, de acordo com os seus exercícios de apuração, para questionar a legalidade das cotas de contribuição do café que incidiram sobre as exportações de café no período de abril de 1987 a abril de 1990.

A primeira delas, processo nº 98.0006431-1, da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo, teve trânsito em julgado de decisão favorável à CITOMA em 02 de junho de 2004, apurando-se o crédito que já se encontra representado por precatório e é objeto de cessão ao Fundo.

A segunda ação, processo nº 99.0020604-5, da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, teve trânsito em julgado de decisão favorável à CITOMA em 03 de fevereiro de 2006, apurando-se um crédito no valor incontroverso, válido para março de 2006, de R\$32.807.864,77, que já se encontra representado por precatório, sendo que outros R\$9.475.506,27 são objeto de embargos à execução.

A terceira ação, processo nº 98.0002905-2, da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária do Espírito Santo, teve trânsito em julgado de decisão favorável à Citoma em 27 de novembro de 2003, mas a execução iniciou-se apenas posteriormente e ainda não foi expedido ofício requisitório do crédito da empresa, que é de aproximadamente R\$14.000.000,00.

A Citoma também é titular de direitos creditórios decorrentes de ação judicial que diversas empresas exportadoras de café movem contra a União Federal, sucessora do extinto Instituto Brasileiro de Café – IBC, que pedem indenização decorrente da quebra de contrato firmado para aquisição de café na Bolsa de Mercadorias de Londres, no que se denominou “Operação Patrícia” ou “Operação London Terminal”. A ação foi julgada favoravelmente aos autores, em primeira instância, e aguarda julgamento de recurso de apelação no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, sob o nº 1992.51.01.000378-1. Estima-se o crédito em favor da Citoma no valor superior a £40 milhões (quarenta milhões de libras). Vale ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou em outras oportunidades acerca da denominada “Operação Patrícia”, sempre favoravelmente às empresas exportadoras de café prejudicadas pelo inadimplemento do extinto IBC.

Em matéria tributária, a Citoma possuía ajuizadas contra si 11 execuções fiscais que correspondem à última oportunidade de defesa contra a cobrança dos débitos, além de possibilitarem a penhora e o leilão de bens. Tratam-se de 8 execuções objetivando a cobrança de débitos de ICMS e 3 execuções objetivando a cobrança de débitos de contribuição previdenciária devida ao INSS. Desses processos, apenas 3 envolviam valor superior a R\$300.000,00, quais sejam:

Na Execução Fiscal nº 24.020.200.523, a Fazenda do Estado do Espírito Santo exige o ICMS, decorrente de venda de mercadoria sem Nota Fiscal, no montante estimado em R\$810.077,28 (em janeiro de 2006). O advogado que patrocina a defesa estima o risco de perda como provável e em 31 de julho de 2006 havia provisão contábil constituída no valor integral da contingência.

Na Execução Fiscal nº 039.498.001908-4, proposta pela Fazenda do Estado de Minas Gerais (Manhuaçu), exige-se de algumas exportadoras o ICMS oriundo de café furtado do Armazém Ipiranga. O valor cobrado especificamente da CITOMA era de R\$345.230,58 (em janeiro de 2006) e em 31 de julho de 2006 havia provisão contábil constituída no valor de R\$ 307.968,24.

Finalmente, o débito de ICMS exigido pelo Estado do Paraná por meio da Execução Fiscal nº 03/98, no montante de R\$2.565.000,00 (em dezembro de 2005), foi quitado em 30 de março de 2006, com os benefícios da anistia de juro e multa estabelecido pela legislação local.

Há ainda um débito material de contribuições ao INSS, decorrente da NFLD nº 35.065.328-3, que era objeto de parcelamento em 60 meses. Em razão do novo REFIS, em 31 de agosto de 2006, a Citoma reparcelou este e outros débitos também parcelados com vistas a reduzir valores e alterar os prazos de pagamento. Confira-se os valores reparcelados:

<b>Parcelamentos da Citoma em 30-09-06</b>	<b>R\$ Mensal</b>	<b>R\$ Total</b>
<b>Parcelamentos de INSS</b>		
1 NFLD 35065328-3 - Parcela 23 a 60/60	21.534,42	818.307,96
2 NFLD 35.065.329-1 - Parcela 12 a 48/48	1.715,47	63.472,39
<b>Parcelamentos Receita Federal</b>		
3 I.R 107680128989783 - parc 21 a 60/60	1.090,21	43.608,40
4 Multa 18471000600200518 Parc 13 a 60/60	496,29	23.821,92
<b>Prefeitura SJRP</b>		
5 Taxa licenciamento Parc. 02 a 60/60	744,61	43.931,99
	<b>25.581,00</b>	<b>993.142,66</b>

**Os itens 1, 2, 3 e 4 foram objetos de REFIS em 31-08-06 para redução de valores e modificação dos prazos de pagamento.**

Alerte-se que a Medida Provisória nº 303/2006, que tratava do novo Refis, não convertida em lei, perdendo assim a sua eficácia. Desta forma, para os contribuintes, como a Citoma, que aderiram ao programa de parcelamento, resta aguardar a publicação de decreto legislativo que regule as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a vigência e a eficácia da referida medida provisória.

## Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros – Citoma

As informações financeiras contidas nesta Seção, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005, 2004 e 2003, foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Citoma, auditadas e revisadas pela Price Waterhouse Coopers Auditores Independentes.

<i>(em R\$ mil)</i>			
<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>2.003</b>	<b>2.004</b>	<b>2.005</b>
Faturamento Bruto			
(-) Impostos e Deduções			
Faturamento Líquido			
(-) Custos dos Produtos Vendidos			
Resultado Bruto			
Receita com cotas de contribuição	6.982	42.135	
(-) Desp. Gerais Adm. e com Vendas	(416)	(1.576)	(568)
(-) Outras Rec. ou Desp. Operacionais	(151)	(591)	(453)
Resultado Operacional	6.415	39.968	(1.021)
(-) Resultado Financeiro	17.052	8.413	10.895
Result. Oper. após Result. Financ.	23.467	48.381	9.874
Imposto de renda e contribuição social		(10.384)	(411)
Lucro/Prejuízo Líquido	23.467	37.997	9.463
<b>Balanco Patrimonial</b>	<b>2.003</b>	<b>2.004</b>	<b>2.005</b>
Ativo Circulante	347		53.768
Disponibilidades	23	18	85
Realizável a Longo Prazo	68.976	113.057	62.646
Ativo Permanente	28	31	5
Total do Ativo	69.374	113.106	116.504
Passivo Circulante	125	306	74.582
Dívida de Curto Prazo			2.513
Exigível a Longo Prazo	99.889	103.343	4.736
Dívida de Longo Prazo	520	2.618	545
Patrimônio Líquido	(31.160)	6.839	34.128
<b>Índices Financeiros</b>	<b>2.003</b>	<b>2.004</b>	<b>2.005</b>
Liquidez Corrente	2,96	0,06	0,70
Dívida Líquida <sup>1</sup>	497	2.600	2.973
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	(0,02)	0,38	0,09
Empréstimos e Financiamentos CP (%)	0%	0%	7%
Empréstimos e Financiamentos LP (%)	-2%	38%	2%

1 Dívida Total – Disponibilidades

Fonte: Citoma.

## **ADMINISTRADORA**

### **Histórico**

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, totalizando 226 contratos de prestação de serviços, dentre os quais 120 estão ativos.

### **Estrutura e Administração**

A empresa é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, Juarez Célio da Gama Dias Costa e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 30 profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 8 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2004 a nota de longo prazo brAA-.

### **Administração de Fundos de Investimento**

A Administradora tem experiência de mais de 10 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

*Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.*



## GESTORA E ESTRUTURADORA

### Introdução

A Polo Capital Gestão de Fundos Ltda. é uma gestora de fundos de investimentos independente fundado em 2002. A Polo oferece produtos de risco específico empregando estratégias de valor relativo. A abordagem do gestor e o conceito de investimento dos fundos da Polo é capitalizar em ineficiências do mercado. Elas são identificadas através de pesquisa intensiva feita de “baixo para cima”. Após o levantamento de todas as opções de investimentos e idéias de combinações é possível comparar as relações de risco-retorno. Assim, a Polo acredita que define-se uma combinação que assegure complementaridade entre as operações, maximizando o risco-retorno da carteira. Esse processo de investimento é dinâmico, flexível e adaptável caso a caso. A análise fundamentalista permite explorar oportunidades que aparecem tanto no mercado de ações quanto no mercado de crédito. O processo de investimento e a experiência e diversificação de equipe são uns dos principais diferenciais dos fundos da Polo.

A Gestora é autorizada a administrar recursos de terceiros através do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003.

### Equipe de Profissionais

Através da experiência ampla de seus profissionais, a Polo possui uma experiência sólida em gestão de recursos, em controle e operações e na área comercial. A equipe de profissionais da Polo é composta atualmente por 14 profissionais, distribuídos nas áreas de gestão, operacional e comercial. Segue abaixo uma descrição de cada membro da equipe.

*André Pines* – Atua na Polo como responsável pela área de operações e administrativa desde setembro de 2005. Iniciou sua carreira em 1992 na área de desenvolvimento de sistemas do Banco Cindam, assumindo posteriormente a área de processamento bancário. Em 1999 foi para o UBS Asset Management como COO da operação no Brasil. Em 2002 atuou como *controller* da Degussa Dental Brasil. Entre 2003 e 2005 foi o sócio na Fidúcia *Asset Management*, responsável pelas áreas de *compliance*, administrativa, IT, jurídica e processamento. Em 2005 transferiu-se para a Polo. Graduado em Engenharia de Computação pela PUC-Rio com pós graduação em administração pela FGV-Rio.

*André Ventura* – Analista. Atua na Polo na área de gestão como analista de produtos de renda fixa e analista quantitativo de produtos de renda variável desde abril de 2006. Iniciou sua carreira em 2002 na Johnson & Johnson nos EUA nas áreas de logística e operações globais. Em 2004, trabalhou no Boston Consulting Group, empresa internacional de consultoria empresarial com foco em projetos nas áreas de energia e telecomunicações. No final do ano de 2004, transferiu-se para a Paradigma onde inicialmente ficou responsável pelo desenvolvimento de ferramentas contábeis e de risco e em 2005, passou a desenvolver estratégias quantitativas de *trading*. Em 2006 transferiu-se para a Polo. Graduado em Engenharia Aeronáutica pelo ITA.

*Carlos Eduardo Alves* – Analista. Atua na Polo na área de gestão, sendo responsável pelos setores de eletricidade, mineração, siderurgia, papel e celulose e petróleo desde maio de 2003. Antes de ingressar na Polo, trabalhou no UBS, banco de investimento internacional no Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira no UBS em 2000 como analista do setor elétrico. Transferiu-se para a Polo em 2003. Graduado em Engenharia de Produção pela PUC-Rio.

*Christiano Pereira* – Sócio. Atua na Polo na área de gestão responsável pela análise quantitativa e de renda fixa desde maio 2003. Antes de ingressar na Polo, trabalhou no CSFB – Garantia, banco de investimento internacional em São Paulo. Iniciou sua carreira no banco em 2000, integrando a equipe de IT para desenvolvimento de sistemas de risco e de suporte aos operadores. Em 2001 mudou-se para a área de modelagem quantitativa tornando-se posteriormente responsável pela área no Brasil. Em 2003 transferiu-se para a Polo e em 2006 virou Sócio. Graduado em Engenharia Mecânica pelo ITA e mestre em matemática pelo IMPA (Instituto de Matemática Pura e Aplicada).

*Claudio Andrade* – CFA e Sócio. Co-fundador e atua na Polo na área de gestão. Responsável pelo setor de bancos e pelo controle de risco. Iniciou sua carreira no Banco de Investimento Garantia em 1993, sendo responsável de 1997 até 2002 pela gestão do portfólio de valor relativo da carteira proprietária de renda variável. Em dezembro 2002 fundou a Polo com Marcos Duarte e lançou o primeiro fundo em maio 2003. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

*Daniel Vidal* – Atua na Polo na área de operações desde maio de 2003. Iniciou sua carreira no Banco Icatu em 1996, trabalhando no departamento de análise de empresas. Entre 2000 e 2003 trabalhou no Banco BBA Creditanstalt, sendo responsável pelo banco de dados para o departamento de análise e posteriormente trabalhando como analista assistente para os setores de consumo e papel e celulose. Graduado em Contabilidade pela UFRJ.

*Dara Chapman* – Atua na Polo como responsável pela área comercial e pelas atividades de relações com investidores desde fevereiro de 2005. Iniciou sua carreira na área *private* do Bank of América na Califórnia em 1989. Mudou-se para a Europa em 1992 e trabalhou no OCDE na França como administradora e responsável pela captação de recursos de 1993 a 1998. Trabalhou no Brasil nas áreas de relações com investidores na Ambev, no MZ Consulting e no Paradigma de 2000 a 2004. Em 2005 transferiu-se para a Polo. MBA pela *Wharton Business School* e mestre pela *International Studies* na *University of Pennsylvania “Lauder Institute”*.

*Flavio Kaq* – Atua na Polo na área de gestão desde setembro de 2006. Iniciou sua carreira no Modal Asset Managment em 2004 como analista de investimento. Em 2005 passou a integrar a equipe de *equity research* do Banco Pactual, nos setores relacionados à mineração, siderurgia e aviação. Graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela PUC-Rio.

*Guilherme Varela* – Atua na Polo prestando serviços na área de IT desde agosto de 2006. Iniciou sua carreira em 2004 trabalhando na área de risco do Banco Máxima. De janeiro de 2005 a 2006 trabalhou no *back-office* da Opus Gestão de Recursos, tendo se transferido, posteriormente, para a Polo Capital. Graduado em Engenharia Elétrica pela PUC-Rio.

*João Paulo Falcão* – Atua na Polo na área de gestão. Responsável pelo setor de consumo desde novembro de 2005. Iniciou sua carreira em 2000 no Planetaimovel na área de análise de negócios da empresa. De 2001 a 2003 trabalhou na área de investimentos da Rio Bravo Investimentos e, em 2003, na área de fusões/aquisições e reestruturações da mesma empresa, focado nos setores de consumo e de recursos naturais. Em 2005 passou a integrar a equipe da Polo Capital. Graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP.

*Marcos Duarte* – Sócio. Co-fundador e atua na Polo na área de gestão responsável pelo setor de telecomunicação e pelo desempenho de governança corporativa. Iniciou sua carreira no Banco Icatu em 1992, onde trabalhou no departamento macroeconômico. Em 1994 transferiu-se para o *Bankers Trust Company*, sendo responsável pela gestão da carteira proprietária de renda variável e por produtos soberanos. Em 1997 foi para o Banco CSFB, onde foi responsável pela gestão da carteira de renda fixa no México e Argentina. Em 2000 transferiu-se para um *family office*, sendo responsável pela gestão da carteira de renda variável. Em dezembro 2002 fundou a Polo com Cláudio Andrade e lançou o primeiro fundo em maio 2003. Graduado em Engenharia de Produção pela UFRJ.

*Wellington Assis* – Atua na Polo na área de operações desde outubro de 2003. Iniciou sua carreira na Pólo, tendo como função prestar apoio às áreas de controle e administrativa da empresa. Graduado em Engenharia de Telecomunicações pelo IME.

## **Experiência da Gestora**

Em maio de 2003 a Polo lançou o primeiro fundo de investimento, “Polo FIA”. Posteriormente, a Polo lançou mais dois fundos de investimentos, contando, hoje, com 14 membros. Em 29 de setembro 2006 o patrimônio líquido dos fundos de investimento pela Polo geridos era de, aproximadamente, R\$680 milhões. Seguem abaixo as principais características de cada fundo.

## 1. “Polo HG Fundo de Investimento em Ações”

### *Introdução*

O Polo HG FIA, o primeiro fundo lançado pela Polo, foi constituído em maio de 2003. Este fundo de investimento busca exposição ao risco específico de companhias semelhantes (sendo a semelhança considerada em função do setor econômico, área geográfica de atuação e grau de alavancagem) ou de diferentes ativos da mesma companhia que tenham significativas discrepâncias na sua valorização. Esta estratégia resulta em uma carteira de ações neutra a movimentos gerais de mercado que é composta tanto por posições longas como vendidas a descoberto.

### *Perfil*

Patrimônio líquido:	R\$332 milhões*
Objetivo:	este fundo busca obter retornos absolutos, não correlacionados a quaisquer índices e superiores àqueles que seriam esperados dado o seu grau de risco, investindo principalmente mas não exclusivamente no mercado de ações
Público alvo:	investidores qualificados, conforme definição da Instrução CVM nº 409
Portfólio:	em média 40 pares com uma exposição bruta entre 240% e 250%
Risco:	volatilidade esperada entre 12% e 15% ao ano
Status atual do fundo:	não está aberto para captações

\* em 29 de setembro 2006

## 2. “Fundo Polo Norte Fundo de Investimento Multimercado”

### *Introdução*

O Polo Norte FIM foi constituído em novembro de 2004. Este fundo busca exposição ao risco específico de companhias semelhantes (sendo a semelhança considerada em função do setor econômico, área geográfica de atuação e grau de alavancagem) ou de diferentes ativos da mesma companhia que tenham significativas discrepâncias na sua valorização. Esta estratégia resulta em uma carteira de ações neutra a movimentos gerais de mercado que é composta tanto por posições longas como vendidas a descoberto.

### *Perfil*

Patrimônio líquido:	R\$344 milhões*
Objetivo:	este fundo busca obter retornos absolutos, não correlacionados a quaisquer índices e superiores àqueles que seriam esperados dado o seu grau de risco, investindo principalmente mas não exclusivamente no mercado de ações
Público alvo:	investidores, pessoas físicas e jurídicas em geral que buscam obter retorno superior ao rendimento do CDI em período acima de um ano
Portfólio:	em média 40 pares com uma exposição bruta entre 70% e 80%
Risco:	volatilidade esperada entre 3% e 5% ao ano
Status atual do fundo:	está aberto para captação mensal

\* em 29 de setembro 2006

### 3. “Fundo Polo Crédito Privado Fundo de Investimento Multimercado”

#### *Introdução*

O Polo Crédito Privado FIM foi constituído em dezembro de 2005. Este fundo busca obter retorno superior ao rendimento do CDI em período acima de um ano através da gestão de um portfolio diversificado de títulos de dívida privada de empresas brasileiras.

#### *Perfil*

Patrimônio líquido:	R\$4.5 milhões*
Objetivo:	este fundo busca obter retornos absolutos, não correlacionados a quaisquer índices e superiores àqueles que seriam esperados dado o seu grau de risco, investindo principalmente, mas não exclusivamente, no mercado de ações
Público alvo:	investidores, pessoas físicas e jurídicas que procuram diversificação em uma classe de ativos com perfil de risco diferente dos FI Multimercados tradicionais
Portfolio:	entre 80% e 100% da carteira em crédito de empresas não financeiras com um número de emissões maior que 20. Investimento em mais de 5 setores distintos. Papéis com diferentes características de risco e retorno
Risco:	prazo médio de carteira superior a 365 dias
Status atual do fundo:	está aberto para captações diárias

\* em 29 de setembro 2006.

## CUSTODIANTE

O Grupo Santander presta serviços a investidores institucionais locais e estrangeiros há mais de 25 anos na Europa, possuindo vasta experiência na prestação de tais serviços.

Além disso, possui experiência de mais de 25 anos nos serviços de custódia no Brasil, através da Corretora Banespa.

Após um grande e agressivo crescimento no mundo, o Grupo Santander está entre os 12 maiores bancos do mundo por valor de mercado, maior banco na zona do euro e a maior instituição financeira da América Latina.

Para os serviços de custódia, o Grupo Santander atua hoje em mais de 30 países pelo mundo, sendo 6 países na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela), onde se transformou em um dos maiores provedores destes serviços na região, atuando como provedor regional de serviços para grandes clientes institucionais e corporativos.

Para atender objetivamente às reais necessidades de seus clientes, o Custodiante busca elaborar soluções customizadas, de alta qualidade.

O Banco Santander Banespa S.A. é o primeiro e único custodiante na América do Sul com *rating* em serviços de custódia (Standard & Poor's – Agosto de 2005).

O Custodiante foi apontado nos dois últimos anos como a melhor instituição custodiante doméstica em atuação no Brasil, conforme pesquisa efetuada, pela Global Custodian Magazine - Dezembro/04 e Dezembro/05, junto aos contratantes dos serviços, além de ser o único custodiante brasileiro doméstico a possuir classificação *top rated* pelos critérios da Revista, em função das elevadíssimas notas concedidas pelos próprios clientes.

Além do reconhecimento dado pelos seus clientes pela alta qualidade, o Banco Santander Banespa S.A. também é signatário do Código de Auto-Regulação de Serviços Qualificados da ANBID desde o seu lançamento, o que assegura conformidade com as melhores práticas de mercado.

Atualmente o Custodiante possui mais de R\$40 bilhões de ativos de clientes sob custódia.

O Banco Santander Banespa S.A., através de sua Área de Serviços a Investidores, oferece serviços relacionados a Custódia e controladoria (serviços qualificados) de ativos, administração e custódia de FIDCs, fundo multipatrocinado, custódia e representação local para investidores não residentes (Res. 2689), *escrow account*, *clearing agent* (BM&F e Bovespa) entre outros.

Na custódia de Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios, o Banco Santander Banespa S.A. está estruturado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, operativo e de tecnologia para oferecer soluções de qualidade, com elevado grau de automação focadas nas diferentes necessidades de clientes. As atividades relacionadas à prestação de serviços de direitos creditórios abrangem desde o controle e acompanhamento do critérios dos recebíveis, controle da liquidação financeira e física, contabilidade, controladoria, aplicação dos critérios de apreçamento dos ativos, escrituração de quotas, gerenciamento das carteiras, conciliações automatizadas de estoque, além de toda proteção, segurança de infra-estrutura tecnológica, *sites* alternativos de contingência, entre outros.

## **ANEXOS**

---

Súmula da Agência de Classificação de Risco

Regulamento

Suplemento

Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV - Manuais de Procedimentos da Justiça Federal

Resolução nº 438

Demonstrações Financeiras Citoma - 31 de Dezembro de 2005 (auditadas) e 31 de Julho de 2006 (não auditadas)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Súmula da Agência de Classificação de Risco



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados

Analistas de Crédito: Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648, [Pedro\\_Gazoni@standardandpoors.com](mailto:Pedro_Gazoni@standardandpoors.com); Juan De Molleín, Nova York (1) 212 438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com)

### Perfil

**Data prevista para o fechamento:** Janeiro de 2007

**Garantia subjacente:** os direitos creditórios do fundo serão os precatórios que são instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juízes das execuções existentes na Ação 98.00064311-1, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que por sua vez encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, que foi condenada ao pagamento de determinadas somas no referido processo, por sentença transitada em julgado.

**Administrador do Fundo:** Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

**Originador dos direitos creditórios:** Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda; Bergi Advogados Associados; e Guido Pinheiro Côrtes

**Gestora:** Polo Capital Gestora de Recursos Ltda.

**Custodiante, agente de recebimento e agente pagador:** Banco Santander Banespa S.A.

### Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 3 de janeiro de 2007. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

### Rating preliminar em 3 de janeiro de 2007

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Quotas Seniores	'brAA+f'	Até 94,5 (95,2%)	11 anos após a emissão
Quotas Subordinadas	Não classificadas	Até 4,7 (4,8%)	11 anos após a emissão

\* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento.\*\*Como o veículo é um fundo, entretanto, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

### Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAA+f', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados (Polo FIDC). Os ativos subjacentes do Polo FIDC são: precatórios federais criados pela execução da Ação 98.0006431-1, caixa e outros investimentos específicos.

O Fundo Polo FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de onze anos após a emissão de cotas. O administrador do Fundo incluirá direitos creditórios e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade e política de investimento definidos em seu regulamento.

A classificação preliminar atribuída às cotas seniores do Polo FIDC está fortemente atrelada ao pagador final da obrigação, a União Federal, que foi condenada ao pagamento de somas determinadas nas ações referidas acima.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade que possui características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem

incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAf' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating 'brAA+f' atribuído às cotas seniores do Polo FIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAA+f' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes, a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas e pelo desconto na compra dos direitos creditórios.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

### **Fatores chave da análise**

Estes são os principais pontos levados em consideração para a atribuição da classificação preliminar para as cotas seniores do Polo FIDC:

- A qualidade creditícia da União Federal e a dependência implícita de rating das cotas do Fundo;
- A forma de amortização das cotas por regime de caixa que minimiza o risco de descasamento de taxas, uma vez que tanto os ativos quanto a remuneração alvo das cotas seniores são ajustados pelo mesmo índice
- A subordinação e o *spread* excedente disponíveis para cobrir variações em custos e despesas;
- A história de pagamento recente de precatórios federais;
- As opiniões legais quanto ao estado atual das disputas legais sobre os direitos creditórios e a possibilidade de uma venda perfeita e acabada;

- A legislação vigente que disciplina o pagamento de precatórios ;
- As provisões estruturais e jurídicas que visam proteger os direitos dos cotistas.

### **Fatores de sensibilidade da classificação**

Variações nos pontos a seguir podem levar a uma alteração da classificação preliminar atribuída:

- Mudanças na qualidade de crédito da União Federal
- Alterações na legislação vigente que disciplina o pagamento de precatórios

### **Descrição do Polo FIDC**

#### **Características gerais**

O Polo FIDC será um condomínio fechado, com vencimento final de 11 anos (onze anos) após a data de emissão das cotas.

A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo comprará os precatórios mencionados anteriormente e emitirá cotas denominadas em reais. O rendimento e o valor de face das cotas serão pagos pelo fluxo de caixa proveniente dos ativos subjacentes (direitos creditórios e outros ativos como caixa, títulos de renda fixa, etc).

O Fundo terá, desde sua data de emissão, uma Reserva de Caixa igual ao montante equivalente à soma dos custos e despesas incorridas durante dois anos de atividade do Fundo, acrescida de R\$ 100 mil.

As cotas seniores serão remuneradas segundo a variação do IPCA-E acrescida de uma sobretaxa que será definida no processo de distribuição de cotas seniores do Polo FIDC.

Como os precatórios, que são valorizados também segundo a variação do IPCA-E acrescida ainda de uma taxa de juros fixa de 6% ao ano, serão comprados com um desconto por taxa equivalente a sobretaxa somada a um *spread* de 1,5% ao ano, estará garantida à estrutura como melhoria de crédito adicional um excesso de remuneração quando do pagamento dos direitos creditórios.

As cotas seniores serão amortizadas em regime de caixa em até três dias do recebimento dos recursos provenientes do pagamento dos direitos creditórios. Será aplicado um fator de 92,5% ao fluxo recebido de tal forma que os recursos restantes serão alocados à formação da Reserva de Caixa e a amortização das cotas subordinadas.

As cotas subordinadas serão amortizadas em até dois dias após a amortização das cotas seniores com o excedente do fluxo, uma vez que seja coberta a Reserva de Caixa do Fundo.

#### **Fluxo de Recursos do Polo FIDC**

As amortizações e juros dos precatórios serão depositados em juízo em

parcelas anuais, iguais e sucessivas no prazo de 10 anos, segundo o previsto no art.78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resultante da edição da Emenda Constitucional 30/2000.

As partes serão, então, intimadas e há uma solicitação de guia judicial para retirada dos valores. De posse da guia emitida para o detentor do precatório pode-se efetuar a liberação dos valores. No caso do Polo FIDC, essa guia judicial já será emitida em benefício do Fundo, uma vez que ele será o titular dos direitos creditórios.

Os pagamentos serão feitos pela Fazenda Nacional em conta na Caixa Econômica Federal. Posteriormente serão transferidos para a conta do Fundo no Banco Santander Banespa S.A. (custodiante).

De posse dos recursos, a gestora e a administradora darão a eles a destinação determinada no Regulamento da operação.

#### **Eventos de Avaliação do Polo FIDC**

Qualquer um dos seguintes eventos será considerado um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembléia Geral de Cotistas para deliberar se o evento deve se transformar em um Evento de Liquidação e, portanto, se os procedimentos de liquidação do Fundo devem ou não ser iniciados.

Os Eventos de Avaliação são:

- Inadimplência dos precatórios segundo os termos da Emenda Constitucional nº 30;
- Caso as Cedentes não cumpram todas as suas obrigações previstas no Contrato de Cessão dentro de um prazo máximo de 30 dias contado a partir da data de envio de comunicação por parte da Administradora;
- Amortização e/ou resgate das cotas subordinadas fora do previsto no Regulamento;
- Resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante sem que haja sua substituição;
- Renúncia sem substituição da Administradora do Fundo;
- Caso os cotistas não consigam em duas Assembléias Gerais consecutivas concordar em um novo parâmetro para remuneração das cotas seniores;
- Rebaixamento da classificação de risco das cotas seniores para nível inferior a brA-f.

#### **Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios do Polo FIDC**

Só serão adquiridos pelo Fundo os Direitos Creditórios decorrentes dos precatórios mencionados anteriormente como mostra a tabela a seguir.

## Direitos Creditórios

Cedente	Ação	Valor	Precatório
Citoma	98.0006431-1	79,041,960.18	PRC20073450
Berqi Advocacia Tributária	98.0006431-1	8,581,698.41	PRC20073451
Guilherme Pinheiro Côrtes	98.0006431-1	6,473,912.85	PRC20073452
Total		94,097,571.44	

## Análise de Fluxo de Caixa do Polo FIDC

### Revisão Creditícia

Como todos os direitos creditórios serão pagos por uma única entidade, o risco de crédito da estrutura está fortemente atrelado à qualidade de crédito da União Federal. Assim, dada a constituição da Reserva de Caixa cobrindo dois anos de despesas e custos da estrutura, o fluxo de caixa proveniente dos ativos é adequado à classificação preliminar atribuída.

### Risco de descasamento de taxas

Não há risco de descasamento de taxas no Polo FIDC, pois as cotas seniores receberão uma remuneração indexada ao mesmo indexador dos direitos creditórios, o IPCA-E divulgado pelo IBGE. Além disso, o preço de aquisição está relacionado à sobretaxa (a ser definida no processo de distribuição das cotas seniores do Polo FIDC) que será adicionada à remuneração alvo das cotas seniores.

É importante destacar que, contrariamente ao que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em qualquer data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é somente um alvo e não uma promessa. Conseqüentemente, o rating da Standard & Poor's atribuído ao Polo FIDC avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira, e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's, mas não avalia a capacidade do Fundo de pagar juros ou principal a seus cotistas nem riscos de mercado, como o risco de amortização antecipada de cotas aos investidores.

### Risco de Fungibilidade (*Commingling*)

Não há risco de fungibilidade na estrutura, uma vez que os recursos provenientes dos pagamentos dos precatórios não transitarão por contas das Cedentes.

### Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se

responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

*The McGraw-Hill Companies*



Juan De Mollein  
Diretor  
Structured Finance

55 Water Street  
New York-NY  
1-212-438-2536 Tel  
juan\_demollein@standardandpoors.com

Andre Pines  
Polo Capital Gestora de Recursos Ltda.

Ref.: Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados

Prezados Senhores,

Depois de termos avaliado a solicitação enviada no dia 12 de março de 2007 e a documentação encaminhada pela Polo Capital Gestora de Recursos Ltda., em caráter de gestora do FIDC acima citado, comunicamos que o rating preliminar 'brAAf+' atribuído às cotas seniores do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados auferida pela Standard & Poor's Ratings Services não sofreria modificação como consequência das alterações propostas. Todavia, é de suma importância que se entenda que o rating não constitui uma recomendação financeira ou de investimentos. Ratings não são uma recomendação para comprar, vender ou manter um título específico. Ratings não comentam se um investimento é adequado ou não a um determinado investidor.

Esclarecemos, no entanto, que a manutenção do rating está condicionada ao envio mensal das informações relacionadas a seguir, as quais deverão ser enviadas à Standard & Poor's assim que elas estejam disponíveis: relatório aos cotistas; avisos de mudanças no board de diretores, no alto escalão administrativo dos administradores ou dos gestores de investimentos, como atualizações dos prospectos ou emissões de press releases. Deverão também ser-nos enviadas quaisquer outras informações relativas a mudanças importantes ou a análises em andamento.

Finalmente, a Standard & Poor's reserva-se o direito de requisitar quaisquer informações adicionais necessárias para a revisão do rating. Pedimos a gentileza de enviar todos os relatórios para o endereço a seguir:

Standard & Poor's  
A/C Pedro Gazoni  
Av. Eng Luis Carlos Berrini, 1253 - 10º andar  
04571-010 São Paulo, SP

A Standard & Poor's depende das informações submetidas pelo emissor, por seu conselho jurídico, departamento de contabilidade e por outros especialistas para garantir a acuidade e suficiência das informações relativas ao rating. A ausência de tais informações pode resultar na retirada do rating.

Gostaríamos de expressar nossa satisfação em poder atendê-los.

Estamos à sua inteira disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Cordialmente,

Juan De Mollein  
Diretor



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Regulamento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

851230

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, constitui o **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("FUNDO")**, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, fica constituído um **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada por **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A.** acima qualificada;

III - O valor unitário inicial das Quotas Sênior e Subordinadas do **FUNDO** é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e R\$ 100.000,00 (cem mil reais) respectivamente;

IV - O diretor da Instituição Administradora responsável pelas operações do **FUNDO**, designado para responder, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do **FUNDO**, bem como pela prestação de informações a ele relativas, é o Sr. Mauro Sergio de Oliveira; e

V - Seu regulamento é ora aprovado nos termos do documento anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

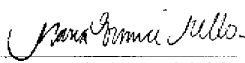
Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006

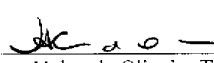
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
**CESAR REINALDO LEAL PINTO**  
DIRETOR

**Alexandre Lodi de Oliveira**  
Procurador

3°RTD-RJ-Reg. nº 851230  
Emolumentos R\$ 283,23  
Distribuidor R\$ 10,46  
Multa/Acoteio R\$ 7,86  
Emp.Fundido R\$ 72,86  
Total R\$ 374,35

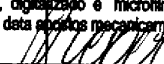
Testemunhas:

1.   
Nome: Maria Eunice M. M. de F. Mello  
RG: 12.857.135-3 IFP/RJ  
CPF: 088.887.377-82

2.   
Nome: Helen de Oliveira Thomas  
RG: 2.715.424-4 IFP/RJ  
CPF: 313.480.767-04



**3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
Rua da Carianda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data acima mecanicamente. O QUE CERTIFICO



<input checked="" type="checkbox"/> Raulino Alves da Silva	- Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/> Maria Beatriz Castelpoggi	- Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/> Cristine M. I. Marques da Silva	- Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/> Ricardo V. Mozdziński Antunes	- Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Travençolo Santos	- Escrevente Substituta



852530

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS**

3º RTD-RJ-Reg. nº 852530  
 Emolumentos R\$ 178,22  
 Distribuidor R\$ 10,49  
 Multa/Atos R\$ 7,80  
 Taxa Fundos R\$ 46,54  
 Total R\$ 242,85



Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 20 de outubro de 2006, sob o nº 851230 perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da redação do item 1.2 do Capítulo II;
2. Retificação da razão social do Agente Escriturador definido no subitem 7 do Capítulo II;
3. Inserção do CNPJ da "Citoma" no subitem 21 do item 2.1 do Capítulo II;
4. Alteração da redação:
  - (a) do subitem 32, 36 e 55 do item 2.1 do Capítulo II;
  - (b) do item 4.6, bem como de sua alínea "c" do Capítulo IV;
  - (c) do subitem 12.5.1;
  - (d) das alíneas "a", "b", "c", "f", "i" e "j" do item 13.2, bem como das alíneas "a", "c", "e", "f", "g", "h" e "i" do item 13.3 do Capítulo XIII;
  - (e) do item 16.9 do Capítulo XVI;
  - (f) da alínea "f" do item 23.1 do Capítulo XXIII; e
  - (g) do Anexo I.
5. inserção do subitem 12.5.2 do Capítulo XII.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

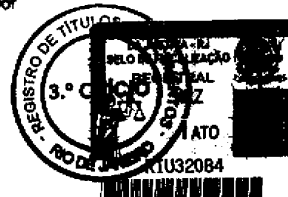
Rio de Janeiro, 06 de novembro de 2006.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
 José Alexandre C. de Freitas

Testemunhas: **DIRETOR**

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO  
 CPF: 088.887.377-82  
 IEP: 12.867.135-3

Michelle Moreira de Souza  
 MG - 7.929.096  
 CPF: 010.915.958-07



CERTIFICADO  
 acha-se a  
 o nº  
 Doc f

854890

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO  
POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS**

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 20 de outubro de 2006, sob o nº 851230 perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, cujo Regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração ao Regulamento em 06 de novembro de 2006, registrado na mesma data no 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro sob o nº 852530 (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

CONSIDERANDO que a CVM formulou exigências para alterar o Regulamento do Fundo;

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da redação do item 1.2 e inserção do item 1.2.1 ao Capítulo I;
2. Em relação ao item 2.1 do Capítulo II:
  - (a) Alteração do subitem 8;
  - (b) Alteração do subitem 58, com a inserção da definição de Investidor Institucional Qualificado;
  - (c) Alteração da definição de "Investidores Qualificados" do novo subitem 59;
  - (d) Alteração da redação do novo subitem 60, com a inserção da definição de "*Investment Company Act*";

Em consequência das alterações descritas nos itens 3 a 5, foram renumerados os demais subitens do item 2.1 do Capítulo II.

- (e) Nova redação ao novo subitem 75, com a inserção da definição de "Prazo de Duração", com a consequente renumeração dos subitens seguintes;
  - (f) Alteração da redação do novo subitem 81;
  - (g) Nova redação ao novo subitem 83, com a inserção da definição de "Regra 144-A";
  - (h) Nova redação ao novo subitem 88, com a inserção da definição de "*Securities Act*";
3. Alteração do título do Capítulo VI;
4. Inserção do item 6.5 ao Capítulo VI;
5. Nova redação ao item 8.4, com a consequente renumeração dos itens seguintes e exclusão da redação do antigo item 8.6 do Capítulo VIII;

3º RTD-RJ-Reg. nº 854890  
Emolumentos R\$ 18,60  
Distribuidor R\$ 10,40  
Mutual/Associação R\$ 7,60  
Regulador R\$ 47,32  
Total R\$ 83,92



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

RECIBO DE REGISTRO  
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL  
06 NOV 2006 15:00  
854890

6. Exclusão da antiga alínea "i" do item 11.2 do Capítulo XI, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
7. Alteração da redação do item 15.6 e inserção de nova redação ao item 15.7 do Capítulo XV, com a conseqüente renumeração dos demais itens;
8. Alteração da redação dos itens 16.3 e 16.8 do Capítulo XVI;
9. Inserção de nova redação ao item 18.9 do Capítulo XVIII, com a conseqüente renumeração do item seguinte;
10. Retificação da alínea citada na alínea "k" do item 25.1 do Capítulo XXV;
11. Inserção de nova redação à alínea "b" do item 26.3 do Capítulo XXVI, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
12. Alteração da redação da alínea "F" do item II, do item III, IV, V e VI do Anexo II

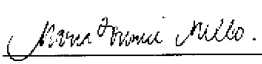
Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

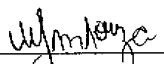
Rio de Janeiro, 30 de novembro de 2006.

  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
 Cesar Reinaldo Leal Pinto  
 DIRETOR

  
 Helen de Oliveira Thomas  
 Procuradora

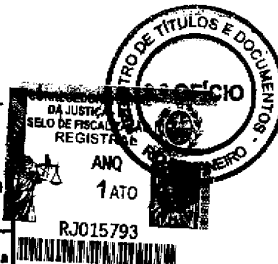
Testemunhas:

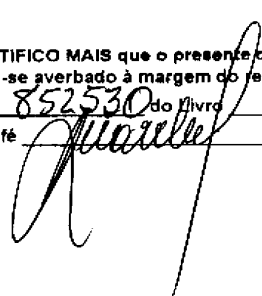
  
 MARIA EUNICE MOTTA M. DEF. MELLO  
 CPF: 088.887.377-82  
 IEP: 12.657.135-3

  
 Michelle Moreira de Souza  
 MG-7.929.096  
 CPF: 010.915.956-07

**3.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
 Rua da Quitanda, 523.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
 Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data arquivados mecanicamente. O QUE CERTIFICO

<input checked="" type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input checked="" type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Castelpoggi	- Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/> Cristiane M. I. Marques da Silva	- Escrevente Substituta
<input checked="" type="checkbox"/> Ricardo V. Mouzinho Antunes	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Tavares Santos	- Escrevente Substituta



CERTIFICO MAIS que o presente documento  
 acha-se averbado à margem do registro sob  
 o nº 852530 do Livro  
 Dou fé 

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 3.º OFÍCIO  
 30 NOV 2006 06:48:30  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ.

CERTIFICO MAIS que o presente documento  
acha-se averbado à margem do registro sob

no nº 854890 do Livro E-40  
Dos 16

856053

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO POLO  
PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

12 DEZ 2006 856053

Por este instrumento particular, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, constituído em 20 de outubro de 2006, sob o nº 851230, cujo Regulamento foi alterado através: (1) do Instrumento de Primeira Alteração ao Regulamento em 06 de novembro de 2006, registrado na mesma data sob o nº 852530 e (2) do Instrumento de Segunda Alteração ao Regulamento em 30 de novembro de 2006, registrado na mesma data sob o nº 854890, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "Fundo"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

CONSIDERANDO que foi publicada nova Instrução expedida pela CVM, aplicável ao Fundo.

Resolve a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Alteração da redação do item 1.1 do Capítulo I, para constar a nova razão social do Fundo para "POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS", bem como incluir a nova legislação aplicável ao Fundo;
2. Alteração da redação do subitem 56 do item 2.1 do Capítulo II;
3. Alteração da redação do item 11.2 do Capítulo XI;
4. Alteração da redação do item 12.4 do Capítulo XII;
5. Alteração da redação da alínea "b" do item 15.3 do Capítulo XV;
6. Alteração da redação dos itens 16.2 e 16.2.1 do Capítulo XVI;
7. Alteração do Anexo I, para constar a nova razão social do Fundo;
8. Alteração do Anexo II, para constar a nova razão social do Fundo, bem como para alterar a redação do item I;

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2006.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

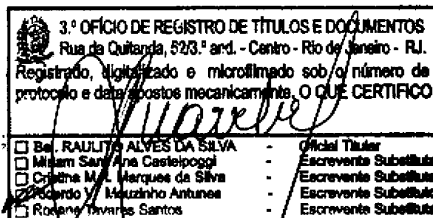
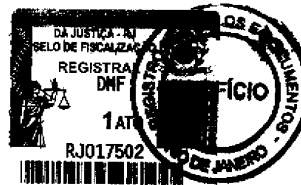
Testemunhas: Cesar Reinaldo Leal Pinheiro  
DIRETOR

Alexandre Lodi de Oliveira  
Procurador

Maria Eunice Motta M. de F. Mello

MARIA EUNICE MOTTA M. DE F. MELLO  
CPF: 088.887.377-82  
IFP: 12.857.135-3

Caio Rodrigues Leal Pinto  
RG 10853980-0 IFP/RJ  
CPF 087.739.077-07





858287

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO POLO  
PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

-8 JAN 2007 858287

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 20 de outubro de 2006, sob o nº 851230, cujo Regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração, registrado em 06 de novembro de 2006 sob o nº 852530; do Instrumento de Segunda Alteração, registrado em 30 de novembro de 2006 sob o nº 854890 e do Instrumento de Terceira Alteração, registrado em 12 de dezembro de 2006 sob o nº 856053, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003,

CONSIDERANDO que até a presente data não foi iniciado o processo de distribuição pública das Quotas Seniores do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no Regulamento do Fundo e seus anexos;

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

1. Exclusão do subitem 55 do item 2.1 do Capítulo II;
2. Exclusão a alínea "c" do item 4.6. do Capítulo IV;
3. Alteração da redação do item 4.11 do Capítulo IV;
4. Alteração da redação do item 7.2 do Capítulo VII;
5. Alteração da redação do item 9.1 do Capítulo IX;
6. Alteração do item 12.5.1 do Capítulo XII;
7. Alteração da redação do item 13.1 e das alíneas "e" e "i" do item 13.2 do Capítulo XIII;
8. Alteração da alínea "b" do item 17.1 e da redação dos itens 17.6 e 17.7 do Capítulo XVII; e
9. Alteração da fórmula constante no item 18.1 e da redação do item 18.7 do Capítulo XVIII;

**3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**  
Rua da Quitanda, 52/3ª and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de protocolo e data apostos mecanicamente - **QUE CERTIFICO**

<input type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	Oficial Titular
<input type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Caspary	Escritor Substituto
<input type="checkbox"/> Celyna M. L. Marques Gonçalves	Escritor Substituto
<input type="checkbox"/> Ricardo V. Mourinho Araújo	Escritor Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Taveres Santos	Escritor Substituto



Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

**CERTIFICO MAIS** que o presente document  
acha-se averbado à margem do registro sob  
o nº 856053 do livro E-42  
Dou fé

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2007.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**  
Jose Alexandre C. de Freitas **DIRETOR**  
Alexandre Lodi de Oliveira **Procurador**

Testemunhas:

Michel Moreira de Souza  
RG-7.929.656  
CPF: 010.915.063-07

Carlos Machado Galluzzo  
DETRAN/RJ: 12.748.190-0  
CPF: 066.911.577-09

**3º RTD-RJ-Reg. nº 858287**  
Emolumentos: R\$ 197,02  
Distribuidor: R\$ 11,32  
Mutual (Acoter): R\$ 7,82  
Falt (Fundary) Fundar: R\$ 87,16  
Total: R\$ 277,32



863517

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO POLO  
PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

12 MAR 2007 863517

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME

Por este instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**, instituição com sede na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de Administradora (doravante denominada "Administradora") do **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, constituído em 20 de outubro de 2006, sob o nº 851230, cujo Regulamento foi alterado através do Instrumento de Primeira Alteração, registrado em 06 de novembro de 2006 sob o nº 852530; do Instrumento de Segunda Alteração, registrado em 30 de novembro de 2006 sob o nº 854890, do Instrumento de Terceira Alteração, registrado em 12 de dezembro de 2006 sob o nº 856053 e do Instrumento de Quarta Alteração, registrado em 08 de janeiro de 2007, sob o nº 858287, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (doravante denominado "**Fundo**"), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores,

CONSIDERANDO que em Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, realizada em 07 de março de 2007, foi deliberada por unanimidade, a aquisição pelo Fundo de novos Direitos Creditórios, precatórios contra a União resultantes da Ação 99.0020604-5, assim como a Alteração e Consolidação do regulamento do Fundo;

RESOLVE a Administradora deliberar pela alteração dos seguintes dispositivos do Regulamento, que vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo a presente Deliberação:

- 1 alteração ao item 1.2., incluindo a possibilidade de fundos de investimento como quotista do Fundo;
- 2 inserção de nova redação ao subitem 2, do item 2.1 do Capítulo II, definindo a "Ação 99.0020604-5", com a conseqüente renumeração dos subitens seguintes;
- 3 inserção de nova redação ao novo subitem 17, do item 2.1 do Capítulo II, definindo o novo cedente "Bruno Pinheiro Barata", com a conseqüente renumeração dos subitens seguintes;
- 4 alteração da redação do novo subitem 20, do item 2.1 do Capítulo II, face a inclusão de novos Cedentes, com a conseqüente renumeração dos subitens seguintes;
- 5 alteração da redação do novo subitem 46, do item 2.1 do Capítulo II, com a inclusão da "Ação 99.0020604-5";
- 6 inserção de nova redação ao novo subitem 50, do item 2.1 do Capítulo II, definindo o novo cedente "Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes", com a conseqüente renumeração dos subitens seguintes;
- 7 alteração da redação do novo subitem 78, do item 2.1 do Capítulo II, com a inclusão da "Ação 99.0020604-5";
- 8 alteração da redação do item 6.2, do Capítulo VI, com a inclusão da "Ação 99.0020604-5";

3º RTD-RJ-Reg. n.º 863517  
 Encargos ..... R\$ 202,24  
 Distribuidor ..... R\$ 11,32  
 Custas Cartas ..... R\$ 63,75  
 Fie/F. Indeniz/Fundon ..... R\$ 284,11  
 Total .....



- 9 alteração da redação do item 7.1, do Capítulo VII, com a inclusão dos novos cedentes e da "Ação 99.0020604-5";
- 10 inserção de nova redação ao item 8.6 do Capítulo VIII, com a inclusão da obrigação de elaboração de demonstrativo trimestral pelo Diretor Designado, com a conseqüente renumeração do item seguinte;
- 11 exclusão do item 9.6 do Capítulo IX;
- 12 alteração da redação do item 12.5, do Capítulo XII, com a inclusão da "Ação 99.0020604-5";
- 13 inserção de nova redação à alínea "g" do item 13.3 do Capítulo XIII, inserindo "Ação Rescisória" como risco associado aos Precatórios da Ação 99.0020604-5, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
- 14 alteração da redação das novas alíneas "h" e "i" do item 13.3, do Capítulo XIII, com a inclusão da "Ação 99.0020604-5";
- 15 alteração da redação do item 16.12, do Capítulo XVI, determinando novo quorum para aprovação da emissão de novas Quotas Seniores pelo Fundo; e
- 16 alteração da alínea "f" do item II, do Anexo II, incluindo a possibilidade de fundos de investimento como quotistas do Fundo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 01 (uma) via, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2007.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

Alexandre Lodi de Oliveira  
Procurador

CERTIFICO MAIS que o presente documento  
acha-se averbado à margem do registro sob  
o nº 858287 do Livro E-41  
Dou fé

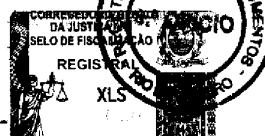
Testemunhas:

Paula Perazzi A. Ferreira  
RG: 11612920-4 IFF/RJ  
CPF: 095.449.027-40

Michelle Moreira de Souza  
MG-7.929.096  
CPF: 010.915.956-07

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Rua da Quitanda, 52/3.º and. - Centro - Rio de Janeiro - RJ.  
Registrado, digitalizado e microfilmado sob o número de  
protocolo e data espelha mecanicamente. O QUE CERTIFICO

<input type="checkbox"/> Bel. RAULITO ALVES DA SILVA	- Oficial Titular
<input type="checkbox"/> Miriam Sant'Ana Pestaloppi	- Escrevente Substituto
<input type="checkbox"/> Cristiano M. I. Marques da Silva	- Escrevente Substituto
<input type="checkbox"/> Ricardo V. Maciel Antunes	- Escrevente Substituto
<input checked="" type="checkbox"/> Rosane Tavares Santos	- Escrevente Substituto



RJ027923



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
 3º OFÍCIO  
 12 MAR 2007  
 863517  
 ARQUIVADO EM 12 MAR 2007  
 RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

12 MAR 2017 863517

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**Regulamento do**  
**POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM**  
**DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O**  
**Nº 08.387.157/0001-23**

**Índice**

CAPÍTULO I – DO FUNDO .....	3
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES .....	4
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO.....	15
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	15
CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE.....	17
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES.....	17
CAPÍTULO VII – DOS CEDENTES E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	18
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....	19
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	21
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA.....	23
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE .....	24
CAPÍTULO XII – DA GESTORA.....	27
CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO.....	30
CAPÍTULO XIV – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	38
CAPÍTULO XV – DAS QUOTAS .....	39
CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS.....	41
CAPÍTULO XVII – DO VALOR DAS QUOTAS .....	43
CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS .....	48
CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO .....	50
CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	51
CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS .....	54
CAPÍTULO XXII – DO PRAZO DE DURAÇÃO .....	56
CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	56
CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	58
CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	60

CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	61
CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS .....	62
CAPÍTULO XXVIII – DA ARBITRAGEM.....	64
CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS .....	64




REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
32 OFÍCIO  
12 MAR 2017 08:35:17  
ARQUIVO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

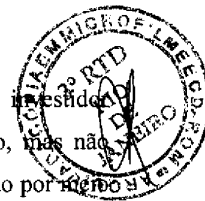
**Regulamento do  
POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº  
08.387.157/0001-23**

RECIBO DE RECEBIMENTO  
3º OFÍCIO  
12 MAR 2007 863517  
ARQUIVADO EM SEU SISTEMA  
R00 DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**CAPÍTULO I – DO FUNDO**

- 1.1. **O POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXII, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444/2006 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Pessoas que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”), inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo.
- 1.2.1. A Administradora, na presente data, declara acreditar não haver interesse relevante nas Quotas por parte de investidores estrangeiros. Não obstante, no caso de vendas de Quotas no mercado primário ou secundário para investidores estrangeiros, a Administradora deverá exigir uma declaração do respectivo investidor, contida no Termo de Adesão, de que (i) (1) é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (“Securities Act”) ou (2) (a) é um investidor institucional qualificado (“Investidor Institucional Qualificado”), nos termos da Regra 144-A do *Securities Act* (“Regra 144-A”), adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado, (b) não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado) e (c) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act* de

1940, e alterações posteriores ("*Investment Company Act*"); (ii) não é um investidor domiciliado no Reino Unido ou é um investidor domiciliado no Reino Unido, mas não é sujeito a qualquer restrição quanto à aquisição ou subscrição das Quotas do Fundo por motivo de operação isenta de registro perante as autoridades competentes (*Financial Services Authorities*) de sua jurisdição; (iii) é um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição; e (iv) é um Investidor Qualificado, conforme definido no item (1.2) acima.



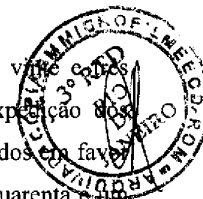
- 1.3. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e o Suplemento serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sua sede.

## CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os seguintes significados quando iniciados em letras maiúsculas:

1. "Ação 98.0006431-1": ação ordinária nº 98.0006431-1, que tramita perante a 2ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Espírito Santo, em que figura como autora a Citoma e como ré a União, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição sobre exportação de café), cuja sentença transitou em julgado em 8 de junho de 2004, tendo a União sido condenada a pagar à Autora Citoma a quantia de R\$92.996.211,00 (noventa e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, duzentos e onze reais), em fevereiro de 2006 (fls. 411 do processo), sendo que, em decorrência do ajuste de prestação de serviços firmado entre a Autora Citoma e BAT e GPC, onde restou pactuado que a BAT e GPC fazem jus a 16% (dezesesseis por cento) do montante fixado nos autos da ação em referência - e juntado aos autos do processo - o MM. Juiz da 2ª Vara Federal Cível, determinou a dedução dos honorários contratuais do total do crédito, que com o rateio ficou distribuído da seguinte forma: (i) à Citoma R\$78.116.816,21 (setenta e oito milhões, cento e dezesseis mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte e um centavos); (ii) à BAT a quantia de R\$8.481.254,33 (oito milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e trinta e três centavos); e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$6.398.139,23

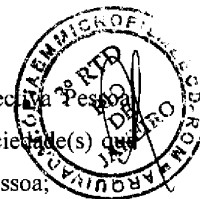
(seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos). Em cumprimento ao despacho de fl. 411, que determinou a expedição dos Precatórios com base nos cálculos de fl. 401, estes (Precatórios) foram expedidos em favor das partes seguintes: (i) à Citoma R\$79.041.960,18 (setenta e nove milhões, quarenta e um mil, novecentos e sessenta reais e dezoito centavos); (ii) à BAT a quantia de R\$8.581.698,41 (oito milhões, quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos); e (iii) ao advogado GPC a quantia de R\$6.473.912,85 (seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e doze reais e oitenta e cinco centavos), cujos valores são atualizados até 1º de julho de 2006, evidenciados pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº PRC20073450, nº PRC20073451 e nº PRC20073452, respectivamente;



2. “Ação 99.0020604-5”: ação ordinária nº 99.0020604-5, que tramita perante da 12ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, em que figura como autora a Citoma e como ré a União Federal, tendo por objeto a restituição de tributos recolhidos indevidamente (Quota de Contribuição), tendo a sentença transitado em julgado em 3 de fevereiro de 2006. Proposta a execução de sentença no valor de R\$ 40.269.880,04 em 22/03/2006, a União Federal, após citada, opôs embargos à execução alegando excesso de execução no valor de R\$ 9.024.291,68, restando um valor incontroverso de R\$ 31.245.588,36, valor esse que a União foi condenada a pagar da seguinte forma: (i) à Citoma a quantia de R\$26.419.748,21 (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezenove mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte e um centavos); (ii) à Bergi Advocacia Tributária a quantia de R\$2.725.008,31 (dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil e oito reais e trinta e um centavos); (iii) ao Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes a quantia de R\$2.055.708,03 (dois milhões, cinquenta e cinco mil, setecentos e oito reais e três centavos); e (iv) ao advogado Bruno Pinheiro Barata a quantia de R\$251.616,55 (duzentos e cinquenta e um mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos), conforme cálculos atualizados até 29 de junho de 2006, evidenciados respectivamente pelos Ofícios Requisitórios de Pagamento nº 51000122006000103 (PRC PRC20070003681), nº 51000122006000109 (PRC20070003687), nº 51000122006000110 (PRCPRC20070003688) e nº 51000122006000111 (PRC20070003689), todos protocolados em 30 de junho de 2006;
3. “ADCT”: significa Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
4. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;



5. “Afiliada”: a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa (s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
6. “Agência de Classificação de Risco”: Standard & Poor’s, uma divisão da McGraw-Hill Companies (NYS:MHP);
7. “Agente”: qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
8. “Agente Escriturador”: significa o Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira inscrita no CNPJ sob o nº 61.472.676/0001-72, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, nº 474;
9. “Alocação Mínima de Investimento”: fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do patrimônio líquido do Fundo, apurada diariamente pela Administradora (exemplo: se Alocação Mínima de Investimento = 0,80, então Alocação Mínima de Investimento = 80%);
10. “Anexo”: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento;
11. “Assembleia Geral”: assembleia geral de Quotistas do Fundo;
12. “Avaliador”: tem o significa que lhe é atribuído no item (23.5) do Capítulo XXIII;
13. “Bacen”: Banco Central do Brasil;
14. “Bergi Advocacia Tributária” ou “BAT”: sociedade de advogados anteriormente denominada “Bergi Advogados Associados”, sediada na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, na Rua Aleixo Neto, nº 454, salas 504 a 509, inscrita no CNPJ sob o nº 39.351.820/0001-63, e na OAB/ES sob o nº 93.10731-0048;





15. “BM&F”: Bolsa de Mercadorias & Futuros;
16. “BOVESPA”: Bolsa de Valores de São Paulo;
17. “Bruno Pinheiro Barata”: advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 75.514 e no CPF sob o nº 893.307.067-20, com escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua do Olvidor, nº 142/28º andar;
18. “Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;
19. “CBMA”: Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA;
20. “Cedentes”: (i) Citoma; (ii) Bergi Advocacia Tributária; (iii) Guido Pinheiro Côrtes; (iv) Bruno Pinheiro Barata; e (v) Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes;
21. “CETIP”: Câmara de Custódia e Liquidação;
22. “Circulação”: o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
23. “Citoma”: Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda., sociedade limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 700, Bloco 03, sala 224, inscrita no CNPJ sob o nº 58.133.588/0001-31;
24. “CMN”: Conselho Monetário Nacional;
25. “CNPJ”: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
26. “Constituição da República”: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
27. “Conta Corrente do Fundo”: conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;

7

28. “Contrato de Cessão”: contrato particular firmado entre os Cedentes e o Fundo, com a interveniência do Custodiante, tendo por objeto a cessão dos Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes ao Fundo, que será consolidado no Termo de Cessão;
29. “Contrato de Custódia”: “Contrato de Custódia”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, o Custodiante e os Cedentes;
30. “Contrato de Gestão”: “Contrato de Gestão de Ativos de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Gestora;
31. “COSIF”: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
32. “CPF”: Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;
33. “Critério de Elegibilidade”: critério a ser observado na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;
34. “Custodiante”: significa o Banco Santander Banespa S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, nº 474, inscrita no CNPJ/MF 90.400.888/0001-42, ou sua sucessora escolhida nos termos deste Regulamento;
35. “CVM”: Comissão de Valores Mobiliários;
36. “Data de Amortização de Quota Sênior”: significa a data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas Seniores na forma deste Regulamento;
37. “Data de Aquisição”: data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis aos Cedentes, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade dos Cedentes, de Quotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão;



38. “Data de Emissão”: data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas, em moeda corrente nacional ou, exclusivamente na hipótese de integralização de Quotas Subordinadas, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, são colocados pelos investidores à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
39. “Data de Cálculo”: possui a definição indicada no item (17.1) do Capítulo XVII;
40. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
41. “Direito Creditório”: possui a definição indicada no item (7.1) do Capítulo VII;
42. “Direito Creditório Elegível”: todo o Direito Creditório que atenda, cumulativamente, na respectiva Data de Aquisição, ao Critério de Elegibilidade;
43. “Diretor Designado”: diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;
44. “Distribuição”: distribuição de Quotas a ser realizada pela Administradora e o(s) Distribuidor(es) nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
45. “Distribuidor”: instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Administradora, direta ou indiretamente, para efetuar a distribuição pública de Quotas Seniores;
46. “Documentos Comprobatórios”: são os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, consubstanciados em cópia integral dos autos da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5;
47. “Documentos da Securitização”: são, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o Contrato de Cessão; (iii) os Termos de Cessão; (iv) o Contrato de Custódia; e (iv) o Contrato de Gestão;



48. “Emenda Constitucional nº 30”: Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000;
49. “Empresa de Auditoria”: significa a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 61.562.112/0001-20, devidamente contratada pelo Fundo para a prestação de serviços de auditoria do Fundo;
50. “Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Cortes”: sociedade de advogados com sede na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 699 – Torre B, salas 402 a 405, inscrito no CNPJ sob nº 03.023.550/001-14 e na OAB/ES nº 9936181-0188;
51. “Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (23.1), do Capítulo XXIII;
52. “FGC”: Fundo Garantidor de Créditos;
53. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
54. “Gestora”: Polo Capital Gestão de Recursos Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Rua Ataulfo de Paiva nº 204, salas 1001 a 1010, Leblon, inscrita no CNPJ sob o nº 05.451.668/0001-79;
55. “Guido Pinheiro Côrtes” ou “GPC”: advogado inscrito na OAB/ES sob o nº 631, com escritório na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, Avenida Nossa Senhora da Penha, nº 699 – Torre B, salas 402 a 405;
56. “IBGE”: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
57. “Início das Atividades”: data de publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Seniores;



10

58. “Instrução CVM nº 356”: Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
59. “Instrução CVM nº 409”: Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, e pela Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, e suas eventuais alterações posteriores;
60. “Investidor Institucional Qualificado” tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2.1) do Capítulo I;
61. “Investidores Qualificados”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
62. “Investment Company Act”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2.1) do Capítulo I;
63. “IPCA-15”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 - IPCA-15, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
64. “IPCA-E”: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
65. “Laudo de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (23.4) do Capítulo XXIII;
66. “LDO”: Lei de Diretrizes Orçamentárias;
67. “Mês da Última Correção IPCA”: significa o 2º mês calendário imediatamente anterior ao mês da Data de Cálculo (exemplo: caso o mês da Data de Cálculo seja fevereiro de 2008, então Mês da Última Correção IPCA será dezembro de 2007);
68. “Número Índice do IPCA-E”: possui a definição indicada na alínea “b” do item (17.1) do Capítulo XVII;



69. “Ofícios Requisitórios de Pagamento”: ofícios expedidos pelo Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região à União, determinando a inclusão no orçamento da União e do pagamento das quantias indicadas nos Precatórios;
70. “Outros Ativos”: ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se Direitos Creditórios;
71. “Parcela Recebida”: significa valor decorrente da liquidação dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo;
72. “Periódico”: o periódico “Monitor Mercantil”, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (26.2) do Capítulo XXVI;
73. “Pessoas”: pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
74. “PIS”: Programa de Integração Social;
75. “Período de Capitalização”: intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da última amortização ou resgate de Quotas Seniores, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima data de amortização e/ou resgate. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;
76. “Potencial de Cessão”: o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo;
77. “Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1) do Capítulo I
78. “Precatórios”: instrumentos que representam as requisições judiciais de pagamento, expedidos pelos juizes das execuções existentes na Ação 98.0006431-1 e na Ação 99.0020604-5, ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que por sua vez



encaminhou os competentes Ofícios Requisitórios de Pagamento à União, que foi ~~concedida~~ ao pagamento de determinadas somas nos referidos processos, por sentenças transitadas em julgado;



- 79. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes Direitos Creditórios, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela União e, conforme o caso, promove a amortização ou o resgate das Quotas;
- 80. “Prospecto”: o prospecto preliminar e definitivo do Fundo;
- 81. “Quotas”, “Quotas Seniores” e “Quotas Subordinadas”: as quotas, quotas seniores e quotas subordinadas do Fundo, conforme o caso;
- 82. “Quotistas”, “Quotistas Seniores” e “Quotistas Subordinados”: os titulares das Quotas, das Quotas Seniores ou das Quotas Subordinadas, conforme o caso;
- 83. “Razão de Garantia”: fração cujo numerador é o valor do patrimônio líquido do Fundo e o denominador é o somatório do valor atualizado das Quotas Seniores, calculada diariamente pela Administradora (exemplo: se Razão de Garantia for 0,85, então Razão de Garantia = 85%);
- 84. “Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por meio da qual a base cálculo para apuração dos valores devidos aos respectivos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento dos Direitos Creditórios pela União e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
- 85. “Regra 144-A”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2.1) do Capítulo I;
- 86. “Regulamento”: o presente regulamento;
- 87. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (21.2) do Capítulo XXI;



88. “Resolução CMN nº 2.682”: Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;
89. “Resolução CMN nº 2.907”: Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
90. “Securities Act”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2.1) do Capítulo I;
91. “SELIC”: Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
92. “SIAFI”: significa o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI;
93. “Sobretaxa”: sobretaxa fixa ao ano, conforme indicada no Suplemento;
94. “STF”: Supremo Tribunal Federal;
95. “Suplemento” significa o documento preparado na forma do Anexo I deste Regulamento;
96. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
97. “TED”: transferência eletrônica disponível;
98. “Termo de Adesão”: documento preparado na forma do Anexo II, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
99. “Termo de Cessão”: termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre cada Cedente e o Fundo, conforme o modelo constante do Contrato de Cessão, formalizando a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade do respectivo Cedente;
100. “União”: União Federal; e
101. “Valor Referencial”: tem o significado que lhe é atribuído no item (24.1) do Capítulo XXIV.



### CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO



- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.
- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no Capítulo XXII deste Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Capítulo XXIII, e as amortizações de Quotas previstas neste Regulamento.

### CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

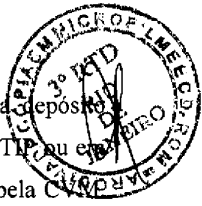
- 4.1. É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos neste Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade (*benchmark*) de acordo com a variação do IPCA-E, acrescida de uma Sobretaxa anual definida no Suplemento, conforme os critérios estabelecidos no Capítulo XVII. O *benchmark* aplica-se às Quotas Seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as Quotas Subordinadas.
- 4.3. Decorridos 90 (noventa) dias do Início das Atividades, o Fundo deverá ter alocado, no mínimo, 80% (oitenta por cento), e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio em Direitos Creditórios.

15



- 4.4. A cessão dos Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou com a obrigação dos Cedentes e/ou de qualquer de suas Afiliadas. Os Cedentes e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e pela solvência da União. Os Cedentes são somente responsáveis pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no Contrato de Cessão.
- 4.5. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem pela solvência da União, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Alocação Mínima de Investimento, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu patrimônio líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; e
  - b) operações compromissadas lastreadas em títulos públicos.
- 4.7. É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora, qualquer de suas Afiliadas ou, ainda, quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela Administradora ou por qualquer de suas Afiliadas.

16

- 
- 4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante nos termos da legislação aplicável.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia dos Cedentes, da Administradora, da Gestora, do Custodiante, do Distribuidor, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

#### **CAPÍTULO V – DO CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE**

- 5.1. Os Direitos Creditórios adquiridos dos Cedentes pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, são aqueles decorrentes dos Precatórios, sendo este o único critério de elegibilidade aplicável ao Fundo (“Critério de Elegibilidade”).

#### **CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES**

- 6.1. Observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão, a cessão dos Direitos Creditórios será formalizada por meio de Termo(s) de Cessão, lavrado por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos juízos.
- 6.1.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios dos Cedentes, observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão, desde que, computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios (a) em moeda corrente nacional e/ou (b) por meio da emissão de Quotas Subordinadas, o mesmo atenda, cumulativamente, à Razão de Garantia, a Reserva de Caixa e, conforme o caso, a Alocação de Investimento Mínima.
- 6.2. O respectivo Termo de Cessão será levado à Ação 98.0006431-1 ou à Ação 99.0020604-5, conforme o caso, para que a União seja intimada judicialmente da respectiva cessão, bem

como sejam providenciados os registros necessários junto ao SIAFI, para identificação do Fundo como cessionário e novo credor.



- 6.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, os valores destinados aos pagamentos dos Direitos Creditórios são depositados pela União em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O tribunal competente envia comunicado desta operação ao Juízo da execução, que intima as partes para que efetuem o levantamento das quantias depositadas. Os depósitos relativos aos Direitos Creditórios serão liberados mediante alvará judicial ou meio equivalente, após a apresentação ao juízo de certidões necessárias para o levantamento das quantias depositadas, exigidas à época, nos termos da legislação aplicável na ocasião, depois de ouvida a Fazenda Pública. Na 1ª Data de Emissão, as certidões exigidas são as seguintes: certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a Dívida Ativa da União.
- 6.4. O Fundo contratará escritório de advocacia para atuar nos procedimentos relacionados nos itens (6.1), (6.2) e (6.3) acima, referentes ao levantamento das quantias depositadas.
- 6.5. Nos termos da alínea “a” do item (23.1) do Capítulo XXIII, qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios será considerado um Evento de Avaliação e, conseqüentemente, será convocada Assembléia Geral.

## **CAPÍTULO VII – DOS CEDENTES E DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

- 7.1. Conforme devidamente nomeados no Contrato de Cessão, os Cedentes são: (a) Citoma; (b) a Bergi Advocacia Tributária; (c) Guido Pinheiro Côrtes; (d) Escritório de Advocacia Guido Pinheiro Côrtes; e (e) Bruno Pinheiro Barata, os quais detêm direitos de crédito contra a União em razão dos débitos dessa em virtude de sentenças transitadas em julgado na Ação 98.0006431-1 e na Ação 99.0020604-5, os quais foram caracterizados pela emissão dos respectivos Precatórios em favor dos Cedentes (“Direitos Creditórios”). Observado o

18

disposto no Contrato de Cessão, o Fundo poderá adquirir dos Cedentes os Direitos Creditórios total ou parcialmente.




- 7.2. Adicionalmente, poderão ser caracterizados como direitos creditórios passíveis de cessão ao Fundo outros precatórios contra a União, desde que sua aquisição pelo Fundo seja previamente aprovada pela CVM, pelos titulares de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação e pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, e a Agência de Classificação de Risco tenha confirmado à Administradora, por escrito, que a respectiva aquisição e a emissão das Quotas referidas no item (16.12) do Capítulo XVI não implicará no rebaixamento da classificação de risco mais recente das Quotas Seniores em Circulação.
- 7.3. Nos termos da Emenda Constitucional nº 30, os Direitos Creditórios serão pagos pela União pelo seu valor real, em moeda corrente, em prestações anuais, iguais e sucessivas, acrescidos dos juros legais, no prazo máximo de até 10 anos.
- 7.4. No caso de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, por quaisquer motivos, será convocada Assembléia Geral dos Quotistas, para definirem as providências a serem adotadas, incluindo a liquidação antecipada do Fundo. Entende-se por inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios como sendo o não pagamento pela União, em um determinado exercício social, de parcela dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

## CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“**Administradora**”), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.

19

- 
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas Seniores, definidos nos Documentos da Securitização, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos outros ativos que integrem a sua carteira, observados os poderes de gestão estabelecidos no Capítulo XII deste Regulamento.
- 8.4. A Administradora deverá calcular e colocar à disposição da Gestora, diariamente, o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento.
- 8.5. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da legislação aplicável, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora, pode:
- a) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, exercer todos os direitos inerentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
  - b) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
  - c) observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança

dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVII;



- d) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVII e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados ao Fundo; e
  - e) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.
- 8.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.
- 8.7. A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com a Gestora e com o Custodiante no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios pela União, conforme descrito no Capítulo VI.

## **CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA**

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento e nos Documentos da Securitização, uma remuneração mensal



21



equivalente ao maior valor entre: (i) R\$8.000,00 (oito mil reais); ou (ii) o valor correspondente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último Dia Útil de cada mês. À remuneração mensal acima prevista será acrescida uma remuneração adicional correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurada no último Dia Útil de cada mês (em conjunto, "Taxa de Administração"). A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos deste item, será paga no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.



- 9.1.1. A Taxa de Administração devida, exclusivamente, no primeiro mês de atividades do Fundo deverá ser acrescida de parcela única no valor de R\$8.000,00 (oito mil reais).
- 9.2. O valor em reais definido no subitem "i" do item (9.1) deste Capítulo será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de outubro de 2006, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IPCA-E.
- 9.3. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.4. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 9.5. O valor correspondente a 50,0% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração retida pela Administradora será pago diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional

 22 

para o Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.



## **CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA**

- 10.1. Os titulares da maioria das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas em Circulação poderão solicitar, em votação em separado, realizada entre os titulares de Quotas da mesma classe no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, a substituição da Administradora. Para tanto, os Quotistas que solicitarem a substituição da Administradora deverão encaminhar à Administradora, no curso da referida Assembléia Geral, documento contendo as razões e os fundamentos da substituição e indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas Seniores, caso esses solicitem a substituição da Administradora, não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) do valor da Taxa de Administração em vigor.
- 10.2. Na hipótese do item (10.1) anterior, os Quotistas titulares da maioria das quotas em circulação, cuja classe não esteja solicitando a substituição da Administradora, terão o direito de escolher, na referida Assembléia Geral, em votação em separado, qualquer das instituições apresentadas pelos Quotistas que estejam solicitando a sua substituição, para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXIII.

10.4. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pela maioria dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo.



10.5. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos dos itens (10.1) ou (10.3) deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

10.6. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.4), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

## **CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE**


11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e Outros Ativos do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada perante a CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444/2006 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:



- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem ao Critério de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- d) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes:
  - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
  - ii) cópias autenticadas dos Termos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização;
  - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados, conforme o caso, pela Administradora, pela Gestora e/ou pelos Cedentes ou seus respectivos Agentes;  
e
  - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- e) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “d” acima;

25

- 
- f) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo pagos pela União, na forma descrita no Capítulo VI;
- g) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- h) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no Contrato de Cessão;
- i) colocar à disposição da Administradora e da Gestora, diariamente, relatórios para apuração da Reserva de Caixa; e
- j) colocar à disposição da Administradora e da Gestora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC, (ii) na CETIP ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde

que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, sempre observadas as instruções passadas pela Gestora; e





- d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora e/ou da Gestora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

- 11.4. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.5. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 120 (cento e vinte) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

## **CAPÍTULO XII – DA GESTORA**

- 12.1. Os serviços de gestão da carteira do Fundo serão realizados pela Gestora, contratada nos termos do item II, do artigo 39 da Instrução CVM nº 356 e do Contrato de Gestão, regularmente credenciada perante a CVM para o exercício da atividade de administração de carteira de fundos de investimento, por meio do Ato Declaratório CVM nº 7.162, de 19 de março de 2003, e que será responsável pelas atividades descritas no item (12.2) a seguir, tudo nos termos do Contrato de Gestão.
- 12.2. A gestão da carteira do Fundo por parte da Gestora é realizada por delegação de poderes da Administradora, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão. Nas hipóteses em que a Administradora e a Gestora compartilhem responsabilidades ou decisões, caberá exclusivamente à Administradora a assunção de tais obrigações, salvo se expressamente delegadas à Gestora nos termos deste Regulamento e do Contrato de Gestão.

 27 

12.3. Adicionalmente às obrigações de gerir a carteira do Fundo, conforme o disposto neste Regulamento, são obrigações da Gestora:

- a) realizar a análise de todos os investimentos propostos para integrar a carteira do Fundo;
- b) agir sempre no melhor interesse do Fundo;
- c) colaborar para a divulgação das informações previstas no Capítulo XXVI deste Regulamento;
- d) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- e) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- f) cumprir e fazer cumprir todas as disposições deste Regulamento.



12.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM nº 444/2006 e da Instrução CVM nº 356, os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, a Gestora, independentemente de qualquer procedimento adicional, pode:

- a) exercer todos os direitos inerentes aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive o de ação;
- b) adquirir, alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Outros Ativos, decretar seu vencimento antecipado, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo;
- c) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, e (ii) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e

28

- d) praticar todos os atos necessários à gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.



12.5. Tendo em vista que existe a possibilidade de serem questionados pelo Fundo em face da União (i) o critério atualmente adotado pela União para a atualização do valor dos Precatórios; (ii) o índice dos juros utilizado; e (iii) a sua incidência somente a partir do ano em que se vence a segunda parcela, a Gestora poderá requerer, em nome do Fundo, administrativa ou judicialmente, eventuais diferenças decorrentes dos índices de correção monetária e/ou das taxas de juros aplicadas ao crédito reconhecido na sentença transitada em julgado na Ação nº 98.0006431-1 ou na Ação 99.0020604-5, conforme o caso.

12.5.1. Independentemente de autorização prévia dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, a Gestora poderá adotar as medidas administrativas ou judiciais cabíveis, exclusivamente em virtude da hipótese referida no item (12.5), desde que a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas se responsabilize integralmente, de forma satisfatória pela Administradora, e garanta o pagamento de todos e quaisquer custos que venham a ser incorridos, inclusive a contratação de advogados, o pagamento de custas e despesas processuais, de honorários periciais, e de honorários advocatícios para a parte contrária, em caso de improcedência da ação judicial a ser adotada, bem como de quaisquer outras despesas que sejam relacionadas com a cobrança de diferenças decorrentes da forma pela qual os créditos representados por Precatórios são atualizados e acrescidos de juros pela União.

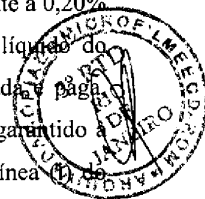
12.5.2. Para as demais ações judiciais ou administrativas que devam ser adotadas em defesa dos interesses do Fundo, aplica-se o disposto no Capítulo XXVII deste Regulamento.

12.6. A Administradora somente poderá propor a substituição da Gestora na hipótese de seu descredenciamento para desempenhar suas funções de gestora de recursos de terceiros por parte da CVM.

12.7. A Gestora poderá ser substituída por deliberação dos Quotistas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim. Neste caso, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.




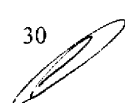
- 12.8. A Gestora fará *jus* a uma remuneração paga diretamente pelo Fundo, deduzida da Taxa de Administração, na forma e valores previstos no Contrato de Gestão, correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, incidentes sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, pagos mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), a qual será apurada e paga *pari-passu* com a Taxa de Administração, no último Dia Útil de cada mês. É garantido à Administradora o direito ao recebimento, no mínimo, do valor instituído na alínea (b) do item (9.1) do Capítulo IX.



### CAPÍTULO XIII – DOS FATORES DE RISCO

- 13.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora e/ou a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Distribuidores ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas, entre outros eventos.
- 13.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.**  
O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar seus Direitos Creditórios a terceiros, ou caso o Quotista receba tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, nos termos do Capítulo XXIV, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios poderá ser inferior ao valor patrimonial de referidos Direitos Creditórios

 30 

conforme avaliação realizada nos termos do Regulamento; e/ou (iii) a Administradora ou a Gestora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguirem, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar suas posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejados e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.



- b) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração ou nos demais casos previstos no Regulamento, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- c) **Resgate por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Capítulo XXIV, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios. Neste caso, além de correrem os riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário conforme descrição contida na alínea (a) acima, os Quotistas poderão incorrer em custos de custódia dos Direitos Creditórios e dos Documentos Comprobatórios.
- d) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora e/ou da Gestora.
- e) **Risco de descontinuidade do Fundo.** O prazo máximo de liquidação dos Precatórios pela União é de 10 (dez) anos, nos termos da Emenda Constitucional nº 30. Assim, caso a União opte por liquidá-los em prazo menor, os Quotistas poderão ter seu

horizonte original de investimento reduzido e, nesse sentido, não conseguir investir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.



- f) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro dos devedores dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- g) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos, os quais podem compor até 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do Fundo, estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- h) **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor das Quotas Seniores será apurado de acordo com os critérios definidos no item (17.1) do Capítulo XVII. Tal critério tem como finalidade definir qual a parcela do patrimônio líquido do Fundo, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, do Distribuidor e/ou de suas respectivas Afiliadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do patrimônio líquido do Fundo, os Quotistas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou do resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, o qual representa apenas o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

32

- i) **Risco do exercício de poder de voto pelos Quotistas Subordinados.** A aprovação das matérias definidas na alínea “e” do item (15.4) do Capítulo XV dependerá dos titulares da maioria das Quotas Seniores presentes e do voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas, em votação em separado no curso da mesma Assembléia Geral.



- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, observado o disposto no Capítulo XXI, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da diferença (*spread*) entre a taxa de remuneração esperada dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e das Quotas Seniores. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.

13.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Os Direitos Creditórios deverão ser amortizados pela União anualmente, nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30. Portanto, a realização dos Direitos Creditórios depende do adimplemento da União e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A União poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos Precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito

33

transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.



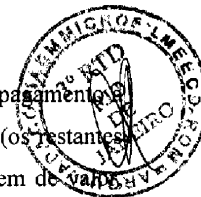
- b) **Inexistência de co-obrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso ou co-obrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Os Cedentes e quaisquer de suas Afiliadas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da União. Em nenhuma hipótese, a Administradora, a Gestora, o Custodiante e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência da União.
- c) **Possibilidade de alteração na forma de pagamento.** Tal como ocorreu quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 30, que permitiu a prorrogação dos pagamentos da União relativos aos seus débitos judiciais pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, não há garantia que não seja promulgada uma nova emenda à Constituição da República alterando as condições de pagamento precatórios, inclusive, dos Direitos Creditórios. Qualquer alteração às condições de pagamento dos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- d) **Existência de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda Constitucional nº 30.** A Confederação Nacional da Indústria move no Supremo Tribunal Federal ação direta de inconstitucionalidade (ADIN), que tramita sob o nº 2356, questionando o artigo 78, *caput* e §§ 1º ao 4º, do ADCT, acrescentado pela Ementa Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000. O relator, Ministro Nery da Silveira, deferiu a liminar. Após pedido de vista, a Ministra Ellen Gracie deferiu a liminar em parte, apenas para suspender a expressão do *caput* do artigo 78 do ADCT que inclui no parcelamento precatórios que decorram de ações judiciais ajuizadas até 31/12/99. O Ministro Eros Grau, acompanhado pelo Ministro Joaquim Barbosa, indeferiu a liminar. O Ministro Carlos Ayres acompanhou o Relator, deferindo a liminar. O Ministro Cezar Peluso pediu vista, e o processo aguarda julgamento desde 02/09/04. Caso o STF julgue inconstitucional o artigo 78 do ADCT, os precatórios deverão ser pagos de uma só vez, na forma do artigo 100 da Constituição Federal,

salvo se outra emenda constitucional vier a ser editada disciplinando o pagamento de precatórios de outra forma.



- e) **Não atualização dos Direitos Creditórios pela variação do IPCA-E e modificação do critério para determinação dos juros legais.** Nos termos do artigo 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme alterado pela Emenda Constitucional nº 30, os precatórios, incluindo os Direitos Creditórios, serão liquidados por seu valor real, em moeda corrente nacional, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de até 10 (dez) anos. Até a presente data, o IPCA-E tem sido utilizado como parâmetro para atualização monetária dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, os quais compreendem os Direitos Creditórios. Não há qualquer garantia de que o referido índice continuará a ser adotado para a correção monetária dos precatórios, ou de que o índice que eventualmente vier a substituí-lo permita a efetiva atualização monetária do valor dos Direitos Creditórios. Da mesma forma, o conceito de “juros legais” previsto na Constituição vem sendo interpretado pela União como o equivalente a 6% (seis por cento) ao ano, exceto pelo primeiro ano do pagamento do Precatório, na forma incluída anualmente na LDO, não obstante tal montante estar previsto apenas no Código Civil de 1916, e ter sido revogado pelo novo Código Civil, em vigor desde 11 de janeiro de 2003, que em seu artigo 406 determina que os juros moratórios sejam fixados de acordo com a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso venham a ser modificados os critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios. Qualquer alteração aos critérios de atualização ou de determinação dos juros legais aplicáveis aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- f) **Projeto de Emenda Constitucional nº 12, de 2006.** Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional (PEC), concebida pelo ex-presidente do STF Nelson Jobim e apresentada pelo Senador Renan Calheiros em 7 de março de 2006, que pretende modificar o sistema de pagamento de precatórios, inclusive aqueles sujeitos ao atual artigo 78 do ADCT. Pela proposta atual, a União destinaria 3% (três por cento) da despesa primária líquida do ano anterior para o pagamento de

precatórios, podendo utilizar 70% (setenta por cento) de tal valor para o pagamento à vista de precatórios, de acordo com o desconto oferecido pelos credores (os restantes 30% seriam utilizados para pagamento integral dos precatórios, em ordem de valor, pagando primeiramente os de valores mais baixos, independente de ordem cronológica de entrada). Não existe prazo para que seja concluído o andamento da PEC, nem há certeza de que a proposta será aprovada, ou se haverá modificações em seu texto atual. Qualquer alteração ao sistema de pagamento de precatórios aplicável aos Direitos Creditórios poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.



- g) **Ação Rescisória.** A ação rescisória é o meio processual pelo qual se pede a desconstituição de uma sentença transitada em julgado, por vícios pertinentes à sua validade. A admissibilidade da ação rescisória pressupõe, além da existência de uma sentença de mérito transitada em julgado, a ocorrência de um dos motivos previstos taxativamente no artigo 485 do Código de Processo Civil, que dispõe: “Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: I - se verificar que foi dada por prevaricação, concussão ou corrupção do juiz; II - proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente; III - resultar de dolo da parte vencedora em detrimento da parte vencida, ou de colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei; IV - ofender a coisa julgada; V - violar literal disposição de lei; VI - se fundar em prova, cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou seja provada na própria ação rescisória; VII - depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável; VIII - houver fundamento para invalidar confissão, desistência ou transação, em que se baseou a sentença; IX - fundada em erro de fato, resultante de atos ou de documentos da causa; § 1º - Há erro, quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido. § 2º - É indispensável, num como noutro caso, que não tenha havido controvérsia, nem pronunciamento judicial sobre o fato”. Na forma do artigo 489 do Código de Processo Civil, o ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela. De acordo com o artigo 495 do Código de Processo Civil, a ação rescisória deverá ser proposta no prazo de até 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da decisão. Tendo em vista que o referido prazo

36

ainda não se esgotou para a Ação 99.0020604-5, há, em tese, a possibilidade processual da União propor ação rescisória contra aquela sentença que originou os respectivos Precatórios.



- h) **Retenção de Imposto de Renda.** Na forma do artigo 27 da Lei nº 10.833/03, com a redação atribuída pela Lei nº 10.865/04, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal. Na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo 27, fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis. Na prática, os juízes têm exigido a comprovação da isenção do credor para expedir o alvará judicial com a dispensa de retenção, razão pela qual o Fundo deverá obter prévia autorização judicial para fazer o levantamento integral dos valores depositados, sem o desconto de valores retidos a título de pagamento de imposto de renda, independentemente de ter ou não ocorrido a substituição dos Cedentes, pelo Fundo, no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 ou da Ação 99.0020604-5, conforme o caso.
- i) **Quanto à substituição dos Cedentes e levantamento de quantias.** Nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento pelo Fundo aos Cedentes pela cessão dos Direitos Creditórios, após a lavratura do Termo de Cessão, estará sujeita à substituição dos Cedentes, pelo Fundo, na qualidade de beneficiários dos Precatórios, ou alternativamente ao deferimento judicial de inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e da Ação 99.0020604-5. Na hipótese de ser indeferido o pedido a ser formulado em conjunto entre Cedentes e o Fundo para a substituição dos beneficiários originais dos Precatórios pelo Fundo, ou caso seja negado o pedido de inclusão do Fundo no pólo ativo da Ação 98.0006431-1 e/ou da Ação 99.0020604-5, no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação do primeiro pedido formulado, o pagamento pela cessão dos Direitos Creditórios deverá ser feito, desde que verificado o implemento das demais condições suspensivas previstas no Regulamento, adotando-se as medidas previstas no Contrato de Cessão. Além disso, existe previsão legal, que vem sendo contestada judicialmente, de condicionar o levantamento das quantias pagas pela União, à apresentação, pelo credor, de certidões negativas de tributos

37



federais, estaduais e municipais, bem como certidão de regularidade para com a Previdência Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública (Lei nº 11.033/2004). Com a cessão, as certidões do Fundo é que deverão ser apresentadas, com a substituição dos Cedentes no SIAFI. No entanto, não existem precedentes acerca da matéria, e não há como garantir que apenas as certidões do Fundo (e não também dos Cedentes) serão requeridas para levantamento das quantias. Assim sendo, é possível que as quantias pagas em relação aos Direitos Creditórios tenham que ser levantadas pelas Cedentes, nos termos do Contrato de Cessão, e subseqüentemente transferidas pelas Cedentes ao Fundo.


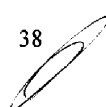


- j) **Risco de pagamento antecipado.** A Constituição Federal prevê o pagamento dos precatórios que preencham as condições do artigo 78 do ADCT em até 10 parcelas, anuais e sucessivas. Não existe óbice para que a União faça o pagamento antecipado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios, nos prazos e nos valores originalmente previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- 13.4. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, a Gestora, o Custodiante, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvadas os casos comprovados de dolo e má-fé.

#### CAPÍTULO XIV – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 14.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades.
- 14.2. Para efeito da determinação do valor do patrimônio líquido da carteira do Fundo, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

 38 

## CAPÍTULO XV – DAS QUOTAS



- 15.1. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, observadas as peculiaridades das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, descritas nos itens (15.3) e (15.4) deste Capítulo, respectivamente, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XXIII. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador.
- 15.2. As Quotas do Fundo serão de 2 (duas) classes distintas: (a) 1 (uma) classe de Quotas Seniores; e (b) 1 (uma) classe de Quotas Subordinadas.
- 15.3. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
  - b) tem o valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
  - c) poderão ser amortizadas na forma definida no Capítulo XVIII;
  - d) tem seu valor apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, deste Regulamento;
  - e) nos termos do Capítulo XXVII, os Quotistas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de série de quotas seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e

- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.



15.4. Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observados os termos deste Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$100.000,00 (cem mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão;
- c) tem seu valor calculado conforme o disposto no item (17.2) do Capítulo XVII deste Regulamento;
- d) nos termos do Capítulo XXVII, os Quotistas Subordinados poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, por meio da emissão e integralização de série de quotas seniores específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- e) enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito (i) de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembléia Geral, as matérias tratadas nos itens (7.2), (16.12), (17.5), nas alíneas “b”, “c”, “g” e “h” do item (20.1) e, com referência à escolha do Avaliador, no item (23.4), dos Capítulos VII, XVI, XVII, XX e XXIII, respectivamente, e (ii) exercer o seu direito de voto, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da respectiva Assembléia Geral, quando da implementação, pelo Fundo, dos procedimentos relativos à substituição, a qualquer título, da Administradora, da Gestora e do Custodiante nos termos deste Regulamento.

15.5. Na hipótese prevista na alínea “e” do item (15.4) anterior, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto ou veto para essa classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria.

 40 



Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria nas Assembléias Gerais.



- 15.6. O Fundo somente emitirá Quotas Seniores desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, a Razão de Garantia, calculada, *pro forma*, na respectiva Data de Emissão, seja equivalente a, no mínimo, 105% (cento e cinco por cento).
- 15.7. No curso normal do Programa de Securitização, a Razão de Garantia será equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 80% (oitenta por cento), todos percentuais calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento. Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Razão de Garantia caso esta seja equivalente a 100% (cem por cento), isto é, caso o valor dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo seja igual ao valor do Patrimônio Líquido.
- 15.8. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.
- 15.9. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso, saída, desempenho ou performance.

#### **CAPÍTULO XVI – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO, DA INTEGRALIZAÇÃO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS**



- 16.1. As Quotas representativas do patrimônio inicial do Fundo deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e os termos e condições da legislação aplicável.
- 16.2. O Fundo poderá emitir 1 (uma) série da classe de Quotas Seniores dividida, em, no mínimo, 40 (quarenta) Quotas Seniores e, no máximo, 100 (cem) Quotas Seniores, observado o

 41 

disposto no item (16.12) abaixo e ressalvada a emissão de série específica de quotas seniores, nos termos do Capítulo XXVII.



- 16.2.1. Observado o mínimo 40 (quarenta) Quotas Seniores a serem emitidas pelo Fundo, nos termos do Regulamento, no caso de serem subscritas e integralizadas, durante o período de distribuição, menos que 100% (cem por cento) das Quotas Seniores objeto da Oferta, isto é 100 (cem) Quotas Seniores, o saldo das Quotas Seniores não colocado será cancelado e o Fundo terá sua carteira reduzida ao total de Quotas subscritas.
- 16.3. O Fundo poderá emitir, em 1 (uma) ou mais Distribuições, 1 (uma) série da classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado.
- 16.4. Será admitida, a critério da Administradora, a subscrição por um mesmo investidor de todas as Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas emitidas. Não haverá, portanto, requisitos de diversificação dos detentores das Quotas do Fundo.
- 16.5. Poderão adquirir Quotas Seniores fundos de investimento geridos pela Gestora.
- 16.6. As Quotas Subordinadas poderão ser subscritas e integralizadas pelos Cedentes, pela Gestora e/ou suas Afiliadas, bem como por seus respectivos sócios, controladores ou não, administradores e funcionários.
- 16.7. Cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão. Caberá a cada Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 16.8. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e R\$100.000,00 (cem mil reais) em Quotas Subordinadas.
- 16.9. As Quotas Seniores serão negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas, e à Administradora a adesão deste aos termos do presente Regulamento.

 42 

16.10. Caberá à Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas em sistemas de negociação.



16.11. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

16.12. Os titulares de 100% (cem por cento) das Quotas Seniores em Circulação e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas em Circulação, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, poderão aprovar a emissão de novas Quotas Seniores de forma a captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios referidos no item (7.2) do Capítulo VII.

16.12.1. Será dado direito de preferência aos Quotistas Seniores na emissão de novas Quotas Seniores de que trata o item (16.12) acima, observado o critério proporcional.

## CAPÍTULO XVII – DO VALOR DAS QUOTAS

17.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão de Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado na abertura de todo dia útil (“Data de Cálculo”), para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) o patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$VNa = VNe \times FatorC \times FatorS,$$

onde:

43

$VNa$  = valor de cada Quota Sênior na Data de Cálculo, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



$VNe$  = valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão, ou o saldo de seu valor (valor remanescente após amortização, nos termos do Capítulo XVIII), calculado com 6 (seis) casas decimais, com arredondamento, calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$VNe = \{VN \times (1 - SPA)\},$$

onde:

$VN$  = Valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão;

$SPA$  = somatório dos percentuais (" $P_n$ ") das amortizações ocorridas até o Dia Útil imediatamente anterior a Data do Cálculo (inclusive). Para cada Data de Amortização de Quota Sênior será calculado um  $P_n$  de acordo com a seguinte expressão:

$$P_n = \frac{(Amort_n - S_n)}{(VN \times FatorC_n)},$$

$P_n$  = percentual de amortização do Valor Nominal da Quota Sênior em cada Data de Amortização "n" de cada Quota Sênior, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

$Amort_n$  = valor unitário pago para cada Quota Sênior na Data de Amortização "n";

$FatorC_n$  = "FatorC" (abaixo definido), apurado na Data de Amortização "n" de cada Quota Sênior;

$S_n$  = valor da Sobretaxa devida na Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento utilizando a expressão:

$$S_n = \{V_n \times FatorC \times [FatorS - 1]\},$$



onde “ $V_n$ ” (acima definido), “FatorC” (abaixo definido) e “FatorS” (abaixo definido) são calculados na Data de Amortização “n” de cada Quota Sênior.

FatorC = será (i) igual a 1 (um), caso o Mês da Última Correção IPCA seja anterior ao mês da Data de Emissão ou (ii) o fator acumulado das variações dos índices utilizados, calculado com 15 (quinze) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$FatorC = \left\{ \left[ \frac{IPCA - E_n}{IPCA - E_0} \right] \right\},$$

$IPCA - E_0$  = valor do Número Índice do IPCA-E referente ao mês imediatamente anterior ao mês da Data de Emissão;

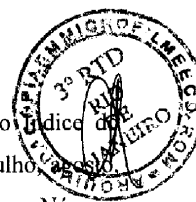
$IPCA - E_n$  = valor do Número Índice do IPCA-E referente ao Mês da Última Correção IPCA;

onde:

“Número Índice do IPCA-E” significa o número índice com base 100 fixada a partir de dezembro de 1993, calculado mensalmente e divulgado trimestralmente pelo IBGE. Segundo metodologia adotada pelo IBGE, o IPCA-15, publicado mensalmente, coincide com as parcelas mensais do IPCA-E, este publicado trimestralmente. Considerando a indisponibilidade do IPCA-E nos dois primeiros meses de cada trimestre civil, exclusivamente para apuração do valor das Quotas Seniores em tais meses, será utilizada a variação mensal do IPCA-15 para cálculo dos números índices dos dois



primeiros meses dos trimestres civis. Desta forma, o Número Índice do IPCA-E referente aos meses de janeiro, fevereiro, abril, maio, julho, setembro, outubro e novembro de cada ano será calculado multiplicando o Número Índice do IPCA-E do mês anterior pelo fator da variação do IPCA-15 do referido mês. Por exemplo, o Número Índice do IPCA-E de março de 2006 é 2524,00. O IPCA-15 de abril de 2006 é 0,17%. O Número Índice do IPCA-E de abril de 2005 será  $2524,00 \times (1 + 0,17\%) = 2528,29$ . Após a divulgação do IPCA-E do trimestre pelo IBGE, será utilizado para apuração do Número Índice do IPCA-E, os números índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE em substituição aos Números Índices do IPCA-E calculados utilizando a variação do IPCA-15.





$FatorS$  = fator da Sobretaxa fixa calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, observado o disposto na seguinte expressão:

$$FatorS = \left[ \left( \frac{Sobretaxa}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{DP}{252}},$$

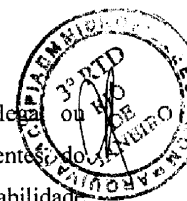
onde:

$DP$  = número de Dias Úteis do período compreendido entre a data de início do Período de Capitalização (inclusive), e a Data de Cálculo (exclusive), sendo “DP” um número inteiro.

- 17.2. A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil, será equivalente ao valor do patrimônio líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma do item (17.1) acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração.
- 17.3. Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no item (17.1) deste Capítulo, têm como finalidade definir qual parcela do patrimônio líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos Quotistas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados,

 46 

sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Fundo, da Administradora, da Gestora, do Custodiante, dos Cedentes, do Distribuidor e de suas respectivas Afiliadas, em garantir ou assegurar tal rentabilidade (remuneração) aos respectivos Quotistas.



- 17.4. Quando da determinação do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo, o Número Índice do IPCA-E será determinado considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pelo IBGE. No caso de indisponibilidade temporária do Número Índice do IPCA-E quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizado o último Número Índice do IPCA-E disponível, não cabendo porém, quando da divulgação do índice devido, quaisquer compensações financeiras por parte do Fundo ou de seus Quotistas.
- 17.5. Na hipótese de não utilização do IPCA-E como parâmetro de atualização dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, será aplicado, para a determinação do valor das Quotas Seniores, no lugar do IPCA-E, automaticamente, o índice substituto utilizado na atualização dos precatórios a cargo do Tesouro Nacional, sendo que a Administradora deverá promover os necessários ajustes ao Regulamento, observado o disposto no item (20.2) do Capítulo XX. Na hipótese de indefinição quanto ao índice substituto, por período superior a 60 (sessenta) dias contado do respectivo evento, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral para que seja deliberado pelos Quotistas Seniores. A adoção do parâmetro aprovado pelos titulares das Quotas Seniores deverá ser aprovada pela maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, no curso da Assembléia Geral.
- 17.6. As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, conforme opção da cada Distribuidor. As Quotas Subordinadas serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, aprovado pelo Custodiante, e/ou em Direitos Creditórios, que serão cedidos e precificados conforme disposto no Contrato de Cessão, observado, ainda, o Critério de Elegibilidade.
- 17.7. Durante a vigência da Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, a integralização de Quotas Subordinadas deverá ser realizada por meio de TED em favor do Fundo ou sistema

47

operacionalizado pela CETIP, concomitantemente à venda, pelos Cedentes, de Direitos Creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado.



## CAPÍTULO XVIII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 18.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas Seniores serão amortizadas, em Regime de Caixa, por seu valor calculado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI, em até 3 (três) Dias Úteis após o pagamento da enésima Parcela Recebida, sendo que o valor agregado de cada evento de amortização de Quotas Seniores será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$AMTZn = fat \times \frac{PRn - DPREF}{NQS},$$

onde:

<i>AMTZn</i>	Valor do pagamento devido a cada Quota Sênior em Circulação na data da enésima amortização de Quotas Seniores;
<i>fat</i>	Fator de multiplicação equivalente a 0,925;
<i>PRn</i>	Enésima Parcela Recebida;
<i>DPREF</i>	Somatório dos encargos esperados de responsabilidade do Fundo referidos nas alíneas “a”, “b” e “d” do item (21.1) do Regulamento, apurados pela Administradora; e
<i>NQS</i>	Número de Quotas Seniores em Circulação na respectiva Data de Amortização de Quotas Seniores.



- 18.2. O valor da amortização apurado na forma do item (18.1) acima tem como limite máximo o valor da Quota Sênior, calculado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, na Data da Amortização de Quotas Seniores.
- 18.3. As Quotas Subordinadas serão amortizadas, em Regime de Caixa, em até 2 (dois) Dias Úteis após o pagamento de cada amortização de Quotas Seniores, conforme estabelecido no item (18.1) deste Capítulo, desde que o Fundo encontre-se adimplente com relação a todas as obrigações para com as Quotas Seniores. Sempre observada a ordem de aplicação de recursos prevista no Capítulo XXI, o valor de cada amortização de Quotas Subordinadas equivalerá ao montante necessário para que, considerada, *pro-forma*, a amortização pretendida, a Razão de Garantia seja equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento).
- 18.4. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações das Quotas Subordinadas, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares de Quotas Seniores.
- 18.5. Nas amortizações e no resgate de Quotas será utilizado o valor da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 18.6. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas coincidir com feriado nacional, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.
- 18.7. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios, nas hipóteses previstas neste Regulamento.

49

18.8. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.



18.9. Não há período de carência para a solicitação da amortização ou do resgate das Quotas, nem tampouco para o pagamento das mesmas, que deverá ser efetuado única e exclusivamente na forma e nos prazos previstos nos itens (18.1) e (18.3) acima.

18.10. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XXI. O saldo, se houver, deverá ser pago em Direitos Creditórios, por meio dos procedimentos de dação em pagamento previstos no Capítulo XXIV. As Quotas Subordinadas serão resgatadas somente após o resgate de todas as Quotas Seniores, em dinheiro ou Direitos Creditórios, na medida da disponibilidade de um ou outro.


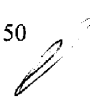
## **CAPÍTULO XIX – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO**

19.1. Os ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados pelo seu custo de aquisição e ter os seus valores ajustados nos termos dos itens a seguir indicados.

19.2. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive o ágio ou deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência deles no tempo, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

19.3. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.

19.4. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios e os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos

 50 

definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.


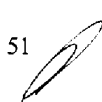


- 19.5. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

## **CAPÍTULO XX – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

- 20.1. Observados os respectivos *quorums* de instalação e de deliberação definidos neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral:



- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;

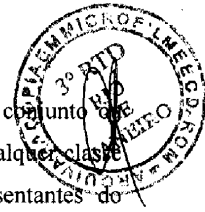
 51 

- e) deliberar sobre a substituição da Administradora, da Gestora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- g) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver; e
- h) deliberar sobre a alteração dos Documentos da Securitização.





- 20.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, ou para realização de ajustes formais aos procedimentos do Programa de Securitização, desde que as mesmas não afetem, negativamente, o equilíbrio econômico financeiro do Programa de Securitização ou possam prejudicar de qualquer forma os titulares das Quotas Seniores, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 20.3. A primeira convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de e-mail enviado ao Quotista ou seu representante, cadastrado na Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 20.4. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pela maioria dos titulares das Quotas Seniores.
- 20.5. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora, pela Gestora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de quotas em circulação.

 52 



- 20.6. A Administradora, a Gestora ou Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ~~de~~ separadamente, 25% (vinte e cinco por cento) das quotas em circulação de qualquer classe de Quotas poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 20.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente e o representante da Gestora deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 20.8. A Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias contado de sua convocação.
- 20.8.1. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de *quorum* de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 7 (sete) dias, contado da nova convocação feita por meio de anúncio publicado no Periódico ou por meio de *e-mail* enviado ao Quotista ou seu representante cadastrado na Administradora.
- 20.8.2. A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das quotas em circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, 1 (um) Quotista.
- 20.9. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 20.10. A Assembleia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 20.11. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos titulares das quotas em circulação que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação e, em segunda

 53 





convocação, pela maioria dos titulares das Quotas presentes que tenham direito de voto, a matéria objeto de deliberação, salvo se outro quorum de deliberação não for exigido por este Regulamento.



- 20.12. Para efeito da constituição de quaisquer dos *quorums* de instalação ou deliberação da Assembléia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, da Administradora, da Gestora, dos Cedentes, de suas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.
- 20.13. Os Quotistas Subordinados, independentemente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembléias Gerais.
- 20.14. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.
- 20.15. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quorums* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas Seniores e Quotistas Subordinados, devendo ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.
- 20.16. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

## **CAPÍTULO XXI – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS**

- 21.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de

 54 

titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e no recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:



- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na amortização, total ou parcial, das quotas seniores, emitidas ao amparo do Capítulo XXVII, devidamente atualizadas *pro rata temporis*, utilizando-se o mesmo critério de atualização aplicado às Quotas Seniores;
- c) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- d) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- e) na amortização e/ou no resgate das Quotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento; e
- f) na amortização e/ou no resgate de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

21.2. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu patrimônio líquido equivalente ao montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período compreendido, conforme o caso, (a) entre a data de início e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente à data de início ou (b) a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o dia 31 de dezembro do ano calendário imediatamente subsequente a última data de liquidação, pela União, dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, acrescido do montante de R\$100.000,00 (cem mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial

necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplência no pagamento dos Direitos Creditórios (“Reserva de Caixa”).



## **CAPÍTULO XXII – DO PRAZO DE DURAÇÃO**

- 22.1. O prazo de duração do Fundo é de 11 (onze) anos, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão, ou após o término dos procedimentos previstos no Capítulo XXIV, o que ocorrer antes (“Prazo de Duração”). O Fundo poderá ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto no Capítulo XXIII a seguir.

## **CAPÍTULO XXIII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO**

- 23.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas Seniores reunidos em Assembleia Geral, qualquer das seguintes ocorrências (“Eventos Avaliação”):
- a) qualquer inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, ou contestação pela União com relação ao pagamento dos Precatórios;
  - b) caso qualquer das Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no Contrato de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pela Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido;
  - c) amortização e/ou resgate de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;



- d) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
  - e) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;
  - f) rebaixamento, pela Agência de Classificação de Risco, da classificação de risco das Quotas Seniores para nível abaixo de “brA-F”, ou equivalente em escala nacional;
  - g) caso os Quotistas Seniores não consigam, por 2 (duas) Assembléias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de determinação do valor para as Quotas Seniores, nos termos do item (17.5) do Capítulo XVII.
- 23.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes, (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral dos Quotistas Seniores, nos termos do Capítulo XX, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis, a contar da data da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.
- 23.3. Na hipótese de os Quotistas Seniores reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, observado o *quorum* de deliberação definido no item (20.11) do Capítulo XX, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover o resgate das Quotas Seniores, proporcional, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII.
- 23.4. Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo de forma a preservar os objetivos do Fundo e de seus Quotistas. O Fundo somente poderá alienar os Direitos Creditórios de sua titularidade, na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, após a realização, pela Administradora, às expensas do Fundo, de procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor mínimo de alienação dos Direitos Creditórios, a ser realizado pelo Avaliador escolhida na forma do item (23.5) abaixo. Os

resultados dos procedimentos de avaliação realizados pelo Avaliador de crédito, consubstanciados em laudo de avaliação (“Laudo de Avaliação”).



- 23.5. A maioria dos titulares de Quotas Seniores e a maioria dos titulares de Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim, deverão, consensualmente, escolher somente 01 (uma) Pessoa responsável pela preparação do Laudo de Avaliação (“Avaliador”). Caso os Quotistas presentes à Assembléia Geral não consigam deliberar a escolha do Avaliador, este deverá ser escolhido pela Administradora. O Avaliador escolhido pela Administradora deverá possuir comprovada competência técnica na avaliação de ativos assemelhados aos Direitos Creditórios.
- 23.6. Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma do item (23.2) deste Capítulo, decidam pela não liquidação do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá proceder ao resgate antecipado das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas que tenham manifestado sua discordância com a decisão da Assembléia Geral, desde que sua manifestação de voto seja devidamente formalizada na respectiva Assembléia Geral, pelo valor delas, à época do resgate, apurado na forma do item (17.1) do Capítulo XVII, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (23.3) anterior.

#### **CAPÍTULO XXIV – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO**

- 24.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado caso, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas Seniores referida no item (23.2) do Capítulo XXIII, existam Quotas Seniores em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto no item (17.1) do Capítulo XVII (“Valor Referencial”). Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente

em sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste Capítulo deverão ser realizadas observado o disposto no item (29.2) abaixo.



- 24.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (24.1) anterior, a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Posteriormente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (24.3) a seguir.
- 24.3. Para fins do disposto no item (24.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item (24.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos efetivamente atribuídos a ele. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente Quotistas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer valores decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 24.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os Quotistas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (24.3) deste Capítulo e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

- 24.5. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XXI.



## **CAPÍTULO XXV – DOS ENCARGOS DO FUNDO**

- 25.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela Administradora:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) despesas com a contratação de agência de classificação de risco;



60



- i) taxas de custódia de ativos do fundo;
  - j) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
  - k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea “g” do item (20.1) do Capítulo XX.
- 25.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

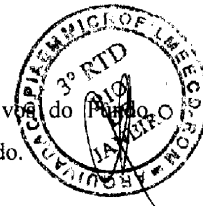
#### **CAPÍTULO XXVI – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

- 26.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do item (23.1) do Capítulo XXIII deste Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.
- 26.2. A divulgação das informações previstas neste Capítulo deverá ser feita por meio de publicação no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil”, e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da Administradora e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo.
- 26.3. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
  - b) o valor da Razão de Garantia e da Alocação Mínima de Investimento;
  - c) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

 61 



- d) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.



26.4. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

#### **CAPÍTULO XXVII – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS**

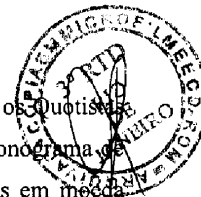
27.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares da maioria das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de quotas seniores específica, a ser realizada por todos os titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas em Circulação, na proporção de seus respectivos créditos, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo, dos Quotistas Seniores e dos Quotistas Subordinados, não estando a Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.

27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas Seniores reunidos na Assembleia Geral prevista no item (27.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas

62

despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas Seniores deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da série de quotas seniores, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.



- 27.4. O Fundo reembolsará os valores adiantados pelos Quotistas, se possível, quando da amortização das quotas seniores emitidas nos termos deste Capítulo, por meio dos procedimentos definidos no Capítulo XXI.
- 27.5. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas Seniores, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.6. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, os Cedentes, o Distribuidor e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.
- 27.7. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

63



## CAPÍTULO XXVIII – DA ARBITRAGEM



- 28.1. Qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária deste Regulamento ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas, à Administradora e a Gestora, deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem, tal como definida na Lei nº 9.307/96.
- 28.2. A arbitragem será administrada pelo CBMA, a cujo regulamento se submeterá.
- 28.3. A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA.
- 28.4. Sem prejuízo do disposto no item (28.1) acima, os Quotistas, a Administradora e/ou a Gestora reservam-se o direito de demandar em juízo para (a) compelir uns aos outros a observar(em) o procedimento de arbitragem previsto neste Regulamento, (b) executar qualquer decisão arbitral nos termos deste Capítulo, (c) utilizar, a seu exclusivo critério, qualquer outra medida de urgência e/ou de preservação de direitos, em caso de iminência de dano irreparável em momento anterior ao da nomeação do árbitro, ou (d) dirimir os litígios que, por força de lei, não possam ser objeto de arbitragem.
- 28.5. Para os efeitos do item (28.4) acima, fica eleito como competente o foro central da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.


## CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

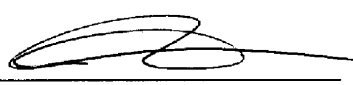
- 29.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 29.2. As cessões de Direitos Creditórios realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo XXIV, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.

 64 

- 29.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.
- 29.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de novembro e terminando em 31 de outubro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição e terminará em 31 de outubro do próximo ano.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2007.

  
OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.  
CESAR REINALDO LEAL PINTO  
DIRETOR

  
Alexandre Lodi de Oliveira  
Procurador

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3ª SEÇÃO  
12 MAR 2007 863517  
ARQUIVADA SEMPRE EM ORDEM  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

ANEXO I  
SUPLEMENTO

12 MAR 2017

863517



ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

1. Suplemento (“Suplemento”) referente às quotas seniores emitidas nos termos do regulamento do “POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS”, registrado sob o nº [•] no [•]º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (“Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.387.157/0001-23, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em [•] de [•] de [•].
2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior, será calculado observado seguinte critério de atualização:

<i>Sobretaxa</i>	[•]
------------------	-----

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (1.3) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, [•] de [•] de [•].



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

FUNDO/ADMINISTRADORA:

12 MAR 86 863517

ARQUIVADA COPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
S.A., na qualidade de administradora do POLO  
PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Nome:

Cargo:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
S.A., na qualidade de administradora do POLO  
PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Nome:

Cargo:

**Testemunhas:**

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:



ANEXO II  
TERMO DE ADESÃO  
Termo de Adesão ao Regulamento

REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
3º OFÍCIO  
12 MAR 2007 863517  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME  
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

**Termo de Adesão ao Regulamento do Polo Precatório Federal Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados**

À

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

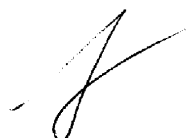

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. **Alexandre Freitas**

Eu, [•] [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS** (“Fundo”), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”), tendo como Diretor Designado o Sr. Mauro Sergio de Oliveira, e tendo como gestor de sua carteira Polo Capital Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”), declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo e do prospecto [preliminar/definitivo] datado de 12 de março de 2007, de distribuição de suas quotas, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo.
- II. Estar de acordo e ciente de que:
  - a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, da Gestora, dos Distribuidores das Quotas do Fundo, de seu Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;

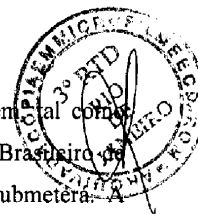
 68 



- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora e/ou da Gestora, conforme o caso, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perda para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, a Gestora, os Distribuidores das Quotas do Fundo, seu Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para as quotas do Fundo, para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XIII do Regulamento do Fundo, os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [•], na agência [•] do [•];
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal “Monitor Mercantil”, nos termos do item (26.2) do Capítulo XXVI do regulamento do Fundo;
- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores que sejam investidores qualificados, conforme disposto na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, inclusive fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” ou “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, busquem obter rentabilidade por meio da aplicação de seus recursos na aquisição das Quotas e aceitem os riscos e prazos relacionados ao seu investimento no Fundo;
- g) nos termos do Capítulo XXVIII do Regulamento do Fundo, qualquer desacordo, disputa, dúvida ou reclamação originária do Regulamento do Fundo ou da interpretação de seus termos e condições, incluindo aquelas relativas aos Quotistas, à Administradora e a





Gestora, somente deverá ser resolvida, de forma definitiva, por arbitragem tal como definida na Lei nº 9.307/96. A arbitragem será administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA (“CBMA”), a cujo regulamento se submeterá. A arbitragem terá como sede a cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e será conduzida em língua portuguesa, por árbitro único, nomeado de acordo com o disposto no regulamento do CBMA; e



- h) a taxa de administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida.

III. Nos termos do item (1.2.1) do Capítulo I do Regulamento do Fundo, o investidor declara que (1) é um *Non-U.S. Person* conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act* de 1933 e alterações posteriores (“*Securities Act*”) ou (2) (a) é um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A do *Securities Act* (“Regra 144-A”) adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de um Investidor Institucional Qualificado, (b) não foi formado com o objetivo específico de investir no Fundo (exceto quando o controlador de tal adquirente for um adquirente qualificado) e (c) é um adquirente qualificado para os fins do *Investment Company Act* de 1940, e alterações posteriores (“*Investment Company Act*”). O investidor concorda que as Quotas do Fundo somente poderão ser oferecidas, vendidas, empenhadas ou de outra forma alienadas a uma pessoa que o alienante acredite, de forma razoável, ser um Investidor Institucional Qualificado nos termos da Regra 144-A que esteja adquirindo tal Quota por sua própria conta ou por conta de outro Investidor Institucional Qualificado que seja um adquirente qualificado para fins do artigo 3(c)(7) do *Investment Company Act*, em uma operação que atenda os requisitos de isenção do *Securities Act*, ou (2) a uma pessoa que não seja domiciliada nos Estados Unidos (“*Non-U.S. Person*”) conforme definido no Regulamento S nos termos do *Securities Act*, e (B) de acordo com as leis aplicáveis a valores mobiliários nos Estados Unidos.

IV. Nos termos do item (1.2.1) do Capítulo I do Regulamento do Fundo, o investidor declara não ser um investidor domiciliado no Reino Unido ou ser um investidor domiciliado no Reino Unido, mas não sujeito a qualquer restrição quanto à aquisição ou subscrição das quotas do Fundo por meio de operação isenta de registro perante as autoridades competentes (*Financial Services Authorities*) de sua jurisdição.

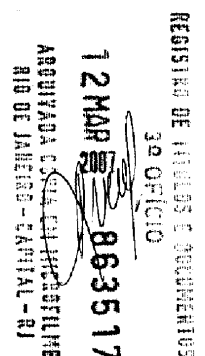
 70 

- V. Nos termos do item (1.2.1) do Capítulo I do regulamento do Fundo, o investidor declara ser um investidor institucional qualificado, de acordo com a legislação e/ou regulamentação aplicável a ofertas de títulos e valores mobiliários em sua respectiva jurisdição.
- VI. Nos termos do item (1.2.1) do Capítulo I do regulamento do Fundo, o investidor declara ser um Investidor Qualificado, conforme definido na alínea “f” do item II acima.

Finalmente, nos termos do item (16.7) do capítulo XVI do Regulamento do Fundo, as comunicações a mim enviadas pela Administradora, pela Gestora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar], no seguinte e-mail [●].

(Local e data)

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

Suplemento

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

860160

**Suplemento das Quotas Seniores do POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**

1. Suplemento ("Suplemento") referente às quotas seniores emitidas nos termos do regulamento do "POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS", registrado sob o nº 851230, em 20 de outubro de 2006 e com sua primeira, segunda, terceira e quarta alterações registradas sob os nºs 852530, 854890, 856053 e 858287, todos perante o 3º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante ("Regulamento"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.387.157/0001-23, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora"). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela Administradora na CVM em 20 de outubro de 2006.

2. O valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate de cada Quota Sênior, será calculado observado seguinte critério de atualização:

Sobretaxa	11,70%
-----------	--------

3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (1.3) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2007.

**FUNDO/ADMINISTRADORA:**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na qualidade de administradora do POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**  
Cargo: **DIRETOR**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, na qualidade de administradora do POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS

Nome: **Alexandre Lodi de Oliveira**  
Cargo: **Procurador**

**Testemunhas:**

**Paula Perazzi A. Ferreira**  
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira  
RG: 11812920-4 - IFP/RJ  
CPF/MF: 095.449.027-40

**Carlos Machado Calluzzo**  
Nome: Carlos Machado Calluzzo  
RG: DETRAN/RJ: 12.788.190-0  
CPF/MF: 086.942.377-09



**3º RTD-RJ-Reg. nº 860160**  
Emolumentos R\$ 78,06  
Distribuidor R\$ 11,32  
Mutua/Acolari R\$ 7,82  
Fey/Fundperi/Funper R\$ 25,15  
Total R\$ 121,24



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
3º OFÍCIO

29 JAN 2007  
860160



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

# **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL

## EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de Precatórios (Instituído pela Portaria n. 051, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

### 2ª edição revista e atualizada

#### EQUIPE DE REVISÃO

Grupo que promoveu a atualização do *Manual de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV*, bem como incluiu novas orientações com base nas normas legais vigentes, sob a coordenação do Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva:

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador do Grupo)
- Leila Maria Moreira Peixoto (TRF - 1ª Região)
- Márcio da Silva Albuquerque (TRF - 1ª Região)
- André Costa Sousa (TRF - 2ª Região)
- Leonardo Santos Carvalho (TRF - 2ª Região)
- Rogério Brenicci (TRF - 3ª Região)
- Regina Maria Carvalho Eliezer (TRF - 3ª Região)
- Sérgio Tinoco Cordeiro Filgueiras (TRF - 3ª Região)
- Álvaro Madsen (TRF - 4ª Região)
- Miriam Ribeiro Alves (TRF - 4ª Região)
- Maria Tereza Della Santa (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Araújo Filho (TRF - 5ª Região)
- Ricardo César Almeida da Silva (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (1ª Secretária - CJP)
- Gustavo Bicalho Ferreira da Silva (2ª Secretário - CJP)
- Ricardo Manhães Seabra (CJP)
- Barão Mello da Silva (CJP)

### 1ª edição

#### EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Membros do grupo de trabalho destinado a uniformizar procedimentos relativos à operacionalização do pagamento de precatórios (instituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, do Conselho da Justiça Federal):

- Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva (Coordenador)
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz (Subcoordenadora)
- Hylton Pereira (Primeiro Secretário)
- Leila Maria Moreira Peixoto (Segunda Secretária)
- Geovania Carneiro de Lima (TRF - 1ª Região)
- Romildo Narciso Volotão (TRF - 2ª Região)
- Luiz Alberto de Almeida e Silva (TRF - 2ª Região)
- Andréa Regina dos Santos (TRF - 3ª Região)
- Maria Aparecida Martinez Ciliano (TRF - 3ª Região)
- Humberto Schimitt Vieira (TRF - 4ª Região)
- Regaldo Amaral Mildbradt (TRF - 4ª Região)
- José David Vendramin (TRF - 4ª Região)
- Ilka Maria Anselmo Nogueira (TRF - 5ª Região)
- Luiz Cavalcanti de Arruda Filho (TRF - 5ª Região)
- Eva Maria Ferreira Barros (CJP)



# **PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR - RPV**

**2ª edição**

**revista e atualizada**

**MANUAIS DE PROCEDIMENTOS  
DA JUSTIÇA FEDERAL**

**MAIO 2005**

**Coordenação editorial**

Subsecretaria de Divulgação e Editoração da SPI/CEJ

**Diagramação**

*Alice Zilda Dalben Siqueira*

**Capa**

*Helder Marcelo Pereira*

*Enivaldo Sizino dos Santos*

**Impressão**

Divisão de Serviços Gráficos da

Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal

Copyright ©

Conselho da Justiça Federal

ISBN 85-85572-73-6

Tiragem: 2000 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que  
indicada a fonte.

C955m

Conselho da Justiça Federal

Precatórios e requisições de pequeno valor - RPV / Conselho da Justiça  
Federal; Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva, coord. 2. ed. rev. e atual. –  
Brasília : CJF, 2005.

76 p. (Manuais de procedimentos da Justiça Federal).

ISBN 85-85572-73-6

1. Precatório 2. Execução 3. Fazenda Pública. I. Silva, Ricardo  
Perlingeiro Mendes da, coord. II. Título III. Série.

CDU : 347.952

## SUMÁRIO

Apresentação (2ª edição) .....	7
Apresentação (1ª edição) .....	8
I – Contexto atual .....	10
1 Normas gerais .....	10
1.1 Constituição Federal – CF .....	10
1.2 Lei Complementar nº 101/2000 .....	12
1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO .....	13
1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA .....	13
1.5 Lei nº 10.259/2001 .....	13
1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004) .....	13
1.7 Lei nº 11.033/2004 .....	14
1.8 Resolução/CJF nº 438/2005 .....	14
II – Aspectos orçamentários .....	14
1 Caracterização do débito judicial como despesa pública .....	14
1.1 Definições .....	14
1.1.1 Orçamento público .....	14
1.1.2 Despesa pública orçamentária .....	15
1.1.3 Débito judicial .....	15
2 Classificação do débito judicial no orçamento federal .....	15
2.1 Classificação institucional .....	15
2.2 Classificação quanto à espécie da requisição .....	16
2.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	16
2.2.2 Precatório – PRC .....	17
2.3 Classificação quanto à natureza da despesa .....	17
2.4 Classificação quanto à forma de pagamento .....	19
2.4.1 Pagamento em parcela única .....	19
2.4.2 Pagamento de forma parcelada .....	19
3 Regras para o parcelamento .....	19
3.1 Débitos judiciais da Fazenda Pública Federal .....	19
3.1.1. Art. 78, <i>caput</i> , do ADCT (EC nº 30/2000) .....	19
3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos .....	20
3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público .....	20
4 Elaboração do Orçamento .....	20
4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal .....	20
4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	21
4.1.2 Precatórios – PRC .....	22
4.1.3 Prazos .....	22
4.1.3.1 Para o Projeto da LDO .....	22
4.1.3.2 Para o Projeto da LOA .....	22
4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades de direito público .....	23
4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV .....	23
4.2.2 Precatórios – PRC .....	23
5 Estágios da execução orçamentária e financeira .....	24
6 Retificações e devoluções no orçamento .....	24
6.1 Retificações .....	24
6.2 Devoluções .....	25

7 Restos a pagar e despesas de exercícios anteriores .....	25
7.1 Restos a pagar .....	25
7.2 Despesas de exercícios anteriores .....	26
III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento .....	26
1 Espécies de requisição de pagamento .....	26
2 Procedimentos para expedição de requisição de pagamento .....	27
2.1 Requisições expedidas pelas varas comuns federais e estaduais .....	27
2.2 Requisições expedidas pelos juizados especiais federais .....	31
IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais .....	33
1 Classificação, verificação dos dados obrigatórios e lançamento .....	33
1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios .....	33
1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento .....	33
1.1.2 Classificação e análise de dados .....	33
1.2 Lançamento .....	34
1.2.1 Dados de lançamento .....	34
1.2.2 Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados .....	34
2 Elaboração e trâmite da proposta orçamentária .....	35
3 Repasse de verba ao juízo da execução ou ao beneficiário do crédito .....	36
3.1 Atualização monetária e juros .....	36
3.1.1 Atualização monetária .....	36
3.1.2 Juros .....	37
V – Procedimentos posteriores aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais	
Federais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor .....	37
1 Comunicação ao juízo requisitante e às partes .....	37
1.1 Imposto de renda retido na fonte .....	38
VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF .....	38
1 Competência no âmbito da Justiça Federal .....	38
1.1 Principais atribuições .....	39
1.1.1 Atribuições genéricas .....	39
1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais .....	40
2 Encaminhamento dos bancos de dados pelos Tribunais Regionais Federais à SPO/CJF ....	40
2.1 Precatórios .....	40
2.2 Requisições de Pequeno Valor .....	41
3 Liberação dos recursos financeiros aos Tribunais Regionais Federais .....	41
3.1 Precatórios .....	41
3.2 Requisições de Pequeno Valor .....	41
Anexos .....	43
Constituição Federal art. 100 .....	45
Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 .....	49
Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 .....	52
Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001 .....	53
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 .....	58
Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004 .....	60
Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 .....	69
Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005 .....	70
Resolução nº 439, de 30 de maio de 2005 .....	76

## **APRESENTAÇÃO**

### **(2ª edição revista e atualizada)**

A legislação que disciplina o pagamento das condenações judiciais pela Fazenda Pública é mutável pela própria natureza. A respeito dela não se pode fazer a crítica fácil de que as reiteradas alterações legislativas instabilizam a ordem jurídica. A Lei das Diretrizes Orçamentárias é anual. Anual também é a Lei do Orçamento. As normas jurídicas nelas embutidas não teriam o menor sentido se fossem mera repetição das regras anteriores. Isso tem sido muito proveitoso no que diz respeito ao cumprimento das obrigações da Fazenda Pública Federal, cujo regime jurídico vem se aperfeiçoando. A Lei nº 10.524, de 2002, por exemplo, determinou a descentralização das dotações orçamentárias dos órgãos da Administração Indireta aos Tribunais Regionais Federais. Leis como essas agilizaram sobremaneira os procedimentos nesse tema, e repercutiram naqueles instituídos administrativamente no âmbito do Conselho da Justiça Federal. Havia, nessas circunstâncias, necessidade de adaptação dos atos normativos à nova disciplina legal.

O resultado disso foi a revisão do Manual de Procedimentos Relativos aos Pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor na Justiça Federal, aprovado pela Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003. Pequenos acréscimos foram feitos autonomamente, como fruto da experiência cotidiana, entre estes aquele que uniformiza em todas as Regiões os critérios que asseguram a ordem cronológica dos pagamentos. O trabalho é importante porque tem efeitos práticos. A Fazenda Pública Federal, ao contrário de outras pessoas jurídicas de direito público, está em dia com o pagamento das obrigações pecuniárias decorrentes de condenações judiciais. Neste exercício pagou todas as prestações de natureza alimentícia no mês de fevereiro; aquelas de natureza comum foram satisfeitas no mês de março. O conhecimento dos trâmites legais é indispensável para que isso aconteça, e este é o propósito renovado nesta atualização. Embora endereçado principalmente aos servidores da Justiça Federal, o Manual poderá ser útil também às partes, advogados e procuradores.

Todo este trabalho deve ser creditado aos funcionários da Justiça Federal, principalmente aqueles que criaram a edição originária deste Manual, bem assim aqueles que agora a revisaram e atualizaram – sempre sob a coordenação do MM. Juiz Federal Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva.

Ministro Ari Pargendler



## APRESENTAÇÃO

(1ª edição)

A presente revisão é fruto da concretização de uma das atividades do Grupo de Trabalho destinado à uniformização dos procedimentos pertinentes ao pagamento de Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

O Grupo foi constituído pela Portaria nº 51, de 12 de setembro de 2001, alterada pela Portaria Presidencial nº 24, de 30 de março de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do egrégio Conselho da Justiça Federal. É composto por representantes dos cinco Tribunais Regionais Federais, da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal, e coordenado por juízes federais. Todos os participantes estão diretamente envolvidos nos procedimentos relativos ao pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado e na assessoria aos presidentes dos tribunais nessa matéria.

As atividades desenvolvidas nas reuniões realizadas desde sua criação consistem em apresentação de soluções de problemas de cunho procedimental e orçamentário, comuns a todas as Regiões, elaboração de minutas de atos normativos, acompanhamento e elaboração de projetos de lei, sugestões de medidas destinadas à desburocratização do processo de solicitação de créditos orçamentários e seu pagamento, mediante a troca de experiências vivenciadas pelos integrantes, adequação dos procedimentos às inovações legislativas, tais como a Lei de Responsabilidade Fiscal e as Emendas Constitucionais nºs 30/2000 e 37/2002.

O objetivo precípuo deste *Manual* é uniformizar, servindo como fonte de consulta, os principais procedimentos utilizados para a apresentação e pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor no âmbito da Justiça Federal.

Para tanto, os capítulos foram desenvolvidos de forma didática, possibilitando sua utilização pelos seus destinatários imediatos: servidores e juízes de primeiro e segundo graus.

O presente *Manual* está dividido em seis títulos:

I – Contexto atual – reúne todas as normas legais e administrativas afetas à matéria tratada neste *Manual*.

II – Aspectos orçamentários – traz uma visão genérica sobre os principais aspectos orçamentários, no que se refere ao pagamento das decisões judiciais e elaboração de proposta orçamentária. Além disso, apresenta, de forma sucinta, a legislação disciplinadora da matéria aqui abrangida.

III – Procedimentos afetos à expedição de requisições de pagamento – descreve os elementos necessários à correta elaboração das requisições de pagamento, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos atos normativos correlatos.

IV – Procedimentos adotados nos Tribunais Regionais Federais pertinentes ao processamento das requisições de pagamento – explica as principais etapas do procedimento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais, inclusive a elaboração de banco de dados para compor a proposta orçamentária, atualização monetária dos créditos solicitados e transferência de recursos financeiros.

V – Procedimentos posteriores à transferência de verbas das requisições de pagamento – explica os procedimentos na 1ª instância, posteriores ao recebimento do crédito orçamentário do TRF.

VI – Procedimentos na Secretaria de Planejamento e Orçamento do Conselho da Justiça Federal – trata da solicitação de créditos e liberações financeiras.

Espera-se que este *Manual* possa auxiliar seus usuários, cumprindo uma das finalidades de sua criação. Lembramos que as rotinas aqui descritas estão sujeitas às alterações legais.

*O Grupo de Trabalho*

## **I – CONTEXTO ATUAL**

### **1. NORMAS GERAIS**

#### **1.1 Constituição Federal**

O processamento dos débitos judiciais passou por uma significativa mudança, a partir do exercício financeiro de 2001, resultante, basicamente, da edição da Emenda Constitucional nº 30/2000, que alterou a redação do art. 100 da CF e acrescentou o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

A EC nº 30/2000 inovou no tocante à atualização do débito até a data de efetivo pagamento, conforme § 1º, art. 100, da CF e distinguiu os débitos judiciais em duas espécies: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV), permitindo que lei específica estabelecesse sua definição.

*Art. 100, caput: À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.*

*§ 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de Direito Público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

*§ 2º: As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.*

*§ 3º: O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.*

Outra significativa alteração introduzida pela EC nº 30/2000 diz respeito ao parcelamento do pagamento dos precatórios, em parcelas anuais, no prazo máximo de dez anos, nos termos do *caput do art. 78 do ADCT*, abaixo transcrito:

*Art. 78, caput: Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

*Art. 33, caput: Ressalvados os créditos de natureza alimentar, o valor dos precatórios judiciais pendentes de pagamento na data de promulgação da Constituição, incluído o remanescente de juros e correção monetária, poderá ser pago em moeda corrente, com atualização, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de oito anos, a partir de 1ª de julho de 1989, por decisão editada pelo Poder Executivo até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição.*

*Parágrafo único. Poderão as entidades devedoras, para o cumprimento no disposto neste artigo, emitir, em cada ano, no exato montante do dispêndio, títulos de dívida pública não computáveis para efeito do limite global de endividamento.*

A EC nº 37/2002 introduziu, no texto constitucional, vedação de expedição de precatório complementar ou suplementar, bem como de fracionamento do valor da execução, de modo a evitar que parte do pagamento se faça por meio de precatório e parte por meio de RPV, nos seguintes termos:

*Art. 100, § 4º: São vedadas as expedições de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.*

Além da regra acima, a referida Emenda acrescentou os arts. 86 e 87 ao ADCT, que excepcionam a regra do parcelamento dos precatórios, nos seguintes termos:

*Art. 86, caput: Serão pagos conforme disposto no art. 100 da Constituição Federal, não se lhes aplicando a regra de parcelamento estabelecida no caput do art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos da Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal oriundos de sentenças transitadas em julgado, que preencham, cumulativamente, as seguintes condições:*

*I – ter sido objeto de emissão de precatórios judiciais;*

*II – ter sido definidos como de pequeno valor pela lei de que trata o § 3º do art. 100 da Constituição Federal ou pelo art. 87 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;*

*III – estar, total ou parcialmente, pendentes de pagamento na data da publicação desta Emenda Constitucional.*

*Art. 87, caput: Para efeito do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judicial, que tenham valor igual ou inferior a:*

*I – quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;*

*II – trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.*

*Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á, sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma prevista no § 3º do art. 100.*

## 1.2 Lei Complementar nº 101/2000

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe a necessidade de serem identificados todos os beneficiários das requisições de pagamento, conforme o art. 10, abaixo transcrito:

*Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.*

### 1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Regulamenta as disposições a respeito de elementos essenciais à inclusão do débito no orçamento, tais como: regras de parcelamento, atualização monetária, incidência de juros etc.

### 1.4 Lei Orçamentária Anual – LOA

Trata-se de um instrumento de gestão e controle que estima a receita e fixa a despesa de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anualidade.

### 1.5 Lei nº 10.259/2001

Com vigência a partir de janeiro de 2002, a Lei nº 10.259/2001, além de instituir os juizados especiais federais, define o novo limite dos débitos considerados de pequeno valor, fixando-o em 60 salários-mínimos por beneficiário.

*Art. 3º, caput: Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários-mínimos, bem como executar as suas sentenças.*

*Art. 17, § 1º: Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).*

### 1.6 Lei nº 10.833/2003 (alterada pela Lei nº 10.865/2004)

Institui, por conta de imposto de renda, a retenção de 3% (três por cento), a ser feita por instituição bancária oficial, sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor.

### 1.7 Lei nº 11.033/2004

Condiciona o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum à apresentação ao Juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

### 1.8 Resolução/CJF nº 438/2005

Datada de 30 de maio de 2005, altera e consolida as normas anteriormente existentes, bem como uniformiza procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

## II – ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

O estudo dos aspectos envolvidos com o processamento dos débitos judiciais passa, necessariamente, por questões de ordem financeira e orçamentária consagradas na CF e em diversas normas complementares.

### 1. CARACTERIZAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL COMO DESPESA PÚBLICA

O conceito de "débito judicial" é oriundo de dispositivos constitucionais, notadamente do § 1º do art. 100 da CF, que vinculam a sua formação à necessidade de crédito específico e de prévia inclusão no orçamento das entidades devedoras de verba necessária ao seu pagamento.

*Art. 100, § 1º: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.*

#### 1.1 Definições

##### 1.1.1 Orçamento público

Orçamento público é um instrumento de controle e programação de trabalho do governo, contendo o planejamento dos gastos, fixando despesas e estimando receitas individualizadas por unidades orçamentárias, materializado em lei ordinária de validade anual, de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

O modelo orçamentário brasileiro, fundamentado nos arts. 145 a 169 da CF, está previsto na Lei nº 4.320/64, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), integradas entre si.

#### 1.1.2 Despesa pública orçamentária

Despesa pública orçamentária é o recurso público com destinação específica, previamente fixada na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O pagamento de obrigações decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, em que a Fazenda Pública for condenada, depende de orçamento prévio, como exigido pela Constituição Federal em seu art. 100.

#### 1.1.3 Débito judicial

Débito judicial é toda obrigação de pagamento, constituída como despesa pública, oriunda de condenação em sentença judicial transitada em julgado, cuja satisfação depende de prévia inclusão no orçamento das entidades de direito público.

### 2. CLASSIFICAÇÃO DO DÉBITO JUDICIAL NO ORÇAMENTO FEDERAL

A inscrição das requisições de pagamento no orçamento da União é resultado de procedimentos administrativos que objetivam classificar os débitos judiciais de acordo com:

- a) a instituição devedora;
- b) a espécie de requisição;
- c) a natureza orçamentária da despesa; e
- d) a forma de pagamento.

Como resultado dessa classificação, os dados são apresentados por meio de bancos de dados que contêm a indicação, individualizada por credor, de todos os elementos exigidos nas normas em vigor.

#### 2.1 Classificação institucional

A classificação institucional compreende os órgãos orçamentários e suas respectivas unidades orçamentárias.



*Lei nº 4.320/64, art. 14: Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a quem será consignado dotações próprias.*

É representada por um código composto de cinco algarismos, sendo que os dois primeiros identificam o órgão e os três últimos, a unidade orçamentária.

Exemplo de codificação => 12.103

1º e 2º dígitos => Órgão (12 = Justiça Federal)

3º a 5º dígitos => Unidade orçamentária (103 = TRF da 2ª Região)

Essa classificação evidencia as unidades responsáveis pela execução dos créditos consignados no orçamento.

## 2.2 Classificação quanto à espécie da requisição

Débito judicial é gênero de duas espécies: PRECATÓRIOS e REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

### 2.2.1 Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Trata-se de requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, que não se submete à sistemática de pagamento por precatório.

Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I - sessenta salários-mínimos, se a devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II - quarenta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT); e

III - trinta salários-mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se a devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

### 2.2.2 Precatório (PRC)

É a requisição de pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública, cujo crédito deve ser incluído no orçamento das entidades de Direito Público, para pagamento ao longo do exercício seguinte.

### 2.3 Classificação quanto à natureza da despesa

A classificação da natureza dos débitos judiciais resulta da conjugação do disposto no *caput* do art. 100 da CF com as demais normas vigentes.

O juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (requisição de pequeno valor ou precatório);

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT.

Por conseguinte, a separação dos valores por grupo de natureza de despesa deve sempre estar representada nas classificações das despesas presentes na Lei Orçamentária Anual, subdivididas em despesas de pessoal, outras despesas correntes e inversões financeiras.

Dessa forma, os precatórios e as requisições de pequeno valor são consignados no orçamento da União com as seguintes categorias, exemplificativamente:

a) Natureza alimentícia – Pessoal (art. 100, § 1º A, da CF)

Elemento de despesa: 3.1.90.91

- Salários
- Vencimentos
- Proventos
- Pensões
- Indenizações por morte
- Indenização por invalidez

Observação: excetuam-se dessa classificação os débitos de natureza alimentícia decorrentes de benefícios previdenciários requeridos em face do fundo do regime geral da Previdência Social, que terão a classificação de elemento de despesa 3.3.90.91.

b) Natureza comum – Outras despesas correntes

Elemento de despesa: 3.3.90.91

- Aluguéis
- Contratos
- Outras indenizações
- Repetições de indébito

c) Desapropriação – Inversão financeira

Elemento de despesa: 4.5.90.91

- Desapropriações de imóveis

Para classificação da natureza da despesa orçamentária, deve-se considerar a categoria econômica, o grupo de despesa respectivo, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. A classificação da natureza da despesa, conforme o *Manual Técnico de Orçamento*, é composta de:

a) Categoria econômica da despesa, subdividida em:

- Despesa corrente: classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

- Despesa de capital: classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem para a formação ou aquisição de um bem de capital.

b) Grupo de natureza da despesa: agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto.

c) Modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados.

d) Elemento de despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gastos, tais como vencimentos e vantagens fixas, diárias, material de consumo, serviços de terceiros, dentre outros, de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

Essa classificação é representada por um código composto de seis algarismos (= > **3.1.90.91, 3.3.90.91 ou 4.5.90.91**) como exemplificado a seguir:

**Exemplos de codificação 3.1.90.91:**

1º dígito =>	<b>Categoria econômica</b>	(3 = despesas correntes)
2º dígito =>	<b>Grupo de despesas</b>	(1 = pessoal e encargos sociais)
3º e 4º dígitos =>	<b>Modalidade de aplicação</b>	(90 = aplicação direta)
5º e 6º dígitos =>	<b>Elemento de despesa</b>	(91 = débitos judiciais)

## 2.4 Classificação quanto à forma de pagamento

As regras atuais, introduzidas pela EC nº 30/2000 e regulamentadas pelas resoluções do CJF, permitem as seguintes formas de pagamento:

### 2.4.1 Pagamento em parcela única

Trata-se de regra aplicável aos débitos definidos em lei como de pequeno valor, aos de natureza alimentícia, aos de que trata o art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações, aos que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo e aos que decorram de ações iniciais ajuizadas após 31 de dezembro de 1999.

### 2.4.2 Pagamento de forma parcelada

O parcelamento diz respeito, exclusivamente, aos débitos de natureza comum, àqueles não definidos em lei como de pequeno valor, e àqueles originários de desapropriação, pendentes de pagamento na data de promulgação da EC nº 30/2000 e que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999.

## 3. REGRAS PARA O PARCELAMENTO

### 3.1 Débitos Judiciais da Fazenda Federal

#### 3.1.1 Art. 78, *caput*, do ADCT (EC nº 30/2000):

*Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos.*

### 3.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais dispositivos

Em relação aos débitos judiciais da Fazenda Federal sujeitos ao parcelamento, aplicam-se as regras dos atos normativos vigentes, nos seguintes termos:

a - os créditos individualizados por beneficiário, cujo valor seja superior a 60 (sessenta) salários-mínimos, serão objeto de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a esse valor, excetuando-se o resíduo, se houver;

b - os precatórios originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse, cujos valores individualizados ultrapassem o limite imposto à requisição de pequeno valor, serão divididos em duas parcelas, iguais e sucessivas, estabelecendo-se que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 60 (sessenta) salários-mínimos, excetuando-se o resíduo, se houver; e

c - os juros legais, à taxa de 6% a.a. (seis por cento ao ano), serão acrescidos aos precatórios objetos de parcelamento, a partir da segunda parcela, tendo como termo inicial o mês de janeiro do ano em que é devida a segunda parcela.

### 3.2 Débitos judiciais de outras entidades de direito público

No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal, Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), o parcelamento obedecerá ao disposto nos arts. 78 e 87 do ADCT, bem como na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo ente federativo.

## 4. ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

O processo de inclusão dos débitos judiciais no orçamento se dá anualmente nos prazos definidos em lei.

### 4.1 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento federal

Os procedimentos adotados se baseiam não só nos dispositivos da CF como também nas determinações da LDO e representam, basicamente, os seguintes estágios:

1º – Proposição orçamentária inicial, proveniente dos TRFs:

Cada unidade gestora (Tribunais Regionais Federais) encaminha, na forma de banco de dados, a relação de dados cadastrais dos precatórios à setorial orçamentária (CJF) para consolidação em um só banco de dados da Justiça Federal.

2º – Conversão em projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo Executivo:

O Conselho da Justiça Federal encaminha os bancos de dados consolidados ao órgão de planejamento do Poder Executivo (Secretaria de Orçamento Federal – SOF – do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) que, por sua vez, consolida as propostas de toda esfera federal e as encaminha, sob forma de projeto de lei, ao Legislativo.

3º – Aprovação sanção e publicação da LOA:

Aprovada pelo Legislativo e sancionada pelo Executivo, a proposta orçamentária é transformada em Lei Orçamentária Anual que, promulgada, estima a receita e fixa a despesa.

4º – Disponibilidade dos respectivos créditos às unidades orçamentárias:

A SOF, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminha, através do Sistema Integrado de Administração Financeira Federal (Siafi), os créditos orçamentários para registro em cada unidade devedora.

Por força do que dispõe a LDO, as dotações orçamentárias das autarquias e das fundações públicas, destinadas ao pagamento de requisições judiciais, aprovadas na lei orçamentária anual e em créditos adicionais, incluídas as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, são integralmente descentralizadas aos tribunais que proferirem as decisões exequêndas, ressalvadas as hipóteses de causas processadas pela justiça comum estadual.

A referida descentralização é feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após a publicação da lei orçamentária e dos créditos adicionais.

#### 4.1.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Os recursos orçamentários para pagamento das RPs advêm de estimativas anuais, para inclusão na LOA do exercício seguinte.

Esse procedimento permite que se consigne aos TRFs créditos necessários para atender, no prazo de 60 dias, contados da apresentação no Tribunal, todas as RPs que sejam apresentadas ao longo do exercício.

#### 4.1.2 Precatórios - PRC

No caso dos precatórios, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na LOA de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1ª de julho do ano seguinte (CF, art. 100, § 1º).

Imediatamente após a apresentação dos bancos de dados ao Conselho da Justiça Federal, o Tribunal deverá encaminhar aos órgãos e entidades devedoras a relação de débitos a serem incluídos no orçamento, a fim de que estes verifiquem eventuais divergências a serem comunicadas à SOF/MP, conforme determinado na LDO.

Com a publicação da LOA, os créditos orçamentários são consignados às entidades e descentralizados integralmente aos tribunais, conforme determina a LDO.

Considerando as regras vigentes, os recursos financeiros correspondentes são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao órgão setorial de programação financeira da Justiça Federal para posterior liberação aos tribunais.

#### 4.1.3 Prazos

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina, em seu art. 35, § 2º, II e III, os prazos descritos abaixo:

##### 4.1.3.1 Para o projeto da LDO

*Art. 35, § 2º, II: O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.*

##### 4.1.3.2 Para o projeto da LOA

*Art. 35, § 2º, III: O projeto de lei orçamentária da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.*

Os prazos constitucionais são limites impostos ao encaminhamento dos projetos de lei por parte do chefe do Executivo. Administrativamente, para que os mesmos possam ser

cumpridos, os setores de orçamento definem prazos internos para apresentação das propostas orçamentárias.

Outros prazos definidos para o processamento dos débitos judiciais dizem respeito ao período de inscrição dos requisitórios para pagamento:

a) Para precatórios:

*Art. 100, § 1º, da CF: É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (grifo nosso)*

b) Para RPVs:

Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de direito público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

## 4.2 Inclusão dos débitos judiciais no orçamento de outras entidades

### 4.2.1 Requisições de Pequeno Valor – RPV

Em se tratando de débitos judiciais de outras entidades, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo pagamento, que deverá ser realizado em conta de depósito judicial à disposição do respectivo juízo, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT e nas leis específicas dos respectivos entes da Federação.

### 4.2.2 Precatórios - PRC

Quanto aos débitos judiciais de outras entidades sujeitos a pagamento por precatório, as requisições serão encaminhadas pelo juízo da execução ao respectivo TRF.

Nesse caso, a fixação da despesa também é feita anualmente, com a inclusão na Lei Orçamentária do respectivo ente da Federação de todas as requisições para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado, com valores individualizados por beneficiário, superiores



aos limites fixados no art. 87 do ADCT e nas respectivas leis específicas, apresentadas nos tribunais no período compreendido entre 2 de julho de um determinado ano e 1º de julho do ano seguinte.

Encerrado o período previsto na CF (art. 100, § 1º), o TRF encaminhará ofício à entidade devedora, requisitando os recursos financeiros, que deverão estar disponíveis até 31 de dezembro do exercício em cujo orçamento o débito for incluído.

Uma vez publicada a Lei Orçamentária e havendo recurso financeiro disponível, a entidade devedora deverá realizar depósito à disposição do TRF que expediu a requisição de pagamento.

## 5. ESTÁGIOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A execução orçamentária e financeira dos precatórios e RPVs passa por quatro estágios (Lei nº 4.320/64 e Resoluções do CJF):

1º – **Fixação**: compreende o período de inclusão dos débitos no orçamento, descrito no capítulo II, item 4.1 deste *Manual*.

2º – **Empenho**: é o ato emanado de autoridade competente que cria, para a entidade devedora, obrigação de pagamento. Não se admite realização de despesa sem prévio empenho.

3º – **Liquidação**: consiste na apropriação da despesa após a identificação do beneficiário e a verificação do crédito a ser pago, tendo por base o requisitório expedido e os dados cadastrados do débito.

4º – **Depósito**: os valores executados são depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.

## 6. RETIFICAÇÕES E DEVOLUÇÕES NO ORÇAMENTO

### 6.1 Retificações

O orçamento, embora seja um instrumento rígido e formal, excepcionalmente está sujeito a retificações durante sua execução. A legislação orçamentária prevê a possibilidade da abertura de créditos adicionais para atender a situações não previstas ou insuficientemente dotadas.

Os recursos destinados ao pagamento de sentenças judiciais, quando não dotados ou insuficientemente dotados, poderão ser acrescidos de créditos adicionais.

Esses créditos adicionais supõem erro na estimativa do índice de correção monetária ou erro material ocorrido no Tribunal. A respectiva obtenção depende de ato legislativo, salvo remanejamento de créditos já existentes e não utilizados.

No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração de natureza do crédito ou outra que implique em aumento da despesa prevista no orçamento, devendo ser cancelada e expedida novamente.

## 6.2 Devoluções

Representam estornos resultantes de cancelamentos totais ou parciais de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, bem como de outras entidades.

Havendo cancelamento de depósitos correspondentes a obrigações da União, suas autarquias e fundações, o montante originário dos créditos, desde que do mesmo exercício financeiro, retornam à dotação orçamentária correspondente, recolhendo-se ao Tesouro os rendimentos; quando disserem respeito a exercícios anteriores, os respectivos valores e rendimentos também serão recolhidos ao Tesouro.

Havendo cancelamentos de depósitos decorrentes de obrigações de outras entidades, os recursos lhe serão devolvidos, com os rendimentos, independentemente de ocorrerem no mesmo exercício financeiro ou em outro, total ou parcialmente, conforme a abrangência do cancelamento.

## 7. RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 7.1 Restos a pagar

Restos a pagar são débitos empenhados, inscritos como obrigações a pagar no exercício financeiro subsequente, conforme dispõe a Lei nº 4.320/64:

*Art. 36: Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro (...)*

## 7.2 Despesas de exercícios anteriores

*Art. 37 da Lei nº 4.320/64: As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.*

O presidente do Tribunal, como ordenador de despesa, no ano em que as despesas devam ser pagas, é a autoridade competente para, mediante pronunciamento expresse, reconhecer como devido o débito.

### III – PROCEDIMENTOS AFETOS À EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO

#### 1. ESPÉCIES DE REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO

As requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos, como visto no item 2.2 do Título II: Precatórios (PRC) e Requisições de Pequeno Valor (RPV).

São considerados precatórios as requisições de pagamento cujo valor do crédito por beneficiário, atualizado, seja superior a:

- 60 salários-mínimos, nos casos de entidades federais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 17, § 1º, Lei nº 10259/2001);
- 40 salários-mínimos, nos casos de entidades estaduais e distritais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT); ou
- 30 salários-mínimos para entidades municipais, ou outro que venha a ser fixado em lei (art. 87 do ADCT).

Os créditos de valores iguais ou inferiores aos limites acima mencionados serão processados por RPV, respeitada a regra estabelecida no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 37/2002.

Se numa mesma ação, a condenação não for uniforme em relação aos litisconsortes, enquadrando-se em relação a alguns dentro do limite da RPV, e quanto a outros exorbitando dele, as requisições de pagamento deverão ser feitas de acordo com o respectivo montante; as execuções que excederem o limite da RPV serão pagas mediante precatório, e aquelas que ficarem dentro desse limite serão pagas por RPV.

Os débitos de pequeno valor subdividem-se entre aqueles provenientes dos juizados especiais federais (JEFs), oriundos de ações que seguiram o rito previsto na Lei nº 10.259/2001 e as Requisições de Pequeno Valor (RPV), originárias das Varas Federais ou Estaduais com competência delegada.

O procedimento e a forma de requisições de pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado devem obedecer aos requisitos e forma de processamento previstos na Constituição Federal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções do Conselho da Justiça Federal; deve também ser observada a regulamentação interna específica dos Tribunais Regionais Federais, se houver.

## **2. PROCEDIMENTOS PARA EXPEDIÇÃO DE REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO**

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da execução e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal e as Resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como a regulamentação interna de cada Tribunal.

### **2.1 Requisições expedidas pelas Varas Comuns Federais e Estaduais:**

Requisitos:

a) Número do processo de execução: informar o número do processo originário da requisição de pagamento. Será informado o número do processo de conhecimento, quando a fase de execução for processada nos mesmos autos e sob o número do processo de execução que deu origem à requisição de pagamento, se processada em outros autos.

b) Data do ajuizamento do processo de conhecimento: informar a data de protocolo da petição inicial da ação de conhecimento. Especial atenção deve ser dada aos casos de execuções provenientes de ações civis públicas, que podem gerar mais de uma execução. A finalidade da data de ajuizamento é definir o parcelamento do precatório.

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data do ajuizamento da ação de execução.

c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se da relação de direito material que deu causa à ação, a qual já está previamente identificada desde a distribuição do processo, à vista da Tabela de Assuntos.

Esse campo auxilia na fixação da classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento, bem como permite levantamentos estatísticos acerca do tipo de ação que está originando os débitos.

Nem sempre a obrigação mencionada nesse campo corresponde ao crédito requisitado. Por exemplo, numa ação de anulação de lançamento fiscal, a relação material controvertida tem natureza tributária. Se bem sucedida, o efeito da sentença será dúplice: constitutivo-negativa do lançamento fiscal; condenatória da entidade pública em relação aos honorários de advogado. Nesse contexto, a natureza da obrigação a que se refere o pagamento é tributária, mas a requisição de pagamento tem por objeto honorários de advogado, que podem ter natureza alimentícia, dependendo do entendimento do juiz da causa.

Observação: em se tratando de pagamento de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação do seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT. Se houver, nos autos originários, comprovação de que o imóvel era residencial e único na época da imissão na posse, explicitar na requisição para que o pagamento seja efetuado em duas parcelas.

d) Nomes das partes e de seus procuradores: tanto no PRC quanto na RPV, temos como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e números no CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentar. O reflexo dessa indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3).

Quando os beneficiários, ou um deles, tiverem, numa mesma execução, créditos de natureza comum e créditos de natureza alimentícia, o pagamento deverá ser processado por meio de requisições autônomas.

Se, ao invés disso, uma só requisição for emitida, abrangendo créditos de natureza diferente, será ela processada de acordo com a natureza do crédito principal.

A parcela da condenação, comprometida como honorários de advogado por força de ajuste contratual, não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para os efeitos da espécie de requisição. Conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

g) Espécie da requisição: indicar uma das seguintes espécies (vide capítulo II, item 2.2):

1) RPV: nos casos em que o valor total da execução, de cada beneficiário, não seja superior ao limite do pequeno valor.

2) Precatório: quando o valor total da execução, por beneficiário, for superior ao limite de pequeno valor.

h) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

i) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: este dado se destina à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais, quando da elaboração de proposta orçamentária anual, do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a data do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

j) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento: fica vedada a expedição de requisição em execução provisória de sentença (§ 1º do art. 100 da CF).

Nos casos em que a requisição for proveniente de execução fiscal ou de outro título extrajudicial será informada a data referente no próximo item.

l) Data da preclusão à oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado decisão ou sentença de liquidação:

1) se, após a regular citação ou intimação do devedor, não forem opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos, informar a data da preclusão.

2) se houve embargos à execução ou impugnação aos cálculos, informar a data de trânsito em julgado da decisão que julgou o incidente.

m) Valor total, por beneficiário, do crédito executado:

Em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar:

1) Requisição originária: é aquela que requisita o valor total proposto na execução.

2) Requisição complementar: é aquela utilizada para o pagamento de diferenças:

a) de *juros* resultantes da mora no período entre a data-base do cálculo de liquidação e o dia 1º de julho (data da atualização), quando se tratar de precatório, e se for requisição de pequeno valor, do aludido termo inicial até a data da respectiva apresentação no Tribunal;

b) de *correção monetária*, no período entre a data da sentença de liquidação e o dia 1º de julho (data da apresentação), quando o indexador adotado judicialmente for maior do que o IPCA-E, e se for requisição de pequeno valor, o aludido termo inicial até a respectiva apresentação no Tribunal.

3) Requisição parcial: é aquela expedida para os casos de valor incontroverso, ou seja, o valor não-embargado ou não-impugnado.

4) Requisição suplementar: é aquela emitida para o pagamento de valor residual que deixou de constar da requisição originária porque, sobre a respectiva certeza e liquidez, ainda não havia trânsito em julgado; ou ainda aquela expedida para o pagamento de créditos não incluídos na requisição originária em razão de erro material.

5) Valor total da execução: informar o valor total apurado, por beneficiário, na conta de liquidação em que se baseou a decisão exequenda, ou seja, o valor é o apurado na primeira conta sobre a qual não pairam discussões. Sobre esse valor, na requisição parcial, na complementar ou suplementar, deve ser baseada a fixação do procedimento: precatório ou requisição de pequeno valor.

Na requisição parcial, na complementar e na suplementar, a espécie de requisição, se precatório ou RPV, será identificada pelo valor total da execução na data da primeira requisição.

Quando se tratar de requisições de pagamento parciais, suplementares e complementares, deve ser informado, além do valor a ser pago por beneficiário, o valor total da execução por beneficiário, bem como a data-base, para verificação do cumprimento do § 4º do art. 100 da Constituição Federal, a fim de impedir o fracionamento da execução, de forma a evitar que parte do pagamento se faça por requisição de pequeno valor e parte mediante precatório. Das razões acima expostas, depreende-se que, para fins de classificação da espécie de requisição, deve-se considerar o *valor total do crédito executado por beneficiário*, e não o valor que está sendo requisitado. Conseqüentemente, é facultada a expedição de requisitório complementar ou suplementar, desde que observado o valor total da execução para definição da espécie de requisição.

No caso de requisição de pagamento complementar ou suplementar de valor superior ao limite de 60 salários-mínimos, se a data da primeira requisição, processada como RPV, for anterior a 13.06.2002, não se aplica à vedação contida no § 4º *in fine* do art. 100 da CF, sob pena de cercear o credor de seu direito de receber o crédito. Se posterior, incabível o pagamento hora por PRC ou RPV, devendo ser considerada a totalidade do crédito para definição do procedimento.

## 2.2 Requisições expedidas pelos Juizados Especiais Federais

A requisição de pagamento será expedida pelo juízo da causa e dirigida ao presidente do Tribunal, obedecendo-se as regras estabelecidas no art. 100 da Constituição Federal, na Lei que trata dos juizados especiais federais e nas resoluções do Conselho da Justiça Federal pertinentes, bem como na regulamentação interna de cada Tribunal, devendo dela constar os seguintes dados:

a) Número do processo: neste campo, deve ser informado o número do processo originário da requisição de pagamento.

b) Data do ajuizamento: informar a data do ajuizamento da ação.



c) Natureza da obrigação a que se refere o pagamento: trata-se do assunto da ação. Esta informação auxilia a classificação orçamentária, bem como permite estatísticas acerca do tipo de ação que está originando os débitos. (Vide item 2.1, c, deste capítulo.)

d) Nomes das partes e de seus procuradores: têm-se como partes, no pólo ativo, os beneficiários dos créditos solicitados e, no pólo passivo, a entidade devedora do crédito.

1) Nomes das partes (credores e devedor) e de seus procuradores: informar o nome do beneficiário do crédito, acompanhado da expressão "e outro(s)", se houver mais de um e seu respectivo procurador. Se houver necessidade de intimação de mais de um procurador, deverá ser mencionado.

2) Nome do requerido: explicitar o nome da entidade de direito público (uma única entidade) que constará como devedora do crédito solicitado.

e) Nomes e respectivos números de CPF/CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros: informar os nomes e os respectivos CPFs/CNPJs de todos os beneficiários apresentados na requisição de pagamento (art. 10 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que os beneficiários de créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado devem ser identificados no Siafi).

f) Natureza do crédito a que se refere o pagamento: indicar se o crédito tem natureza comum ou alimentícia. O reflexo desta indicação, além de definir o parcelamento ou não do pagamento, constitui também informação destinada à classificação orçamentária da obrigação contida na requisição de pagamento e, ainda, assegura o direito de precedência dos créditos alimentares sobre os comuns. (Vide capítulo II, item 2.3)

g) Valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição: informar os valores individualizados de todos os beneficiários, em moeda corrente, bem como o valor total da requisição.

h) Data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores: esse dado destina-se à aplicação de índices de atualização monetária nos tribunais quando da elaboração do banco de dados e no pagamento. Informar a data em que os valores estão posicionados monetariamente – a do posicionamento dos valores requisitados não é necessariamente a data da elaboração da conta.

i) Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão: deve ser informada a referida data. Nos casos de sentença homologatória de acordo, deve ser informada a data da sentença.

#### **IV – PROCEDIMENTOS ADOTADOS NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS**

Como já mencionado no item 2.2 do título anterior, as requisições de pagamento subdividem-se em dois grandes grupos: precatórios (PRC) e requisições de pequeno valor (RPV). De acordo com essa divisão teremos algumas particularidades quando do seu processamento no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

##### **1. CLASSIFICAÇÃO, VERIFICAÇÃO DOS DADOS OBRIGATÓRIOS E LANÇAMENTO**

Este capítulo tem como objetivo traçar somente as principais etapas de processamento e algumas de suas implicações, uma vez que cada Tribunal possui peculiaridades próprias de acordo com a respectiva realidade.

###### **1.1 Classificação e verificação dos dados obrigatórios**

Um dos requisitos previstos em Resolução do CJF diz respeito à definição da natureza do crédito e da espécie da requisição. Por essa indicação será definido o procedimento a ser adotado no processamento da requisição.

Acrescentamos ainda ser indispensável a verificação, em cada TRF, da existência de eventual modelo a ser utilizado pelo respectivo juízo da execução, uma vez que, tendo por base esse documento, será realizada a análise pelo setor competente.

###### **1.1.1 Recebimento da requisição de pagamento**

Apresentada a requisição de pagamento perante cada Tribunal, essa receberá um número de protocolo, que firmará a ordem cronológica de pagamento, caso atendidos os requisitos legais.

###### **1.1.2 Classificação e análise de dados**

O procedimento de classificação e análise de dados representa, primeiramente, a definição da espécie de requisição, se RPV ou PRC, a fim de que a mesma se transforme em um processo e ganhe um número de registro. No caso das RPVs, nem todas as Regiões realizam o registro de um processo por requisição recebida, podendo reuni-las em um único expediente para, posteriormente, elaborar a requisição para pagamento mensal.

A análise dos dados implica, também, verificação da ausência de um dos requisitos exigidos por lei e/ou ato normativo, ou a incorreção, quando possível, dos mesmos. Por exemplo, no caso da falta de um dado indispensável, previsto em Resolução, o ofício será devolvido ao juízo de origem para regularização, independentemente de lançamento.

A ausência ou a incorreção de algum campo de preenchimento obrigatório implicará cancelamento do registro da requisição, com a conseqüente devolução da mesma ao juízo da execução, passando a integrar o sistema de dados informatizado do Tribunal somente para fins de consulta.

Na constatação de que todos os dados necessários estão presentes na requisição, esta será analisada à luz de ato normativo, registrada, e terá seus dados lançados no sistema informatizado do Tribunal.

## 1.2 Lançamento

### 1.2.1 Dados de lançamento

No sistema informatizado de cada Tribunal Regional Federal serão lançados os dados referentes ao registro do processo (partes, procuradores, CPF e número), alguns elementos do processo de origem (data de ajuizamento do processo originário, natureza da obrigação ou assunto) e outras informações constantes do ofício requisitório de pagamento (valor solicitado para cada beneficiário com a data dos respectivos cálculos, natureza do crédito e data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão).

Essas informações objetivam a percepção dos créditos por parte dos jurisdicionados, bem como a exatidão dos pagamentos a serem realizados pela Fazenda Pública, com um resultado justo e equilibrado também no cumprimento das decisões judiciais.

Além de todos os elementos fornecidos pelo juízo da execução, os tribunais deverão lançar outros dados que comporão a proposta orçamentária, em cumprimento às definições do Conselho da Justiça Federal, embasadas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas determinações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

São exemplos: elementos para a classificação do débito judicial no orçamento, código da entidade executada, categoria econômica, grupo e elemento de despesas, modalidade de aplicação, código das Varas no Siafi etc.

### 1.2.2 – Procedimentos gerais para a elaboração dos bancos de dados

#### a) Requisições de pequeno valor:

Todas as requisições de pagamento de pequeno valor recebidas no Tribunal entre os dias 1º e 30 de determinado mês, se regulares, terão seus dados lançados em bancos de dados que deverão ser encaminhados à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF, até o sétimo dia útil de cada mês; delas constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, série Especial, calculado pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA-E/IBGE), fixado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até o período de recebimento (1º a 30 de cada mês) da requisição no Tribunal.

Alguns tribunais divulgam tabela para embasar a verificação de valores, a fim de não haver necessidade de elaboração de novos cálculos antes da requisição.

b) Precatórios:

Todas as requisições de pagamento, cujos procedimentos forem definidos como precatórios, recebidas no Tribunal no período compreendido entre 2 de julho de um ano até 1º de julho do outro ano, se regulares, terão seus dados lançados e seus créditos incluídos em proposta orçamentária para pagamento no exercício seguinte, a ser encaminhada à SPO/CJF, no prazo definido pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na proposta orçamentária encaminhada por meio de banco de dados, constará o valor solicitado para cada beneficiário, atualizado monetariamente pelo IPCA-E/IBGE, conforme disciplinado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, acumulado da data da conta informada na requisição de pagamento até 1º de julho do ano em que for elaborada a proposta.

## **2. ELABORAÇÃO E TRÂMITE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

Todos os procedimentos narrados no item 1 deste capítulo são etapas da elaboração da proposta orçamentária, quer das RPs quer dos PRCs.

Assim, podemos fixar como etapas da elaboração:

- conferência da requisição de pagamento;
- registro e lançamento dos dados e elementos necessários no sistema informatizado;
- verificação de eventual duplicidade de solicitação do crédito;
- atualização dos valores requisitados; e
- migração para banco de dados.

Em continuação, teremos o seguinte trâmite:

- envio do banco de dados às áreas de orçamento dos TRFs para conferência;

- remessa do banco de dados pela área de orçamento dos TRFs à SPO/CJF;
- conferências, pela SPO/CJF, e consolidação das propostas encaminhadas pelos TRFs, a fim de formar uma ordem cronológica única; e
- remessa da proposta orçamentária pela SPO/CJF à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento.

### **3. REPASSE DE VERBA AO JUÍZO DA EXECUÇÃO OU AO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO**

Aprovado o orçamento para o pagamento das decisões judiciais transitadas em julgado, os recursos financeiros são gradativamente liberados e repassados aos tribunais, para que sejam realizados os pagamentos dos créditos solicitados, na estrita ordem cronológica de sua apresentação, sendo que os de natureza alimentícia têm precedência sobre os de natureza comum.

#### **3.1 Atualização monetária e juros**

Após a inclusão em proposta, os valores requisitados serão atualizados a partir de 1º de julho respectivo até a data do efetivo pagamento, conforme preconizado pelo art. 100 da Constituição Federal, pelo mesmo índice utilizado quando da elaboração da proposta orçamentária – o IPCA-E/IBGE.

##### **3.1.1 Atualização monetária**

###### **a) Requisições de Pequeno Valor:**

No caso das RPVs, a atualização dar-se-á a partir do mês anterior ao encerramento da respectiva requisição mensal até o mês do pagamento (com o índice divulgado no mês anterior).

b) Precatórios não parcelados (alimentícios, créditos não superiores ao limite do pequeno valor e créditos superiores a esse limite, cuja ação originária tenha sido proposta após 31/12/1999):

No caso dos precatórios não passíveis de parcelamento, a atualização dar-se-á a partir do mês de encerramento da respectiva proposta orçamentária anual (julho) até o mês em que efetivado o pagamento (com o índice divulgado no mês anterior). O critério será praticamente o mesmo utilizado para as RPVs.

Quanto à transferência do numerário destinado à quitação do débito por parte da Fazenda, este também será depositado em conta remunerada de instituição bancária oficial, da mesma forma que as RPVs.

c) Precatórios parcelados (natureza comum, desapropriação e créditos superiores ao limite do pequeno valor, cuja ação originária tenha sido proposta até 31/12/1999):

No caso de parcelamento, devemos atentar para dois pontos específicos: valor mínimo de cada parcela e incidência de juros, de 6% ao ano, a partir da segunda parcela.

c.1) Valor mínimo de cada parcela:

A Lei de Diretrizes Orçamentárias vem repetindo a cada ano a norma de que nenhuma parcela poderá ser inferior ao limite do pequeno valor, exceto o resíduo. Dessa forma, se tivermos um crédito atualizado de R\$10.000,00 contra a Fazenda Federal, cujo procedimento adotado foi o PRC, mesmo que a natureza desse crédito seja comum, seu pagamento, pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$ 300,00, não será parcelado.

Dispõe ainda o art. 78 do ADCT que o pagamento desses precatórios será feito em até dez parcelas, e não necessariamente em dez. Assim, exemplificativamente, um crédito atualizado de R\$20.000,00 contra a Fazenda Federal, seu pagamento dar-se-á pelos limites vigentes (60 salários-mínimos) e considerando um salário-mínimo hipotético de R\$300,00, em duas parcelas. A primeira no valor de R\$18.000,00, além da correção monetária e, a segunda, no valor de R\$2.000,00, corrigida monetariamente e acrescida de juros de 6% ao ano.

Sempre que alterado o valor do salário-mínimo, os tribunais farão o reparcelamento dos créditos oriundos dos precatórios, automaticamente.

### 3.1.2 Juros

A incidência de juros dar-se-á somente nos casos de precatórios parcelados, a partir do pagamento da segunda parcela até a quitação total do crédito, tendo como termo inicial o mês de janeiro e termo final o mês anterior ao do pagamento, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## **V – PROCEDIMENTOS POSTERIORES AOS DEPÓSITOS EFETUADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR**

### **1. COMUNICAÇÃO AO JUÍZO REQUISITANTE E ÀS PARTES**

Os depósitos dos valores destinados aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor serão feitos em instituição bancária oficial, em conta remunerada individualizada. O Tribunal enviará comunicado desta operação ao juízo da execução, que cientificará as partes.

O juízo da execução deverá comunicar ao Presidente do Tribunal, de imediato, qualquer fato que impeça o saque, a fim de que este determine o bloqueio dos valores até decisão final.

Os saques dos depósitos efetuados pelo Tribunal, sem expedição de alvará, regem-se pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários. Essa modalidade de saque se aplica às requisições de pequeno valor expedidas pelas Varas Federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005 e aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004, mantido o levantamento por alvará para os precatórios e requisições de pequeno valor, expedidos pelas varas estaduais com competência delegada.

Já o levantamento de valores decorrentes de precatório judicial de natureza comum dependerá de alvará judicial, a ser expedido mediante a apresentação ao juízo da causa de Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais, bem como de Certidão de Regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a entidade pública devedora.

*(Conforme Nota Técnica elaborada pelo Grupo de Precatórios, visando à uniformização dos procedimentos atinentes ao cumprimento do art. 19 da Lei nº 11.033/2004 – Processo Administrativo/CJF/STJ nº 2005.16.1748, julgado em 24.02.2005).*

#### 1.1 Imposto de renda retido na fonte

Nos termos da Lei nº 10.833/2003, alterada pela Lei nº 10.865/2004, o imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição bancária responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do saque. Fica dispensado da retenção do imposto o beneficiário que declarar, perante a instituição financeira depositária, que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no Simples (art. 27, §§ 1º e 2º).

## **VI – PROCEDIMENTOS NA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS DO CJF**

### **1. COMPETÊNCIA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL**

De acordo com o art. 2º da Lei nº 8.472/92, as atividades de planejamento, orçamento e finanças, na Justiça Federal, devem ser organizadas em forma de sistema, tendo como órgão central o Conselho da Justiça Federal.

Em cumprimento ao disposto no artigo retro mencionado, foi editada a Resolução nº 94, de 11/06/93, que estabeleceu a organização e as diretrizes básicas de funcionamento do sistema de planejamento, orçamento e finanças da Justiça Federal.

Esse sistema tem como órgão central a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, como órgãos setoriais os Tribunais Regionais Federais e como órgãos seccionais as seções judiciárias.

Ao órgão central do sistema compete coordenar, planejar e orientar as atividades relacionadas com a administração dos recursos orçamentários e financeiros da Justiça Federal de 1º e 2º graus e da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

## 1.1 Principais atribuições

### 1.1.1 Atribuições genéricas

a) Promover a padronização e racionalização dos procedimentos orçamentários, financeiros e operacionais em todos os níveis de atividade do Sistema de Planejamento, Orçamento e Finanças da Justiça Federal;

b) Propor normas com vistas a regulamentar os atos de administração dos recursos orçamentários e financeiros, bem como sua execução no âmbito da Justiça Federal;

c) Coordenar e orientar as atividades de elaboração dos orçamentos anuais, plurianuais, de créditos adicionais e das alterações no detalhamento da despesa, bem como a programação financeira de desembolso, de acordo com a legislação pertinente;

d) Examinar, consolidar e encaminhar as propostas orçamentárias ao Secretário-Geral para posterior aprovação pelo Conselho da Justiça Federal e pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça;

e) Elaborar e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional a programação financeira da Justiça Federal, com base na legislação vigente;

f) Elaborar e publicar, conforme determinam a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e as Leis de Diretrizes Orçamentárias, o cronograma anual de desembolso mensal dos recursos financeiros da Justiça Federal;



g) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais e Secretaria de Administração do Conselho da Justiça Federal, com base na programação financeira aprovada e nas prioridades indicadas e apuradas nos cronogramas de desembolso das unidades.

#### 1.1.2 Atribuições afetas ao pagamento de débitos judiciais

São também da responsabilidade da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal:

a) Verificar se os bancos de dados relativos aos precatórios da Administração Direta e Indireta, enviados pelos Tribunais Regionais Federais para inclusão na Proposta Orçamentária, estão de acordo com a LDO e as Resoluções do CJF, bem como com a estrutura aprovada em reuniões do Grupo de Trabalho constituído por Portaria do Presidente do Conselho da Justiça Federal;

b) Encaminhar os referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento às determinações das leis de diretrizes orçamentárias;

c) Verificar se os bancos de dados das requisições de pequeno valor, enviadas mensalmente pelos tribunais, estão de acordo com a LDO, Resoluções do Conselho da Justiça Federal, bem como com as recomendações do aludido Grupo de Trabalho;

d) Orientar, analisar, consolidar e encaminhar as solicitações de créditos adicionais relativas às sentenças judiciais transitadas em julgado à Secretaria de Orçamento Federal;

e) Promover a migração dos dados para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) em cumprimento às determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

f) Promover a liberação dos recursos financeiros aos tribunais para pagamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, com base na programação financeira aprovada e nos cronogramas elaborados por data de autuação, para cumprimento da ordem cronológica.

## **2. ENCAMINHAMENTO DOS BANCOS DE DADOS PELOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS A SPO/CJF**

### 2.1 Precatórios

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos aos precatórios à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal, observando as exigências da LDO, a estrutura previamente aprovada e o prazo interno estabelecido com base no prazo final estipulado pela LDO, para o envio dos referidos bancos à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal.

## 2.2. Requisições de pequeno valor

Os tribunais encaminharão os bancos de dados relativos às requisições de pequeno valor, mensalmente, até o 7º dia útil do mês posterior ao do recebimento, com base na LDO, Resoluções do Conselho, de acordo com a estrutura previamente aprovada.

# 3. LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS AOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

## 3.1 Precatórios

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.1 do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará nos tribunais se houve alterações nos bancos de dados de precatórios, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

## 3.2 Requisições de pequeno valor:

Recebidos os bancos de dados mencionados no item 2.2. do capítulo anterior, a SPO/CJF verificará se estão de acordo com a LDO, com as Resoluções do Conselho, bem como com a estrutura predefinida, a fim de elaborar a proposta de distribuição dos limites financeiros aos tribunais.

Feitas as verificações, a SPO/CJF elaborará a proposta de liberação dos limites financeiros, submetendo-a ao secretário-geral para posterior autorização pelo Presidente do Conselho da Justiça Federal.

Autorizados, os limites serão liberados aos tribunais até o dia 20 de cada mês.

Estão anexadas ao presente *Manual* as normas vigentes.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Anexos**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

(...)

Art. 100. à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

~~§ 1º — É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.~~

~~§ 2º — As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito.~~

§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

~~§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)~~

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda

Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000)

§ 4º São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 5º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

§ 6º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade. (Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 30, de 2000 e Renumerado pela Emenda Constitucional nº 37, de 2002)

(...)

Brasília, 5 de outubro de 1988.

*Ulysses Guimarães*, Presidente - *Mauro Benevides*, 1.º Vice-Presidente - *Jorge Arbage*, 2.º Vice-Presidente - *Marcelo Cordeiro*, 1.º Secretário - *Mário Maia*, 2.º Secretário - *Arnaldo Faria de Sá*, 3.º Secretário - *Benedita da Silva*, 1.º Suplente de Secretário - *Luiz Soyer*, 2.º Suplente de Secretário - *Sotero Cunha*, 3.º Suplente de Secretário - *Bernardo Cabral*, Relator Geral - *Adolfo Oliveira*, Relator Adjunto - *Antônio Carlos Konder Reis*, Relator Adjunto - *José Fogaça*, Relator Adjunto - *Abigail Feitosa* - *Acival Gomes* - *Adauto Pereira* - *Ademir Andrade* - *Adhemar de Barros Filho* - *Adroaldo Streck* - *Adylson Motta* - *Aécio de Borba* - *Aécio Neves* - *Afonso Camargo* - *Afif Domingos* - *Afonso Arinos* - *Afonso Sancho* - *Agassiz Almeida* - *Agripino de Oliveira Lima* - *Airton Cordeiro* - *Airton Sandoval* - *Alarico Abib* - *Albano Franco* - *Albérico Cordeiro* - *Albérico Filho* - *Alceni Guerra* - *Alcides Saldanha* - *Aldo Arantes* - *Alércio Dias* - *Alexandre Costa* - *Alexandre Puzyna* - *Alfredo Campos* - *Almir Gabriel* - *Aloisio Vasconcelos* - *Aloysio Chaves* - *Aloysio Teixeira* - *Aluizio Bezerra* - *Aluizio Campos* - *Álvaro Antônio* - *Álvaro Pacheco* - *Álvaro Valle* - *Alysson Paulinelli* - *Amaral Netto* - *Amaury Müller* - *Amilcar Moreira* - *Ângelo Magalhães* - *Anna Maria Rattes* - *Annibal Barcellos* - *Antero de Barros* - *Antônio Câmara* - *Antônio Carlos Franco* - *Antonio Carlos Mendes Thame* - *Antônio de Jesus* - *Antonio Ferreira* - *Antonio Gaspar* - *Antonio Mariz* - *Antonio Perosa* - *Antônio Salim Curiati* - *Antonio Ueno* - *Arnaldo Martins* - *Arnaldo Moraes* - *Arnaldo Prieto* - *Arnold Fioravante* - *Arolde de Oliveira* - *Artenir Werner* - *Artur da Távola* - *Asdrubal Bentes* - *Assis Canuto* - *Átila Lira* - *Augusto Carvalho* - *Áureo Mello* - *Basílio Villani* - *Benedicto Monteiro* - *Benito Gama* - *Beth Azize* - *Bezerra de Melo* - *Bocayuva Cunha* - *Bonifácio de Andrada* - *Bosco França* - *Brandão Monteiro* - *Caio Pompeu* - *Carlos Alberto* - *Carlos Alberto Caó* - *Carlos Benevides* - *Carlos Cardinal* - *Carlos Chiarelli* - *Carlos Cotta* - *Carlos De'Carli* - *Carlos Mosconi* - *Carlos Sant'Anna* - *Carlos Vinagre* - *Carlos Virgílio* - *Carrel Benevides* - *Cássio Cunha Lima* - *Célio de Castro* - *Celso Dourado* - *César Cals Neto* - *César Maia* - *Chagas Duarte* - *Chagas Neto* - *Chagas Rodrigues* - *Chico Humberto* - *Christóvam Chiaradia* - *Cid Carvalho* - *Cid Sabóia de Carvalho* - *Cláudio Ávila* - *Cleonânicio Fonseca* - *Costa Ferreira* - *Cristina Tavares* - *Cunha Bueno* - *Dálton Canabrava* - *Darcy Deitos* - *Darcy Pozza* - *Daso Coimbra* - *Davi Alves Silva* - *Del Bosco Amaral* - *Delfim Netto* - *Délio Braz* - *Denisar Arneiro* - *Dionisio Dal Prá* - *Dionísio Hage* - *Dirce Tutu Quadros* - *Dirceu*

Carneiro - Divaldo Suruagy - Djenal Gonçalves - Domingos Juvenil - Domingos Leonelli - Doreto Campanari - Edésio Frias - Edison Lobão - Edivaldo Motta - Edme Tavares - Edmilson Valentim - Eduardo Bonfim - Eduardo Jorge - Eduardo Moreira - Egidio Ferreira Lima - Elias Murad - Eliel Rodrigues - Eliézer Moreira - Enoc Vieira - Eraldo Tinoco - Eraldo Trindade - Erico Pegoraro - Ervin Bonkoski - Etevaldo Nogueira - Euclides Scalco - Eunice Michiles - Evaldo Gonçalves - Expedito Machado - Êzio Ferreira - Fábio Feldmann - Fábio Raunheitti - Farabulini Júnior - Fausto Fernandes - Fausto Rocha - Felipe Mendes - Feres Nader - Fernando Bezerra Coelho - Fernando Cunha - Fernando Gasparian - Fernando Gomes - Fernando Henrique Cardoso - Fernando Lyra - Fernando Santana - Fernando Velasco - Firmo de Castro - Flavio Palmier da Veiga - Flávio Rocha - Florestan Fernandes - Floriceno Paixão - França Teixeira - Francisco Amaral - Francisco Benjamim - Francisco Carneiro - Francisco Coelho - Francisco Diógenes - Francisco Dornelles - Francisco Küster - Francisco Pinto - Francisco Rollemberg - Francisco Rossi - Francisco Sales - Furtado Leite - Gabriel Guerreiro - Gandi Jamil - Gastone Righi - Genebaldo Correia - Genésio Bernardino - Geovani Borges - Geraldo Alckmin Filho - Geraldo Bulhões - Geraldo Campos - Geraldo Fleming - Geraldo Melo - Gerson Camata - Gerson Marcondes - Gerson Peres - Gidel Dantas - Gil César - Gilson Machado - Gonzaga Patriota - Guilherme Palmeira - Gumercindo Milhomem - Gustavo de Faria - Harlan Gadelha - Haroldo Lima - Haroldo Sabóia - Hélio Costa - Hélio Duque - Hélio Manhães - Hélio Rosas - Henrique Córdova - Henrique Eduardo Alves - Heráclito Fortes - Hermes Zaneti - Hilário Braun - Homero Santos - Humberto Lucena - Humberto Souto - Iberê Ferreira - Ibsen Pinheiro - Inocêncio Oliveira - Irajá Rodrigues - Iram Saraiva - Irapuan Costa Júnior - Irma Passoni - Ismael Wanderley - Israel Pinheiro - Itamar Franco - Ivo Cersósimo - Ivo Lech - Ivo Mainardi - Ivo Vanderlinde - Jacy Scanagatta - Jairo Azi - Jairo Carneiro - Jalles Fontoura - Jamil Haddad - Jarbas Passarinho - Jayme Paliarin - Jayme Santana - Jesualdo Cavalcanti - Jesus Tajra - Joaci Góes - João Agripino - João Alves - João Calmon - João Carlos Bacelar - João Castelo - João Cunha - João da Mata - João de Deus Antunes - João Herrmann Neto - João Lobo - João Machado Rollemberg - João Menezes - João Natal - João Paulo - João Rezek - Joaquim Bevilacqua - Joaquim Francisco - Joaquim Hayckel - Joaquim Sucena - Jofran Frejat - Jonas Pinheiro - Jonival Lucas - Jorge Bornhausen - Jorge Hage - Jorge Leite - Jorge Ueques - Jorge Vianna - José Agripino - José Camargo - José Carlos Coutinho - José Carlos Grecco - José Carlos Martinez - José Carlos Sabóia - José Carlos Vasconcelos - José Costa - José da Conceição - José Dutra - José Egreja - José Elias - José Fernandes - José Freire - José Genoíno - José Geraldo - José Guedes - José Ignácio Ferreira - José Jorge - José Lins - José Lourenço - José Luiz de Sá - José Luiz Maia - José Maranhão - José Maria Eymael - José Mauricio - José Melo - José Mendonça Bezerra - José Moura - José Paulo Bisol - José Queiroz - José Richa - José Santana de Vasconcellos - José Serra - José Tavares - José Teixeira - José Thomaz Nonô - José Tinoco - José Ulisses de Oliveira - José Viana - José Yunes - Jovanni Masini - Juarez Antunes - Júlio Campos - Júlio Costamilan - Jutahy Júnior - Jutahy Magalhães - Koyu Iha - Lael Varella - Lavoisier Maia - Leite Chaves - Lélío Souza - Leopoldo Peres - Leur Lomanto - Levy Dias - Lézio Sathler - Lidice da Mata - Louremberg Nunes Rocha - Lourival Baptista - Lúcia Braga - Lúcia Vânia - Lúcio Alcântara - Luís Eduardo - Luís Roberto Ponte - Luiz Alberto Rodrigues - Luiz Freire - Luiz Gushiken - Luiz Henrique - Luiz Inácio Lula da Silva - Luiz Leal - Luiz Marques - Luiz Salomão - Luiz Viana - Luiz Viana Neto - Lysâneas Maciel - Maguito Vilela - Maluly Neto - Manoel Castro - Manoel Moreira - Manoel Ribeiro - Mansueto de Lavor - Manuel Viana - Márcia Kubitschek - Márcio Braga - Márcio Lacerda - Marco Maciel - Marcondes Gadelha - Marcos Lima - Marcos Queiroz - Maria de Lourdes Abadia - Maria Lúcia - Mário Assad - Mário Covas - Mário de Oliveira - Mário Lima - Marluce Pinto - Matheus Iensen - Mattos Leão - Maurício Campos - Maurício Correa - Maurício Fruet - Maurício Nasser - Maurício Pádua - Maurílio Ferreira Lima - Mauro Borges - Mauro Campos - Mauro Miranda - Mauro Sampaio - Max Rosenmann - Meira Filho - Melo Freire - Mello



Reis - Mendes Botelho - Mendes Canale - Mendes Ribeiro - Messias Góis - Messias Soares - Michel Temer - Milton Barbosa - Milton Lima - Milton Reis - Miraldo Gomes - Miro Teixeira - Moema São Thiago - Moysés Pimentel - Mozarildo Cavalcanti - Mussa Demes - Myrian Portella - Nabor Júnior - Naphtali Alves de Souza - Narciso Mendes - Nelson Aguiar - Nelson Carneiro - Nelson Jobim - Nelson Sabrá - Nelson Seixas - Nelson Wedekin - Nelton Friedrich - Nestor Duarte - Ney Maranhão - Nilso Sguarezi - Nilson Gibson - Nion Albernaz - Noel de Carvalho - Nyder Barbosa - Octávio Elísio - Odacir Soares - Olavo Pires - Olívio Dutra - Onofre Corrêa - Orlando Bezerra - Orlando Pacheco - Oscar Corrêa - Osmar Leitão - Osmir Lima - Osmundo Rebouças - Osvaldo Bender - Osvaldo Coelho - Osvaldo Macedo - Osvaldo Sobrinho - Oswaldo Almeida - Oswaldo Trevisan - Ottomar Pinto - Paes de Andrade - Paes Landim - Paulo Delgado - Paulo Macarini - Paulo Marques - Paulo Mincarone - Paulo Paim - Paulo Pimentel - Paulo Ramos - Paulo Roberto - Paulo Roberto Cunha - Paulo Silva - Paulo Zarzur - Pedro Canedo - Pedro Ceolin - Percival Muniz - Pimenta da Veiga - Plínio Arruda Sampaio - Plínio Martins - Pompeu de Sousa - Rachid Saldanha Derzi - Raimundo Bezerra - Raimundo Lira - Raimundo Rezende - Raquel Cândido - Raquel Capiberibe - Raul Belém - Raul Ferraz - Renan Calheiros - Renato Bernardi - Renato Johnsson - Renato Vianna - Ricardo Fiuza - Ricardo Izar - Rita Camata - Rita Furtado - Roberto Augusto - Roberto Balestra - Roberto Brant - Roberto Campos - Roberto D'Ávila - Roberto Freire - Roberto Jefferson - Roberto Rollemberg - Roberto Torres - Roberto Vital - Robson Marinho - Rodrigues Palma - Ronaldo Aragão - Ronaldo Carvalho - Ronaldo Cezar Coelho - Ronan Tito - Ronaro Corrêa - Rosa Prata - Rose de Freitas - Rospide Netto - Rubem Branquinho - Rubem Medina - Ruben Figueiró - Ruberval Pilotto - Ruy Bacelar - Ruy Nedel - Sadie Hauache - Salatiel Carvalho - Samir Achôa - Sandra Cavalcanti - Santinho Furtado - Sarney Filho - Saulo Queiroz - Sérgio Brito - Sérgio Spada - Sérgio Werneck - Severo Gomes - Sigmaringa Seixas - Sílvio Abreu - Simão Sessim - Siqueira Campos - Sólon Borges dos Reis - Stélio Dias - Tadeu França - Telmo Kirst - Teotonio Vilela Filho - Theodoro Mendes - Tito Costa - Ubiratan Aguiar - Ubiratan Spinelli - Uldurico Pinto - Valmir Campelo - Valter Pereira - Vasco Alves - Vicente Bogo - Victor Faccioni - Victor Fontana - Victor Trovão - Vieira da Silva - Vilson Souza - Vingt Rosado - Vinicius Cansanção - Virgildásio de Senna - Virgílio Galassi - Virgílio Guimarães - Vitor Buaiz - Vivaldo Barbosa - Vladimir Palmeira - Wagner Lago - Waldec Ornêlas - Waldyr Pugliesi - Walmor de Luca - Wilma Maia - Wilson Campos - Wilson Martins - Ziza Valadares.

Participantes: Álvaro Dias - Antônio Britto - Bete Mendes - Borges da Silveira - Cardoso Alves - Edivaldo Holanda - Expedito Júnior - Fadah Gattass - Francisco Dias - Geovah Amarante - Hélio Gueiros - Horácio Ferraz - Hugo Napoleão - Iturival Nascimento - Ivan Bonato - Jorge Medauar - José Mendonça de Moraes - Leopoldo Bessone - Marcelo Miranda - Mauro Fecury - Neuto de Conto - Nivaldo Machado - Oswaldo Lima Filho - Paulo Almada - Prisco Viana - Ralph Biasi - Rosário Congro Neto - Sérgio Naya - Tidei de Lima.

In Memoriam: Alair Ferreira - Antônio Farias - Fábio Lucena - Norberto Schwantes - Virgílio Távora.

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 30, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta

o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

referente ao pagamento de precatórios judiciais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.100. ...."

"§ 1º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente."(NR)

"§ 1º-A Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado." (AC)\*

"§ 2º As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados diretamente ao Poder Judiciário, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor, e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito."(NR)

"§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado."(NR)

"§ 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público." (AC)

"§ 5º O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatório incorrerá em crime de responsabilidade." (AC)

Art. 2º É acrescido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 78, com a seguinte redação:

"Art. 78. Ressalvados os créditos definidos em lei como de pequeno valor, os de natureza alimentícia, os de que trata o art. 33 deste Ato das Disposições Constitucionais

Transitórias e suas complementações e os que já tiverem os seus respectivos recursos liberados ou depositados em juízo, os precatórios pendentes na data de promulgação desta Emenda e os que decorram de ações iniciais ajuizadas até 31 de dezembro de 1999 serão liquidados pelo seu valor real, em moeda corrente, acrescido de juros legais, em prestações anuais, iguais e sucessivas, no prazo máximo de dez anos, permitida a cessão dos créditos." (AC)

"§ 1º É permitida a decomposição de parcelas, a critério do credor." (AC)

"§ 2º As prestações anuais a que se refere o *caput* deste artigo terão, se não liquidadas até o final do exercício a que se referem, poder liberatório do pagamento de tributos da entidade devedora." (AC)

"§ 3º O prazo referido no *caput* deste artigo fica reduzido para dois anos, nos casos de precatórios judiciais originários de desapropriação de imóvel residencial do credor, desde que comprovadamente único à época da imissão na posse." (AC)

"§ 4º O Presidente do Tribunal competente deverá, vencido o prazo ou em caso de omissão no orçamento, ou preterição ao direito de precedência, a requerimento do credor, requisitar ou determinar o seqüestro de recursos financeiros da entidade executada, suficientes à satisfação da prestação." (AC)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 13 de setembro de 2000

### **Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado Michel Temer

Presidente

Deputado Heráclito Fortes

1º Vice-Presidente

Deputado Severino Cavalcanti

2º Vice-Presidente

Deputado Ubiratan Aguiar

1º Secretário

Deputado Nelson Trad

2º Secretário

Deputado Jaques Wagner

3º Secretário

Deputado Efraim Morais

4º Secretário

**Mesa do Senado Federal**

Senador Antonio Carlos Magalhães

Presidente

Senador Geraldo Melo

1º Vice-Presidente

Senador Ademir Andrade

2º Vice-Presidente

Senador Ronaldo Cunha Lima

1º Secretário

Senador Carlos Patrocínio

2º Secretário

Senador Nabor Júnior

3º Secretário

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 37, DE 12 DE JUNHO DE 2002**

Altera os arts. 100 e 156 da Constituição Federal

e acrescenta os arts. 84, 85, 86, 87 e 88

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

*As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:*

*Art. 1º O art. 100 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º, renumerando-se os subseqüentes:*

"Art. 100. ....

**§ 4º** São vedados a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, bem como fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, a fim de que seu pagamento não se faça, em parte, na forma estabelecida no § 3º deste artigo e, em parte, mediante expedição de precatório.

....."(NR)

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 12 de junho de 2002

**Mesa da Câmara dos Deputados**

Deputado AÉCIO NEVESPresidente

Deputado BARBOSA NETO2º Vice-Presidente

Deputado NILTON CAPIXABA2º Secretário

Deputado PAULO ROCHA3º Secretário  
Secretário

Deputado CIRO NOGUEIRA4º Secretário

**Mesa do Senado Federal**

Senador RAMEZ TEBETPresidente

Senador EDISON LOBÃO1º Vice-Presidente

Senador CARLOS WILSON1º Secretário

Senador ANTERO PAES DE BARROS2º

Senador RONALDO CUNHA LIMA3º Secretário

Senador MOZARILDO CAVALCANTI4º Secretário

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.**

Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal, aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2º Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo.

Parágrafo único. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa.

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4º O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5º Exceto nos casos do art. 4º, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6º Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como réus, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7º As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8º As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1º As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2º Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9º Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1º Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2º Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5º No caso do § 4º, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6º Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subsequente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8º Decorridos os prazos referidos no § 7º, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9º Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6º serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4º a 9º do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.



Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1º Não será permitida a recondução, salvo quando não houver outro juiz na sede da Turma Recursal ou na Região.

§ 2º A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180ª da Independência e 113ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Paulo de Tarso Tamos Ribeiro*

*Roberto Brant*

*Gilmar Ferreira Mendes*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.**

Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

(...)

Art. 27. O imposto de renda sobre os rendimentos pagos, em cumprimento de decisão da Justiça Federal, mediante precatório ou requisição de pequeno valor, será retido na fonte pela instituição financeira responsável pelo pagamento e incidirá à alíquota de 3% (três por cento) sobre o montante pago, sem quaisquer deduções, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal.

§ 1º Fica dispensada a retenção do imposto quando o beneficiário declarar à instituição financeira responsável pelo pagamento que os rendimentos recebidos são isentos ou não tributáveis, ou que, em se tratando de pessoa jurídica, esteja inscrita no SIMPLES.

§ 2º O imposto retido na fonte de acordo com o **caput** será:

I - considerado antecipação do imposto apurado na declaração de ajuste anual das pessoas físicas; ou

II - deduzido do apurado no encerramento do período de apuração ou na data da extinção, no caso de beneficiário pessoa jurídica.

~~§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte e apresentar à Secretaria da Receita Federal a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF.~~

~~§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de janeiro de 2004.~~

§ 3º A instituição financeira deverá, na forma, prazo e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal, fornecer à pessoa física ou jurídica beneficiária o Comprovante de Rendimentos Pagos e de Retenção do Imposto de Renda na Fonte, bem como apresentar à Secretaria da Receita Federal declaração contendo informações sobre: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

I - os pagamentos efetuados à pessoa física ou jurídica beneficiária e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

II - os honorários pagos a perito e o respectivo imposto de renda retido na fonte; (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

III - a indicação do advogado da pessoa física ou jurídica beneficiária. (Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos depósitos efetuados pelos Tribunais Regionais Federais antes de 1º de fevereiro de 2004 (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

(...)

Brasília, 29 de dezembro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 11.033, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2004.**

Altera a tributação do mercado financeiro e de capitais; institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – REPORTO; altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.850, de 28 de janeiro de 1994, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 10.925, de 23 de julho de 2004;

e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas: (Vigência)

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.

§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:

I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;

II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do **caput** deste artigo serão contados a partir:

a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e

b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.

§ 2º No caso dos fundos de investimentos, será observado o seguinte:

I - os rendimentos serão tributados semestralmente, com base no art. 3º da Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004, à alíquota de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

II - na hipótese de fundos de investimentos com prazo de carência de até 90 (noventa) dias para resgate de quotas com rendimento, a incidência do imposto de renda na fonte a que se refere o inciso I deste parágrafo ocorrerá na data em que se completar cada período de carência para resgate de quotas com rendimento, sem prejuízo do disposto no inciso III deste parágrafo;

III - por ocasião do resgate das quotas, será aplicada alíquota complementar de acordo com o previsto nos incisos I a IV do **caput** deste artigo.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos fundos e clubes de investimento em ações cujos rendimentos serão tributados exclusivamente no resgate das quotas, à alíquota de 15% (quinze por cento);

II - aos títulos de capitalização, no caso de resgate sem ocorrência de sorteio, cujos rendimentos serão tributados à alíquota de 20% (vinte por cento).

§ 4º Ao fundo ou clube de investimento em ações cuja carteira deixar de observar a proporção referida no art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, aplicar-se-á o disposto no **caput** e nos §§ 1º e 2º deste artigo, a partir do momento do desenquadramento da carteira, salvo no caso de, cumulativamente, a referida proporção não ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira, a situação for regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias e o fundo ou clube não incorrer em nova hipótese de desenquadramento no período de 12 (doze) meses subsequentes.

§ 5º Consideram-se incluídos entre os rendimentos referidos pelo art. 5º da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, os predeterminados obtidos em operações conjugadas, realizadas nos mercados de opções de compra e de venda em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros (box), no mercado a termo nas bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, em operações de venda coberta e sem ajustes diários, e no mercado de balcão.

§ 6º As operações descritas no § 5º deste artigo, realizadas por fundo ou clube de investimento em ações, não integrarão a parcela da carteira aplicada em ações, para efeito da proporção referida no § 4º deste artigo.

§ 7º O Ministro da Fazenda poderá elevar e restabelecer o percentual a que se refere o art. 2º da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.

Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, inclusive **day trade**, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:

I - 20% (vinte por cento), no caso de operação **day trade**;

II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.

§ 1º As operações a que se refere o **caput** deste artigo, exceto **day trade**, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:

I - nos mercados futuros, a soma algébrica dos ajustes diários, se positiva, apurada por ocasião do encerramento da posição, antecipadamente ou no seu vencimento;

II - nos mercados de opções, o resultado, se positivo, da soma algébrica dos prêmios pagos e recebidos no mesmo dia;

III - nos contratos a termo:

a) quando houver a previsão de entrega do ativo objeto na data do seu vencimento, a diferença, se positiva, entre o preço a termo e o preço à vista na data da liquidação;

b) com liquidação exclusivamente financeira, o valor da liquidação financeira previsto no contrato;

IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo:

I - não se aplica às operações de exercício de opção;

II - aplica-se às operações realizadas no mercado de balcão, com intermediação, tendo por objeto os valores mobiliários e ativos referidos no inciso IV do § 1º deste artigo, bem como às operações realizadas em mercados de liquidação futura fora de bolsa.

§ 3º As operações **day trade** permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Fica dispensada a retenção do imposto de que trata o § 1º deste artigo cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 1,00 (um real).

§ 5º Ocorrendo mais de uma operação no mesmo mês, realizada por uma mesma pessoa, física ou jurídica, deverá ser efetuada a soma dos valores de imposto incidente sobre todas as operações realizadas no mês, para efeito de cálculo do limite de retenção previsto no § 4º deste artigo.

§ 6º Fica responsável pela retenção do imposto de que tratam o § 1º e o inciso II do § 2º deste artigo a instituição intermediadora que receber diretamente a ordem do cliente, a bolsa que registrou as operações ou entidade responsável pela liquidação e compensação das operações, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:

I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;

II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;

III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;

IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.

§ 8º O imposto de renda retido na forma do § 1º deste artigo deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional até o 3º (terceiro) dia útil da semana subsequente à data da retenção.

Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:

I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;

II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.

Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001, que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.

Art. 5º Na transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa, sem intermediação, a entidade encarregada de seu registro deverá exigir o documento de arrecadação de receitas federais que comprove o pagamento do imposto de renda sobre o ganho de capital incidente na alienação ou declaração do alienante sobre a inexistência de imposto devido, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

§ 1º Quando a transferência for efetuada antes do vencimento do prazo legal para pagamento do imposto devido, a comprovação de que trata o **caput** deste artigo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o vencimento do referido prazo, ao final do qual, caso não tenha sido realizada, a entidade deverá comunicar o fato à Secretaria da Receita Federal na forma e prazo por ela regulamentados.

§ 2º O descumprimento do disposto neste artigo sujeita a entidade à multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 6º Os arts. 8º e 28 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º .....

.....

§ 12. ....

.....

XII - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.

....." (NR)

"Art. 28. ....

.....

VI - livros, conforme definido no art. 2º da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

....." (NR)



Art. 7º As pessoas jurídicas que auferiram as receitas de que trata o inciso XXIII do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, ficam obrigadas a instalar equipamento emissor de cupom fiscal em seus estabelecimentos, na forma disciplinada pela Secretaria da Receita Federal. (Vigência)

Art. 8º A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao 3º (terceiro) e 4º (quarto) trimestres-calendário de 2004, apurar o Imposto de Renda com base no lucro real trimestral, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos 2 (dois) primeiros trimestres, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.

Art. 9º Os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

I - de 1º de janeiro de 2004 a 30 de setembro de 2004: quinzenal; e

II - a partir de 1º de outubro de 2004: mensal.

....." (NR)

Art. 10. Os itens 1 e 2 da alínea c do inciso I do art. 52 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. ....

I - ....

.....

c) .....

1. em relação aos fatos geradores que ocorrerem no período de 1º de janeiro de 2004 até 30 de setembro de 2004: até o último dia útil do decêndio subsequente à quinzena de ocorrência dos fatos geradores; e

2. em relação aos fatos geradores que ocorrerem a partir de 1º de outubro de 2004: até o último dia útil da quinzena subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores;

....." (NR)

Art. 11. Sem prejuízo do disposto no inciso I do § 10 do art. 8º e no inciso I do caput do art. 16 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, será facultado o lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento para a realização de operações com os valores mobiliários de que tratam os referidos incisos, desde que seja mantido controle, em separado, pela instituição interveniente, dos valores mobiliários adquiridos por intermédio das contas correntes de depósito à vista e de investimento. (Vigência)

§ 1º Os valores referentes à liquidação das operações com os valores mobiliários de que trata o **caput** deste artigo, adquiridos por intermédio de lançamento a débito em conta corrente de depósito para investimento, serão creditados ou debitados a essa mesma conta.

§ 2º As instituições intervenientes deverão manter controles em contas segregadas que permitam identificar a origem dos recursos que serão investidos em ações e produtos derivados provenientes da conta corrente e da conta para investimento.

Art. 12. Será dada ciência ao sujeito passivo do ato que o excluir do parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal, com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de que tratam os arts. 1º e 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, mediante publicação no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Fica dispensada a publicação de que trata o **caput** deste artigo nos casos em que for dada ciência ao sujeito passivo pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 13. Fica instituído o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária - REPORTO, nos termos desta Lei.

Art. 14. As vendas de máquinas, equipamentos e outros bens, no mercado interno, ou a sua importação, quando adquiridos ou importados diretamente pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva em portos na execução de serviços de carga, descarga e movimentação de mercadorias, serão efetuadas com suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e, quando for o caso, do Imposto de Importação.

§ 1º A suspensão do Imposto de Importação e do IPI converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 2º A suspensão da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS converte-se em operação, inclusive de importação, sujeita a alíquota 0 (zero) após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.

§ 3º A aplicação dos benefícios fiscais, relativos ao IPI e ao Imposto de Importação, fica condicionada à comprovação, pelo beneficiário, da quitação de tributos e contribuições federais e, no caso do IPI vinculado à importação e do Imposto de Importação, à formalização de termo de responsabilidade em relação ao crédito tributário suspenso.

§ 4º A suspensão do Imposto de Importação somente será aplicada a máquinas, equipamentos e outros bens que não possuam similar nacional.

§ 5º A transferência, a qualquer título, de propriedade dos bens adquiridos no mercado interno ou importados mediante aplicação do REPORTO, dentro do prazo fixado nos §§ 1º e 2º deste artigo, deverá ser precedida de autorização da Secretaria da Receita Federal e do recolhimento dos tributos suspensos, acrescidos de juros e de multa de mora estabelecidos na legislação aplicável.

§ 6º A transferência a que se refere o § 5º deste artigo, previamente autorizada pela Secretaria da Receita Federal, a adquirente também enquadrado no REPORTO será efetivada com dispensa da cobrança dos tributos suspensos desde que, cumulativamente:

I - o adquirente formalize novo termo de responsabilidade a que se refere o § 3º deste artigo;

II - assuma perante a Secretaria da Receita Federal a responsabilidade pelos tributos e contribuições suspensos, desde o momento de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 7º O Poder Executivo relacionará as máquinas, equipamentos e bens objetos da suspensão referida no **caput** deste artigo.

Art. 15. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto.

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal estabelecerá os requisitos e os procedimentos para habilitação dos beneficiários ao REPORTO.

Art. 16. O REPORTO aplica-se às aquisições e importações efetuadas até 31 de dezembro de 2007.

Art. 17. As vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota 0 (zero) ou não incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações.

Art. 18. Por um prazo de 10 (dez) anos a contar da vigência da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino seja porto localizado na Região Norte e Nordeste do país, exceto para as embarcações de casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis, cujo prazo será de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 19. O levantamento ou a autorização para depósito em conta bancária de valores decorrentes de precatório judicial somente poderá ocorrer mediante a apresentação ao juízo de certidão negativa de tributos federais, estaduais, municipais, bem como certidão de regularidade para com a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e a Dívida Ativa da União, depois de ouvida a Fazenda Pública.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** deste artigo:

I - aos créditos de natureza alimentar, inclusive honorários advocatícios;

II - aos créditos de valor igual ou inferior ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.

Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.

Art. 21. Os arts. 13, 19 e 20 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. ....

§ 1º A falta de pagamento de 2 (duas) prestações implicará a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, a remessa do débito para a inscrição em Dívida Ativa da União ou o

prosseguimento da execução, vedado o parcelamento, com exceção do previsto no § 2º deste artigo.

§ 2º Salvo o disposto no art. 11 da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, "que trata de parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e dá outras providências", será admitido o parcelamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União, observado o seguinte:

I - ao formular o pedido de reparcelamento, o devedor deverá comprovar o recolhimento de valor correspondente a 20% (vinte por cento) do débito consolidado;

II - rescindido o reparcelamento, novas concessões somente serão aceitas no caso de o pedido vir acompanhado de comprovação do recolhimento do valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do débito consolidado;

III - aplicam-se subsidiariamente aos pedidos de reparcelamento, naquilo que não o contrariar, as demais disposições relativas ao parcelamento previstas nesta Lei." (NR)

"Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não contestar, a não interpor recurso ou a desistir do que tenha sido interposto, desde que inexistir outro fundamento relevante, na hipótese de a decisão versar sobre:

.....  
§ 1º Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente, reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, hipótese em que não haverá condenação em honorários, ou manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.

.....  
§ 4º A Secretaria da Receita Federal não constituirá os créditos tributários relativos às matérias de que trata o inciso II do **caput** deste artigo.

§ 5º Na hipótese de créditos tributários já constituídos, a autoridade lançadora deverá rever de ofício o lançamento, para efeito de alterar total ou parcialmente o crédito tributário, conforme o caso." (NR)

"Art. 20. Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

.....  
§ 2º Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 4º No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no **caput** deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas." (NR)

Art. 22. O art. 17 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. ....

Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo." (NR)

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I - na hipótese dos arts. 1º a 5º e 7º, a partir de 1º de janeiro de 2005;

II - na hipótese do art. 11, a partir de 1º de outubro de 2004;

III - na data de sua publicação, nas demais hipóteses.

Art. 24. Ficam revogados o art. 63 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, a partir de 1º de janeiro de 2005, e o § 2º do art. 10 da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.

Brasília, 21 de dezembro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*Antonio Palocci Filho*

**Presidência da República**

**Casa Civil**

**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas  
para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

(...)

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

(...)

Brasília, 4 de maio de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Pedro Malan*

*Martus Tavares*

## **RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005.**

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

### Titulo I

#### Das Requisições de Pagamento

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de fiscalização profissional e

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes e de seus procuradores;



IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação

das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## Título II

### Da Ordem Cronológica de Pagamento

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.

Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.

Art. 16. *No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão causa mortis, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.*

### Título III

#### Do Saque e Levantamento dos Depósitos

Art. 17. *Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.*

§1º *Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.*

§2º *Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará.*

§3º *Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.*

Art. 18. *O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.*

Art. 19. *Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.*

Art. 20. *Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.*

### Título IV

#### Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. *O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.*

Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.

Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 439, DE 30 DE MAIO DE 2005.**

Aprova a revisão do Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o decidido no Processo nº 2004160655, em sessão de 30 de maio de 2005, resolve:

Art. 1º Aprovar a revisão do anexo Manual de Procedimentos para a Apresentação e o Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Art. 2º A Secretaria do Conselho da Justiça Federal incumbir-se-á da impressão do Manual e de sua remessa a todos os juízes federais de primeiro e segundo graus.

Art. 3º O Manual deverá ser disponibilizado, por meio da *internet*, na página do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Resolução nº 306, de 28 de fevereiro de 2003.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
**Presidente**

---

Resolução nº 438

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



*Conselho da Justiça Federal*

**RESOLUÇÃO Nº 438, DE 30 DE MAIO DE 2005 (\*)(\*\*) (\*\*\*)**

Regulamenta, no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos à expedição de requisições, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, ao saque e levantamento dos depósitos.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o decidido no Processo nº 2001160655, em sessão realizada no dia 30 de maio de 2005, resolve:

**Título I**

**Das Requisições de Pagamento**

Art. 1º O pagamento de quantia certa a que for condenada a Fazenda Pública será feito nos termos desta Resolução, facultada a utilização de meio eletrônico conforme regulamentação a ser expedida em cada Região.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do respectivo Tribunal Regional Federal aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e nesta Resolução.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor – RPV aquela relativa a crédito cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a:

I – sessenta salários mínimos, se devedora for a Fazenda Federal (art. 17, § 1º, da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001);

II – quarenta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Estadual ou a Fazenda Distrital (art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT);

III – trinta salários mínimos, ou o valor estipulado pela legislação local, se devedora for a Fazenda Municipal (art. 87 do ADCT).

§1º Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa de pequeno valor, após o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão, o Juiz expedirá requisição, em duas vias, quando o devedor for a União, suas autarquias e fundações.

§2º As vias de requisição serão encaminhadas simultaneamente, sendo a primeira ao Presidente do Tribunal Regional Federal, que tomará as providências estabelecidas no art. 7º da presente Resolução e, no que couber, na lei que disciplina a matéria, e a segunda à entidade devedora, facultada a utilização de meio eletrônico, conforme dispuser a regulamentação de cada Tribunal.

§3º No caso de créditos de responsabilidade da Fazenda Estadual, Municipal e Distrital, de suas autarquias e fundações, bem assim dos conselhos de





### *Conselho da Justiça Federal*

fiscalização profissional e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT (DL nº 509/69, art. 12), as requisições serão encaminhadas pelo Juízo da execução ao próprio devedor, fixando-se o prazo de sessenta dias para o respectivo depósito diretamente na vara de origem, respeitados os limites previstos no art. 87 do ADCT.

Art. 3º O pagamento de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior serão requisitados mediante precatório, exceto em caso de expressa renúncia ao valor excedente daqueles limites junto ao Juízo da execução.

Parágrafo único. Serão também requisitados por meio de precatório os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, para efeito do disposto nos arts. 2º e 3º desta Resolução, será considerado o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, RPV's e requisições mediante precatório.

Parágrafo único. Ao advogado é atribuída a qualidade de beneficiário, e seus honorários sucumbenciais deverão ser considerados como parcela autônoma, não sujeita ao rateio entre credores para fins de classificação do requisitório como de pequeno valor.

Art. 5º Se o advogado quiser destacar do montante da condenação o que lhe cabe por força de honorários, deverá juntar aos autos o respectivo contrato, antes da expedição da requisição.

§1º Após a apresentação da requisição no Tribunal, os honorários contratuais não poderão ser destacados (art. 22, § 2º, da Lei nº 8.906, de 1994), procedimento este vedado no âmbito da instituição bancária oficial, nos termos do art. 10 da Lei Complementar nº 101/2000.

§2º A parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual não perde sua natureza, e dela, condenação, não pode ser destacada para efeitos da espécie de requisição; conseqüentemente, o contrato de honorários de advogado não transforma em alimentar um crédito comum, nem substitui uma hipótese de precatório por requisição de pequeno valor.

Art. 6º O juiz da execução informará na requisição os seguintes dados constantes do processo:

I – número do processo de execução e data do ajuizamento do processo de conhecimento;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento e, em se tratando de indenização por desapropriação de imóvel residencial, indicação de seu enquadramento ou não no art. 78, § 3º, do ADCT;

III – nomes das partes e de seus procuradores;



## *Conselho da Justiça Federal*

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

IX – data de preclusão da oposição ao título executivo, quando este for certo e líquido, ou, se o título não for certo e líquido, a data em que, após citação regular do devedor, transitou em julgado a decisão ou a sentença de liquidação;

X – em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar, suplementar ou correspondente a parcela da condenação comprometida com honorários de advogado por força de ajuste contratual, o valor total, por beneficiário, do crédito executado.

§1º Tratando-se de requisição de pagamento a ser expedida por Juizado Especial Federal, após o trânsito em julgado da sentença, o juiz expedirá requisição indicando os seguintes dados:

I – número do processo e data do ajuizamento da ação;

II – natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento;

III – nomes das partes e de seus procuradores;

IV – nomes e números no CPF ou no CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratar de advogados, peritos, incapazes, espólios, massas falidas, menores e outros;

V – natureza do crédito (comum ou alimentar) e espécie da requisição (RPV ou precatório);

VI – valor individualizado por beneficiário e valor total da requisição;

VII – data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VIII – data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão.

§2º Ausentes quaisquer dos dados especificados, a requisição não será considerada para efeito algum, cabendo ao Tribunal restituí-la à origem.

Art. 7º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias ou fundações de direito público, o Tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições, em ordem cronológica, com os valores por beneficiário, encaminhando-a



## *Conselho da Justiça Federal*

à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal e ao representante legal da entidade devedora.

Art. 8º Os valores das requisições mediante precatório sujeito a parcelamento serão atualizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 do ADCT.

Parágrafo único. Nenhuma das parcelas a que se refere o *caput* deste artigo terá valor inferior ao definido no art. 2º desta Resolução, exceto o resíduo.

Art. 9º Para efeito da atualização monetária de que trata este instrumento, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – Série Especial – IPCA-E, divulgado pelo IBGE, ou aquele que vier a substituí-lo.

## **Título II**

### **Da Ordem Cronológica de Pagamento**

Art. 10. O pagamento das requisições obedecerá estritamente à ordem cronológica de apresentação nos Tribunais.

Parágrafo único. Na hipótese da inexistência de créditos orçamentários, será obedecida a ordem cronológica por entidade em cada Tribunal.

Art. 11. As requisições de natureza alimentar serão pagas com precedência às demais, ainda que existam requisições de natureza comum recebidas anteriormente nos Tribunais.

Parágrafo único. A precedência prevista no *caput* deste artigo fica condicionada à existência dos créditos respectivos.

Art. 12. O Juízo da execução, em se tratando de precatório, antes do encaminhamento ao Tribunal, intimará as partes do teor da requisição.

Art. 13. No Tribunal, a requisição não poderá sofrer alteração que implique aumento da despesa prevista no orçamento, bem assim que modifique a natureza do crédito; num caso e noutro, a requisição deverá ser cancelada e novamente expedida.

§1º Após a expedição da requisição, ou a efetivação do depósito de que trata o art. 17, será feito o cancelamento por solicitação imediata do Juízo da execução ao Presidente do Tribunal.

§2º Incidentes que não impliquem o cancelamento da requisição resultarão na suspensão do pagamento, solicitada de imediato pelo Juízo da execução ao Presidente do Tribunal, seguindo-se o depósito judicial do montante da requisição, que ficará indisponível até a solução das pendências.

Art. 14. Realizado o depósito em instituição bancária oficial (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S/A), e havendo o cancelamento da requisição ou a retificação para menor, pelo Juízo da execução, os recursos correspondentes serão devolvidos ao Tribunal.



## *Conselho da Justiça Federal*

- Art. 15. A retificação de erro material ocorrido no Tribunal dependerá de decisão do Presidente, e o pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária.
- Art. 16. No caso de penhora, arresto, seqüestro ou sucessão *causa mortis*, os valores já depositados serão convertidos em depósito judicial, indisponível, à ordem do Juízo, até ulterior deliberação sobre a titularidade do crédito.

### **Título III**

#### **Do Saque e Levantamento dos Depósitos**

- Art. 17. Os valores destinados aos pagamentos decorrentes de precatórios e de requisições de pequeno valor serão depositados pelos Tribunais Regionais Federais em instituição bancária oficial, abrindo-se conta remunerada e individualizada para cada beneficiário.
- §1º Os saques correspondentes a precatórios de natureza alimentícia e a requisições de pequeno valor serão feitos independentemente de alvará e reger-se-ão pelas normas aplicáveis aos depósitos bancários.
- §2º Os depósitos relativos a precatórios de natureza comum serão liberados mediante alvará ou meio equivalente.
- §3º Os valores sacados, com ou sem expedição de alvará, estarão sujeitos à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da lei.
- Art. 18. O Tribunal Regional Federal comunicará a efetivação do depósito ao Juízo da execução e este cientificará as partes.
- Art. 19. Qualquer fato que impeça o saque será imediatamente comunicado, pelo Juízo da execução, ao Presidente do Tribunal, que determinará o bloqueio até decisão final.
- Art. 20. Os precatórios e requisições de pequeno valor expedidos pelas varas estaduais com competência delegada serão levantados mediante expedição de alvará pelo Juízo da execução.

### **Título IV**

#### **Disposições Finais e Transitórias**

- Art. 21. O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º) é permitido relativamente às requisições de pequeno valor expedidas pelas varas federais e Juizados Especiais Federais a partir de 1º de janeiro de 2005, bem como aos precatórios de natureza alimentícia autuados nos Tribunais após 1º de julho de 2004.
- Art. 22. Ficam revogadas as Resoluções nºs 263, de 21 de maio de 2002; 271, de 08 de agosto de 2002; 373, de 25 de maio de 2004; 399, de 26 de outubro de 2004, e 429, de 14 de abril 2005.
- Art. 23. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



## *Conselho da Justiça Federal*

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro *Edson Vidigal*  
Presidente

Publicada no diário Oficial  
Em 10/06/2005 Seção 1 pág. 365

(\*) RETIFICAÇÃO publicada no Diário Oficial  
Em 04/07/2005 Seção 1 pág. 111

Na Resolução nº 438, art. 5º, § 1º, de 30 de maio de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de junho de 2005, Seção I, página 365:

Onde se lê: "Art. 22, § 2º,"  
leia-se: "Art. 22, § 4º,"

(\*\*)RETIFICAÇÃO publicada no Diário Oficial  
em 15/09/2005 Seção 1 pág. 105

Na Resolução nº 438, de 30 de maio de 2005, do Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente do Conselho da Justiça Federal, publicada no Diário Oficial da União, de 10 de junho de 2005, Seção I, página 365:

Onde se lê: "Art. 21 O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 2º)"  
leia-se: "Art. 21 O saque sem expedição de alvará (art. 17, § 1º)"

(\*\*\*)Republicada no Diário Oficial, por ter saído com incorreção no original.  
Em 03/10/2005 Seção 1 pág. 61

---

Demonstrações Financeiras Cítoma - 31 de Dezembro de 2005 (auditadas) e 31 de Julho de 2006 (não auditadas)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Sociedade Exportadora e Importadora  
Citoma Ltda**

**Demonstrações Financeiras em  
31 de Dezembro de 2005 auditadas  
e 31 de Julho de 2006 (Não Auditadas)**



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda**  
**Balancos patrimoniais em reais**

Ativo	31/07/2006		Passivo e patrimônio Líquido	31/07/2006	
	31/12/2005	Não Auditado		31/12/2005	Não Auditado
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Disponibilidades	85.337	524.998	Empréstimos e financiamentos	2.513.451	241.094
Creditos tributários	53.767.789	76.092.357	Adiantamentos por cessão de créditos	1.875.812	8.206.726
Impostos a recuperar			Parte relacionada	61.550.377	57.224.735
Outras contas a receber			Imposto de renda e contribuição social a recolhe	10.795.328	15.877.514
			Outros impostos, taxas e contribuições	281.339	117.920
			Demais contas a pagar	78.680	71.901
	<u>53.853.126</u>	<u>76.617.355</u>		<u>77.094.987</u>	<u>81.739.891</u>
<b>Realizável a longo prazo</b>			<b>Exigível a longo prazo</b>		
Direitos creditórios	61.408.207	61.408.207	Empréstimos e financiamentos	544.915	506.619
Partes relacionados	1.169.475	3.245.159	Outros impostos, taxas e contribuições	796.749	984.244
Depositos judiciais	68.535	68.535	Provisão para contingências	3.939.368	1.160.269
	<u>62.646.217</u>	<u>64.721.901</u>		<u>5.281.032</u>	<u>2.651.133</u>
<b>Permanente</b>			<b>Patrimônio líquido</b>		
Imobilizado	4.869	4.124	Capital social	25.000.000	25.000.000
			Lucros acumulados	9.128.193	31.952.356
				<u>34.128.193</u>	<u>56.952.356</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u>116.504.212</u>	<u>141.343.379</u>	<b>Total da passivo e patrimônio líquido</b>	<u>116.504.212</u>	<u>141.343.379</u>

**Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda**  
**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findo em reais**

	<b>31/12/2005</b>	<b>31/07/2006 Não Auditado</b>
<b>Receita extraordinária</b>		
Receita com cotas de contribuição		22.011.030
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>		
Gerais e administrativas	(428.121)	(312.252)
Honorários da diretoria	(60.000)	(35.000)
Despesas com encargos sociais	(80.263)	(31.685)
Despesas com contingências	(516.160)	
Outras receitas operacionais	81.112	
Outras despesas operacionais	(17.843)	(15.566)
	<u>(1.021.275)</u>	<u>(394.503)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		
Variação cambial	8.321.989	4.363.938
Receitas financeiras	3.447.079	323.379
Despesas financeiras	(873.758)	(544.698)
	<u>10.895.310</u>	<u>4.142.618</u>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	9.874.035	25.759.145
Imposto de renda	(271.609)	(3.733.196)
Contribuição social	(139.684)	(1.348.990)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<u>9.462.742</u>	<u>20.676.959</u>
<b>Lucro líquido por cota do capital social no fim do período</b>	<u>0,38</u>	<u>0,83</u>

**Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda**  
**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findo em reais**

	<b>Capital Social</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	25.000.000	9.128.193	34.128.193
Reversão de Provisão para contingências		2.147.204	2.147.204
Lucro líquido do exercício		20.676.959	20.676.959
<b>Em 31 de Julho de 2006</b>	<u>25.000.000</u>	<u>31.952.356</u>	<u>56.952.356</u>

**Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda**  
**Demonstrações das origens e aplicações de recursos**  
**Exercícios findo em reais**

	31/12/2005	31/07/2006 Não Auditado
<b>Composições dos recursos originados das (aplicações nas) operações</b>		
Lucro líquido do exercício	9.462.742	20.676.959
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Provisão para contingências	516.160	2.147.204
Variações monetárias do exigível a longo prazo	(8.321.989)	(38.296)
Receitas financeiras de longo prazo	(3.434.411)	
Despesas financeiras de longo prazo	513.451	
Depreciação do imobilizado	1.173	745
Impostos, taxas e contribuições	167.000	
Valor residual do ativo permanente baixado	24.683	
Outros	(544)	
Recursos originados das (aplicadas nas) operações	(1.071.735)	22.786.612
<b>Origens de recursos</b>		
De terceiros		
<b>Ingressos de recursos no exigível a longo prazo</b>		
Contingências	13.957	
Impostos e taxas	23.653	187.495
<b>Ingressos de recursos no exigível a curto prazo</b>		
Redução do realizável a longo prazo	136.934	
Transferência do realizável a longo prazo para o ativo circulante	53.767.789	
<b>Total dos recursos obtidos</b>	53.942.333	187.495
<b>Aplicações de recursos</b>		
No realizável a longo prazo		
Partes ligadas	59.831	2.075.683
Outros	22.237	
Redução do exigível a longo prazo		
Empréstimos	1.012.999	
Contingências		2.779.099
Por transferência do exigível a longo prazo para o passivo circulante		
Empréstimos	64.063.828	
Imposto de renda, contribuição social, taxas e contribuições	10.665.374	
<b>Total dos recursos aplicados</b>	75.824.269	4.854.782
<b>Aumento (redução) do capital circulante</b>	(22.953.671)	18.119.325
<b>Variações no capital circulante</b>		
Ativo circulante	53.835.007	22.764.229
Passivo circulante	76.788.678	4.644.904
<b>Aumento (redução) do capital circulante</b>	(22.953.671)	18.119.325

## **Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda**

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 31 de Julho de 2006  
Em reais

---

### **1. Contexto operacional**

A empresa tem por objeto social, substancialmente o comércio, a importação e exportação de café e outros grãos e produtos alimentícios, bem como o agenciamento e representação direta e indiretamente relacionada a sua atividade, à prestação de serviços de apoio administrativo e a participação no capital de outras sociedades como sócio quotista ou acionista.

Suas operações foram interrompidas em 1996 e atualmente gerencia apenas os seus créditos tributários e direitos creditórios a receber da União.

### **2. Principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da sociedade incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais poderão apresentar variações em relação às estimativas.

#### **(a) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

São apresentados ao valor de custo ou de realização dos dois ou menor e, inclui, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

#### **(b) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

## Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 31 de Julho de 2006  
Em reais

---

### ( c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas extraordinárias com cotas de contribuição (nota explicativa 3) foram reconhecidas quando as correspondentes ações transitaram em julgado e não cabia recurso à União Federal.

O imposto de renda e a contribuição social foram contabilizados de acordo com o regime de competência. A sociedade optou pela tributação da variação cambial pelo regime de caixa, ou seja, os seus recolhimentos, se devidos, ocorrerão nas datas de vencimentos das operações que lhe deram origens.

### 3. Créditos tributários

A sociedade ajuizou três ações contra a União Federal, de acordo com os seus exercícios de apuração, para questionar a legalidade das cotas de contribuição do café que incidiram sobre as exportações de café no período de Abril de 1987 a Abril de 1990.

Como resumido a seguir, todas as três ações tramitaram em julgado e a sociedade, já de posse dos precatórios correspondentes, demonstrou, através de instrumento de promessa de cessão de créditos, a intenção de cedê-los a terceiros com co-obrigação.

	Processos transitados em julgado			Total
	27 de novembro de 2003	02 de Junho de 2004	03 de Fevereiro de 2006	
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	7.673.149	46.094.640		53.767.789
Valor da ação transitada			36.290.274	36.290.274
Honorários advocatícios			(5.032.333)	(5.032.333)
Atualização monetária, líquida		313.539		313.539
Provisão para valor de realização			(9.246.912)	(9.246.912)
<b>Saldo em 31 de Julho de 2006</b>	7.673.149	46.408.179	22.011.029	76.092.357

A sociedade firmou promessas de cessões de parte desses créditos que já estão contabilizados pelos valores previstos de liquidação. Após o recebimento dos precatórios ocorrido em Junho de 2006, foi ratificada a opção de compra da parte compradora dos precatórios.

## Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 31 de Julho de 2006  
Em reais

### 4. Direitos creditórios

Em 28 de dezembro de 2001, a sociedade tinha um saldo de mútuo de R\$ 61.408.207 a receber da empresa ligada Citoma Trading Ltd, sediada em Cayman e firmou contrato de permuta de ativos para receber créditos da União Federal pertencentes à Citoma Trading Ltd, em pagamento do referido mútuo.

Tais créditos decorrem de ação judicial movida no poder judiciário da Inglaterra (Londres) pela Citoma Trading Ltd, contra o extinto Instituto Brasileiro de Café – IBC, sucedido pela União Federal, conforme Lei Nº 8029/1990, por quebra unilateral do contrato na compra de café na Bolsa de Mercadorias de Londres, denominada de “Operação Patricia”. A ação transitou em julgado naquela corte em 20 de abril de 1990, com o valor atualizado de £ 43.516.647, equivalente a R\$ 142.174.262 em 31 de Dezembro de 2005 (2004 – R\$ 180.949.340 e 2003 – R\$ 182.936.772).

A sociedade apresenta seu crédito a receber pelo valor de custo e reconhecerá o deságio apurado somente por ocasião de sua efetiva realização.

A administração da Citoma Trading Ltd. Amparada por seus consultores jurídicos, visando acelerar o recebimento desses créditos, iniciou em 23 de dezembro de 1991, ação judicial no Brasil a qual presentemente está na 2ª instância.

Em 28 de dezembro de 2001, a Citoma Trading Ltd cedeu à sociedade os direitos sobre os créditos relativos a esses processos.

### 5. Partes relacionados

	31/12/2005	31/07/2006
<b>A receber</b>		
Amacafé Sociedade Exportadora e Importadora Ltda	1.128.483	1.144.634
Univex Comércio Exterior Ltda	40.992	43.335
Outras Empresas		(2.664)
Socios		2.059.855
	<u>1.169.475</u>	<u>3.245.159</u>

Mútuos amparados por contratos de abertura de crédito com vencimentos até dezembro de 2007 e sem incidência de encargos.

	31/12/2005	31/07/2006
<b>A pagar</b>		
Citoma Trading		
Empréstimos em moedas estrangeiras	61.550.377	57.224.735

Empréstimo de US\$ 26.295.695,44 com vencimento em 31 de agosto de 2006 e encargos de variação cambial do dólar norte-americano e sem garantias formais.



## Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 31 de Julho de 2006  
Em reais

### 6. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2005	31/07/2006
Banco Pactual S.A	2.513.451	-
Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo	544.915	506.619
Banco ABN Amro Real S.A		241.094
	<u>3.058.366</u>	<u>747.714</u>
Circulante	2.513.451	241.094
Longo Prazo	<u>544.915</u>	<u>506.619</u>

### 7. Imposto de renda e contribuição social

A apuração do imposto de renda e da contribuição social pode ser demonstrada como segue:

	2.006		2.005		2.004	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.759.145	25.759.145	9.874.035	9.874.035	48.381.246	48.381.246
Varição cambial	(4.363.938)	(4.363.938)	(8.321.989)	(8.321.989)	(6.083.626)	(6.083.626)
Outros					11.949	11.949
Compensação de Prejuízo acumulados	(6.423.764)	(6.423.764)	(465.614)		(12.692.871)	(9.200.000)
Base de cálculo	<u>14.971.443</u>	<u>14.971.443</u>	<u>1.086.432</u>	<u>1.552.046</u>	<u>29.616.698</u>	<u>33.109.569</u>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%
	<u>3.733.196</u>	<u>1.348.990</u>	<u>271.609</u>	<u>139.684</u>	<u>7.404.175</u>	<u>2.979.861</u>

A sociedade optou pelo regime de caixa para tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre variação cambial.

### 8. Outros impostos, taxas e contribuições

	31/12/2005	31/07/2006
Curto prazo		
Parcelamentos, principalmente INSS	275.038	100.871
Demais impostos, taxas e contribuições	<u>6.301</u>	<u>17.049</u>
	<u>281.339</u>	<u>117.920</u>
Longo Prazo		
Parcelamentos, principalmente INSS	<u>796.749</u>	<u>984.244</u>

Até 1999, a sociedade compensava contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS acima do limite legal de 30%. Foi autuada em 1999 e obteve parcelamento para o seu pagamento em 60 meses, com encargos de Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

## Sociedade Exportadora e Importadora Citoma Ltda

Notas explicativas da administração às demonstrações  
financeiras em 31 de dezembro de 2005 e 31 de Julho de 2006  
Em reais

### 9. Contingências

A sociedade é parte envolvida em processos cíveis, tributários e outros em andamento e discute essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores externos.

	31/12/2005	31/07/2006
ICMS		
Espírito Santo	810.077	810.077
Paraná	2.565.000	-
Provisão Execução Fiscal ICMS - Manhuaçu/MG	307.968	307.968
Outros	256.323	42.224
	<u>3.939.368</u>	<u>1.160.269</u>

### 10. Capital social

O capital social é representado composto por quotas no valor unitário de R\$ 1,00 e estão distribuídas como segue:

	31/12/2005	31/07/2006	%
Antonio Augusto Cardoso Garcez	7.500.000	7.500.000	30%
Carlos Henrique Ferreira Braga	6.250.000	6.250.000	25%
Howard Saffer	3.750.000	3.750.000	15%
Guilherme Braga Abreu Pires Filho	3.750.000	3.750.000	15%
Manuel Antonio Ferreira de Almeida	3.750.000	3.750.000	15%
	<u>25.000.000</u>	<u>25.000.000</u>	<u>100%</u>

### 11. Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios de 2005 e 2006 a sociedade não contratou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

### 12. Outras informações

A apuração, registro e recolhimento de tributos estão sujeitos à revisão pelas autoridades fiscalizadoras com prazos variáveis de prescrição.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Fundo  
**POLO PRECATÓRIO FEDERAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS**  
CNPJ nº 08.387.157/0001-23

**Distribuidor Líder**

**BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.**  
CNPJ nº 24.993.830/0001-30  
Rua Lélio Gama, nº 105, 36º andar, 20031-923, Rio de Janeiro - RJ

**Distribuidor**

**DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**  
CNPJ nº 62.331.228/0001-11  
Rua Alexandre Dumas, nº 2.200, 04717-910, São Paulo - SP

**Administradora**

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
CNPJ nº 36.113.876/0001-91  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, 22640-100, Rio de Janeiro - RJ

**Gestora**

**POLO CAPITAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.**  
CNPJ nº 05.451.668/0001-79  
Rua Ataulfo de Paiva, nº 204 - salas 1.001 a 1.010, 22440-030, Rio de Janeiro - RJ

**Custodiante**

**BANCO SANTANDER BANESPA S.A.**  
CNPJ nº 90.400.888/0001-42  
Rua Amador Bueno, nº 474, 04752-000, São Paulo - SP

**Empresa de Auditoria**

**PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES**  
CNPJ nº 61.562.112/0001-20  
Avenida Francisco Matarazzo, nº 1.400, 05001-903, São Paulo - SP

**Agência de Classificação de Risco**

**STANDARD & POOR'S**  
Avenida Eng. Luis Carlos Berrini, nº 1.253, 10º andar, 04571-000, São Paulo - SP

**Assessor Legal da Administradora e da Gestora**

**MOTTA, FERNANDES ROCHA ADVOGADOS**  
CNPJ nº 35.808.211/0001-30  
Alameda Santos, nº 2335 - 11º andar, 01419-002, São Paulo - SP

**Assessor Legal do Distribuidor**

**SOUZA, CESCONEVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCHA ADVOGADOS**  
CNPJ nº 02.520.543/0001-65  
Rua Funchal, nº 263 - 11º andar, 04551-060, São Paulo - SP

Este Prospecto está disponível no Website:  
[www.mercadosdecapital.com.br](http://www.mercadosdecapital.com.br)



(11) 3121-5555